

VOLUME 2

O GOVERNO LULA
SEGUNDO SEUS MINISTROS

JOSÉ GOMES TEMPORÃO

ALTEMIR GREGOLIN

SERGIO REZENDE

NILCÉA FREIRE

PAULO SÉRGIO PASSOS

JORGE ARMANDO FELIX



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
MINISTRO SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES

Presidência da República
Secretaria de Assuntos Estratégicos
Esplanada dos Ministérios, Bl. O – 7º, 8º e 9º andares
70052-900 Brasília, DF
Telefone: (61) 3411.4617
Site: www.sae.gov.br

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

O GOVERNO LULA

SEGUNDO SEUS MINISTROS

JOSÉ GOMES TEMPORÃO
ALTEMIR GREGOLIN
SERGIO REZENDE
NILCÉA FREIRE
PAULO SÉRGIO PASSOS
JORGE ARMANDO FELIX

PALESTRAS PROFERIDAS ENTRE
18/3/2010 E 6/5/2010



VOLUME 2
BRASÍLIA, 2010

Governo Federal
Presidência da República
Secretaria de Assuntos Estratégicos
Bloco O – 7º, 8º e 9º andares
CEP: 70052-900 Brasília, DF
<http://www.sae.gov.br>

Coordenação Editorial
Walter Sotomayor

Projeto Gráfico e Diagramação
Rafael W. Braga
Bruno Schürmann

Produção Editorial
Adrienne Moura
Gabriela Campos
Luis Violin
Maria Cecília Costa Perez
Raul Oliveira
Sarah Pontes

Fotografia da capa
Patrick Grosner

FICHA CATALOGRÁFICA

C568

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos.

O governo Lula segundo seus ministros. Volume 2 Brasília:
Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE,
2010.

224 p.

1. Políticas Públicas 2. Saúde 3. Aquicultura e pesca 4. Ciência e
tecnologia 5. Mulheres 6. Transportes 7. Segurança institucional – Brasil.
I Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos.

CDD - 350

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| JOSÉ GOMES TEMPORÃO <i>Saúde</i> | 7 |
| ALTEMIR GREGOLIN <i>Aquicultura e Pesca</i> | 49 |
| SERGIO REZENDE <i>Ciência e Tecnologia</i> | 89 |
| NILCÉA FREIRE <i>Mulheres</i> | 115 |
| PAULO SÉRGIO PASSOS <i>Transportes</i> | 149 |
| JORGE ARMANDO FELIX <i>Segurança Institucional</i> | 191 |



PALESTRA DO MINISTRO

JOSÉ GOMES TEMPORÃO

SAÚDE

PALESTRA PROFERIDA EM 18/03/2010



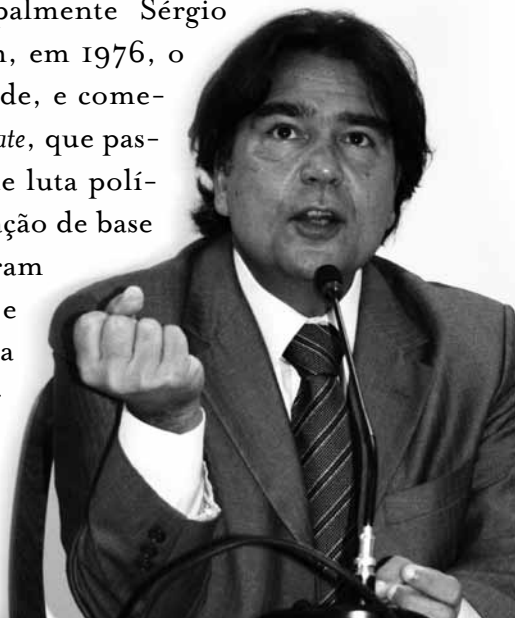
JOSÉ GOMES TEMPORÃO

- 1951 *Nasce, em 20 de outubro, na vila de Monção, em Portugal.*
- 1977 *Forma-se na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).*
- 1979 *Especialização em Doenças Infecciosas Tropicais pela Faculdade de Medicina da UFRJ.*
- 1984 *Mestrado em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).*
- 1988 *Secretário de Planejamento do INAMPS.*
- 1991 *Subsecretário Estadual de Saúde do Rio de Janeiro.*
- 1995 *Presidente do Instituto Vital Brazil (IVB).*
- 1999 *Assessor-chefe de Planejamento da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro.*
- 2001 *Subsecretário Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.*
- 2002 *Doutorado em Saúde Coletiva no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).*
- 2003 *Presidente da Fundação para o desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde – FIOTEC.*
- 2005 *Diretor-Geral do Instituto Nacional do Câncer (Inca).*
- 2007 *Secretário Nacional de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.*
- 2007 *Ministro da Saúde.*

PALESTRA DO MINISTRO
JOSÉ GOMES TEMPORÃO

Vários fatores contribuíram para a estruturação do sistema brasileiro de saúde: o movimento da reforma sanitária brasileira, nos anos 1970, do século passado; a declaração de uma ata da Organização Mundial da Saúde (OMS), que trata da atenção primária como aspecto central na estruturação dos sistemas de saúde; a experiência, principalmente dos países europeus, das políticas de seguridade social, como o sistema de saúde inglês, no pós-guerra; a experiência canadense e a cubana; o forte movimento social e sindical de associações de bairros, as academias, dos departamentos de medicina preventiva e das escolas médicas.

Um grupo de sanitaristas, principalmente Sérgio Arouca e Davi Capistrano, fundaram, em 1976, o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, e começaram a publicar a revista *Saúde em Debate*, que passou a ser também um instrumento de luta política. Foi uma experiência de mobilização de base e luta contra a ditadura. Muitos eram militantes de partidos comunistas e conseguiram transformar uma agenda contestadora da estrutura sociopolí-



tica do sistema de saúde em um projeto hegemônico que, na Constituinte, se transformou no capítulo Saúde da Constituição Brasileira.

A saúde passa, então, a ser vista no Brasil como um direito. Até 1988, o Brasil tinha três categorias de brasileiros em relação à saúde. Os muitos ricos compravam diretamente a assistência médica no mercado. Os que trabalhavam com carteira assinada tinham direito à assistência médica da Previdência Social. E a grande maioria da população brasileira era objeto de caridade e de filantropia. Somente em 1988 a saúde se torna direito de cidadania, e um dever e responsabilidade do Estado. O sistema foi unificado, até então fragmentado em dezenas de Ministérios, sob a égide do Ministério da Saúde, e descentralizado para os estados e municípios, com o compartilhamento do financiamento entre as três esferas de governo. Uma inovação brasileira, que foi a participação social, por meio das conferências de saúde – conferência nacional, estaduais e municipais a cada quatro anos – e os conselhos nacional, estaduais e municipais com representação de trabalhadores, gestores e profissionais de saúde. E os princípios básicos da universalidade, da equidade, da integralidade e a atenção básica de saúde como uma proposta, que seria a base de estruturação do sistema. Nesse esforço o Brasil examinou as experiências de Cuba, do Canadá e da Inglaterra, principalmente.

O sistema de saúde atendia 30 milhões de pessoas antes da Constituição e atualmente atende a todos. Os transplantes de órgão são feitos pelo sistema público, com exceção do transplante de córnea e de rim, e agora de medula óssea, que os planos e seguros são obrigados a fazer. Os medicamentos de alto custo para doenças crônicas são distribuídos pelo SUS.

O tratamento de Aids é realizado pelo sistema público. Vacinas são aplicadas pelo sistema público. Vítimas de acidentes socorridos pelo Serviço Móvel de Atendimento de Urgência (Samu), ou pelo pronto-socorro de emergência, são atendidos pelo sistema público. Todos os alimentos e medicamentos são controlados, fiscalizados e a qualidade é garantida pelo SUS. Todos usam o Sistema Único de Saúde.

Há números significativos que mostram os avanços na saúde brasileira. A mortalidade infantil teve uma queda expressiva e significativa. Foram 20 mil transplantes em 2009. Pacientes em terapia anti-retroviral, passaram de 35,9 mil a 88 mil. E medicamentos essenciais oferecidos à população foram multiplicados por dez.

Há 64 mil estabelecimentos de saúde, entre hospitais, clínicas, policlínicas e unidades básicas. E 80% da população usa apenas o SUS. Em São Paulo, por exemplo, 60% população da capital tem plano e seguro saúde. Mas nas capitais do Nordeste, por exemplo, 90% da população usa exclusivamente o SUS.

São 130 milhões de vacinas aplicadas ao ano. Em 2010 esse número será dobrado, uma vez que apenas contra a gripe H1N1 serão 90 milhões de pessoas vacinadas.

O SUS realiza 2,3 bilhões de procedimentos ambulatoriais, 11 milhões de internações e 254 milhões de consultas. Quando comparado a qualquer outro sistema de saúde, o sistema brasileiro é impressionante.

O Brasil está passando por uma transição epidemiológica importante. Os brasileiros adoecem e morrem praticamente

das mesmas doenças presentes nos países ricos. A principal causa de morte são as doenças cardiovasculares, seguidas pelo câncer. Mas o Brasil tem uma especificidade no peso relativamente importante das doenças infecto-contagiosas, ainda que bem menor do que no passado e, infelizmente, da violência, ou seja, de causas externas. Homicídios, acidentes de trânsito e acidentes de trabalho colocam uma carga adicional sobre o sistema de saúde.

A transição demográfica também é muito importante. O Brasil está fazendo em 50 anos o que a França fez em 100. Registramos também a redução da taxa de mortalidade, o aumento significativo da população idosa e queda expressiva da taxa de fecundidade, que já está em 1,7 filho por mulher. De outro lado, há o processo de incorporação de novas tecnologias no processo de tratamento de diagnósticos. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal julgou alguns casos garantindo o direito do acesso a tecnologias, mesmo que elas não constem nos protocolos do Ministério da Saúde. Por um lado, isso significará sérias dificuldades financeiras do sistema público. A título de exemplo, um único medicamento fornecido pelo Ministério para apenas 7 mil brasileiros, custa R\$ 200 milhões por ano. Há pressão da estrutura técnico-científica, dos laboratórios farmacêuticos, principalmente, que vislumbra certa reificação da tecnologia como solução para tudo. É uma falsa solução. Quando comparados os sistemas de saúde centrados em hospitais e em tecnologia de ponta com os sistemas de saúde com uma forte base de atenção primária, estes últimos são mais eficientes, mais baratos e com melhores indicadores. Por exemplo, os Estados Unidos gastam 17% do PIB. É um sistema que tem muita iatrogenia, em que morrem 100 mil americanos por ano de erro médico e

de complicações decorrentes da intervenção da moderna tecnologia médica. A Inglaterra, por outro lado, gasta 8% do PIB e todos os indicadores são melhores. Trata-se de problema contemporâneo importantíssimo, talvez um dos mais desafiadores, uma vez que os processos de ensino médico e de formação dos médicos levam a uma especialização precoce e a uma perda de visão mais ampla.

Outro fenômeno é a transição da dieta alimentar. Há uma profunda mudança no padrão de consumo alimentar em todo o mundo e no Brasil não é diferente. São vários os fatores envolvidos e um deles é a questão da forte inserção da mulher no mercado de trabalho e o consumo de alimentos prontos ou semi-prontos com teor alto de gordura, açúcar e sal. Em 1975, 12% dos brasileiros estava acima do peso e hoje são 43%. A obesidade, que era apenas 3%, já está em 13%. Assistimos a uma epidemia de obesidade infanto-juvenil no Brasil. Outro número preocupante: apenas 15% dos brasileiros consomem cinco porções de frutas e hortaliças por dia.

A taxa de fecundidade caiu de maneira impressionante. O número de filhos por mulher já está inferior a 2, taxa muito próxima das observadas no Canadá, em Cuba e até abaixo da França. Na França, recentemente, o governo tomou medidas para estimular os casais a terem filhos. A população já estava chegando a um nível crítico e houve, inclusive, estímulo financeiro para que as famílias tivessem mais filhos, o que resultou em melhoria da fecundidade. A tendência é a população brasileira atingir algo em torno de 230 ou 240 milhões de habitantes daqui a 20 ou 30 anos, se estabilizar, e a partir desse ponto vai tender a diminuir.

Uma pesquisa muito interessante que o Ministério vem fazendo mostra que 15% da população brasileira fuma. Pode parecer muito, mas há 15 anos, 34% da população brasileira fumava. A política do Brasil de redução do tabagismo é uma das mais importantes do mundo e de sucesso incontestável. O Brasil é hoje um dos países do mundo onde menos se fuma. Há um esforço no Senado pela aprovação de uma lei federal que proíbe o fumo em ambientes fechados. Doze estados do Brasil e onze municípios já aprovaram leis que banem e evitam o consumo passivo da fumaça do cigarro.

É evidente que uma dieta mais balanceada é importante para a saúde. Por exemplo, 34% da população do Brasil consome carne com excesso de gordura. Esse é um indicador muito preocupante. O padrão alimentar do Brasil não está bom. Só 16% se dizem fisicamente ativos durante o tempo livre, fazem alguma atividade como caminhar e andar de bicicleta; 27% seriam sedentários absolutos.

Metade da população brasileira não bebe, e nos outros 50%, 25% bebem socialmente e 25% de maneira abusiva, o que é um fator importante de doença e de violência. E 1,5% das pessoas entrevistadas, o que é muito alto, declararam espontaneamente que dirigem depois de beber. A Lei Seca busca coibir esse comportamento e os resultados já são bastante interessantes em alguns estados. No Rio de Janeiro, onde o governo estadual assumiu essa questão de maneira mais importante, com *blitz* e campanhas permanentes, houve uma redução muito grande de mortes causadas por acidentes de trânsito.

Por outro lado, a expectativa de vida segue crescendo. Os homens, como sempre, se cuidam menos. Têm um grau de onipotência maior, acham que não vão adoecer ou quando começam a adoecer não procuram um médico. A verdade é que têm medo até de tomar injeção. Então, os homens morrem mais, adoecem mais em todas as faixas etárias, e sofrem mais violências, homicídios e acidentes do que as mulheres.

Um dos principais desafios do Sistema Único de Saúde é estruturar uma rede integrada de atendimento que evite a fragmentação do cuidado, e cujo funcionamento seja claro para a população que necessite de atendimento. Trata-se da implantação de Territórios de Atenção Integrada da Família, ou seja, um conjunto de equipamentos organizados e estruturados para o atendimento, para cada 100 mil habitantes, aproximadamente. Em cada Território haverá um centro de especialidades odontológicas, um núcleo de apoio da saúde da família, que são algumas especialidades que apoiam o PSF, e o centro de atenção psicossocial para atender as pessoas com distúrbios psiquiátricos. Cabe ressaltar que nos últimos 20 anos a reforma psiquiátrica brasileira fez uma verdadeira revolução. Milhares de brasileiros foram trancados em manicômios, perderam suas identidades, e o tratamento asilar de internamento era praticamente compulsório. Atualmente a maioria do atendimento é ambulatorial em residências terapêuticas e em centros de atenção psicossocial. Além disso, nesse conjunto de equipamentos teremos uma farmácia popular, uma Unidade de Pronto Atendimento 24 horas (UPA) para os casos de baixa e de média complexidade, um hospital e a base do sistema, que são as equipes de saúde da família compostas por médico, enfermeiro, odontólogo, auxiliares de enferma-

gem ou técnicos em enfermagem e agentes comunitários de saúde, onde há um forte componente de prevenção e de promoção da saúde.

Um recorte menor é exatamente o que acontece atualmente entre o Samu, a UPA e o hospital de referência. O Samu, quando é estruturado em uma localidade, passa a ter uma central de regulação e é também o fator de organização e de estruturação do sistema. Hoje 100 milhões de brasileiros já são cobertos pelo Samu e, até o fim deste ano, toda a população brasileira estará coberta pelo Samu. Em dezembro do ano passado, foram compradas 2.200 ambulâncias, o que permitirá universalizar esse atendimento. O atendimento poderá ser feito em casa. O número de telefônico é 192 em todo o Brasil. Após a chamada, a ambulância fará o atendimento na residência ou na rua, e levará o paciente para a UPA se for caso de média ou de baixa complexidade. Caso contrário, por meio da central de regulação se reservará um leito na especialidade correspondente. Estrutura-se a rede para atender casos cirúrgicos, clínicos, ou procedimentos específicos como cateterismo ou atendimento neurológico.

O programa Saúde da Família começou em 1994 e transformou-se política nacional em 2006. É uma questão absolutamente central. O hospital não pode ser o centro do sistema de saúde. Por isso, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, está encontrando dificuldade para mudar o sistema que é caríssimo, ineficiente e exclui 40 milhões de americanos. O filme *SOS Saúde*, de Michael Moore, é contundente quando compara o sistema americano com os sistemas canadense, francês, inglês e cubano. Evidentemente, a ironia do

Michael Moore cria algumas situações bastante constrangedoras, mas não deixam de ser interessantes.

E o Brasil, de alguma forma, copiou as experiências inglesa; canadense; dos médicos descalços, da China; ou do sistema cubano. Os principais problemas são resolvidos na ponta quando se estabelece um vínculo entre o terapeuta e o doente. E na realidade, já diziam os antigos, de maneira muito apropriada, que a primeira droga que se prescreve a um paciente é o próprio médico.

Como a doença está sempre cercada de angústia, de medo e de insegurança, sem uma boa relação médico-paciente, o tratamento falha. Para o paciente, poder falar das suas fragilidades e sentir segurança para ter um tratamento adequado é a base de qualquer boa medicina. Isso está se perdendo. Esta é a visão do Saúde da Família. Equipes multidisciplinares se organizam para atender as pessoas, inclusive com visitas domiciliares, conhecendo a família, estabelecendo um vínculo e uma relação. Cada equipe do Saúde da Família atende entre 3,5 e 4,5 mil pessoas. Há uma população cadastrada, com o perfil definido da população com relação às principais causas de doenças e problemas de saúde. A equipe trabalha exatamente com a associação entre promoção, prevenção e atenção. A política do programa cobre 95 milhões de pessoas. Foi registrado um aumento entre 2002 e 2009 de 73%. Alguns dados, inclusive publicados em revistas indexadas, mostram a eficiência desse sistema.

As áreas cobertas pelo Saúde da Família apresentam queda mais rápida da mortalidade infantil. Cada 10% de aumento

de cobertura corresponde à queda da mortalidade infantil de 4,6%. Em cinco anos no Brasil, 35 mil crianças deixaram de morrer por conta dessa estratégia. O número de mães com atendimento pré-natal é maior. Evita-se internações desnecessárias. É quatro vezes maior o número de idosos atendidos em casa. A oferta de exames de câncer de colo de útero é 47% maior nas localidades onde há o Saúde da Família.

Bárbara Starfield, uma professora americana e uma autoridade nesse assunto, disse que estudos feitos em países desenvolvidos e em desenvolvimento demonstram que regiões com melhor atenção primária têm melhores resultados em saúde, incluindo taxas globais de mortalidade, taxas de mortalidade por doenças cardíacas e mortalidade infantil, além de melhor detecção precoce de câncer do tipo colo retal, de mama ou tri-melanoma. A situação inversa, ou seja, com maior concentração de especialistas, está associada aos piores resultados.

Em relação ao Samu, registra-se um aumento de 177 para 1.445 ambulâncias desde 2003. Vale ressaltar que a população abrangida é superior a 100 milhões. Há também “ambulanchas”, que são construídas pela Marinha com recursos financeiros federais. Essas “ambulanchas” são muito importantes, principalmente na Amazônia, mas também em regiões como o Centro-Oeste. São quatro helicópteros e recentemente foram introduzidas as “motolâncias”, que são motocicletas com agentes de saúde que podem, em regiões metropolitanas com trânsito complexo como São Paulo e Rio de Janeiro, chegar antes da ambulância e fazer os primeiros socorros que podem ser decisivos para salvar uma vida.

As UPAs foram criadas com o intuito de acabar com essa cena dramática apresentada pelas salas de emergências lotadas dos pronto-socorros. Verificou-se após análise que 80% dos casos atendidos não necessitavam dos recursos de um pronto-socorro. Por omissão ou incompetência de um prefeito, ou a desorganização do sistema de saúde, não há o atendimento adequado e no pronto-socorro misturam-se casos efetivamente graves com os mais variados casos ambulatoriais.

No Rio de Janeiro existem 25 UPAs, e é exemplar. De cada mil pessoas atendidas em uma UPA, apenas dez precisam de algum tipo de atendimento hospitalar. Anteriormente, todas se dirigiam a um hospital. Agora são atendidas com qualidade e conforto. A UPA tem laboratório e raio-x 24 horas por dia, médico, enfermeiro e odontólogo. O paciente recebe a medicação e tem leito de observação. Pode ficar internado por até 24 horas. Há 330 unidades em construção, e estamos investindo quase 1 bilhão de reais até o final do ano na construção de 500 em todo o Brasil.

A rede assistencial foi ampliada de forma significativa nos últimos anos. Muitos hospitais, inclusive na região Nordeste e na Amazônia, foram inaugurados nos últimos três anos, reduzindo o déficit de oferta de leitos.

O Brasil Sorridente é uma prioridade do presidente Lula e uma política de grande sucesso e muito interessante porque foi construída em conjunto com os odontólogos brasileiros. Essa política significou uma ampliação no número de dentistas e técnicos de odontologia. Pelo menos 20 mil dentistas trabalham no Brasil Sorridente.

O programa, lançado em 2003, atende hoje 88 milhões de pessoas, em 83% dos municípios. Foram instalados, no Brasil, 6 mil consultórios equipados com aparelhos de raios-x. O Brasil, adicionalmente, é líder mundial na produção de equipamentos para o setor de odontologia, e exporta para o mundo inteiro. O número de laboratórios de próteses dentárias aumentou de 33 para 323.

O governo Lula lançou um programa, Farmácia Popular do Brasil, com duas modalidades. A primeira, uma modalidade própria, em parceria com os municípios, em que são vendidos 107 remédios a preço de custo. Atualmente são 529 unidades, e serão ampliadas para 600 unidades até o fim deste ano. onze milhões de pessoas compram medicamentos, mensalmente, nos 410 municípios onde o programa está disponível.

A segunda modalidade é o *Aqui Tem Farmácia Popular*, que oferece medicamentos subsidiados. Temos insulina, medicação para diabetes, anticoncepcional, anti-hipertensivo, etc. O governo paga 90% do custo e o paciente, apenas 10%. São 13 mil farmácias conveniadas nas quais, por meio da receita médica, compra-se com 90% de desconto. Por exemplo, um aposentado que gastava R\$ 100 por mês com os remédios para pressão e para diabetes, atualmente gasta R\$ 10. É uma mudança fantástica. Um milhão e duzentas mil pessoas já adquirem medicamentos nessa modalidade, todos os meses, com regularidade.

Os genéricos são hoje 20% do mercado brasileiro. Quando foi lançado, esse tipo de medicamento era 5% do mercado. No mundo inteiro, os genéricos têm uma fatia de 40% ou

50% do mercado farmacêutico. No Brasil os médicos são influenciados pelas indústrias farmacêuticas desde os bancos da faculdade. Os representantes da indústria farmacêutica visitam as faculdades de medicina e os ambulatórios, e os jovens médicos se acostumam com a abordagem constante e os presentes dos laboratórios. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) proibiu os brindes, o que é muito saudável.

Existem muitos questionamentos dos médicos e da indústria farmacêutica, incluindo conflitos de interesses e aspectos éticos. Quando um laboratório trabalha durante décadas com um determinado produto, um remédio de marca, o médico incorpora aquele produto como sendo o melhor. Não é simples convencer o médico de que o genérico tem o mesmo produto ativo, a mesma eficácia e o mesmo efeito.

Faz-se necessário, então, um trabalho de mudança do padrão de consciência para convencer os médicos e mostrar que um genérico é tão seguro quanto o remédio de marca. Isso está acontecendo no Brasil. O mercado farmacêutico brasileiro hoje cresce de 12% a 15% ao ano, e é um dos mais dinâmicos do mundo. Os genéricos são os que mais crescem dentro do mercado brasileiro.

A incidência de hanseníase teve 30% de redução entre 2003 e 2008. A tuberculose registrou queda de 28% e a taxa de mortalidade caiu 34% entre 1999 e 2007.

As mortes por malária caíram pela metade. A melhora desse índice deve-se a duas medidas práticas: primeiro, a descentralização do diagnóstico na Amazônia Legal. O mesmo téc-

nico realiza o exame, colhe o sangue, examina a lâmina e faz o diagnóstico. O técnico com esse perfil existe em qualquer pequeno município brasileiro. Segundo, o novo remédio fabricado pela Associação Oswaldo Cruz que associa duas drogas é muito mais eficaz. Então, o diagnóstico mais precoce e o início da tomada do medicamento reduziram drasticamente as internações e as mortes por malária. O número de internações também caiu quase pela metade em apenas um ano.

Em relação a outros problemas de saúde, o Brasil reduziu em 20% o número de mortes por doença cardiovascular. O número de mortes de crianças com menos de um ano por diarreia caiu quase 100% em 25 anos. O problema deixou de ser a segunda causa de mortalidade infantil e passou para a quarta posição. O déficit de altura em meninas com menos de cinco anos caiu 85%. Uma pesquisa recente mostrou que, na média, os meninos e meninas brasileiros já ultrapassam os americanos em altura. Mantendo esse ritmo, o Brasil vai erradicar a desnutrição entre 10 e 15 anos.

A mortalidade infantil está em queda. Em 2008 deve estar abaixo de 18%. É expressivo, mas ainda acima do que seria razoável para um país que é a quinta ou a quarta economia do mundo. O presidente Lula lançou, em 2009, o PAC de redução da mortalidade infantil na Amazônia Legal e no Nordeste, estabelecendo uma meta de redução de no mínimo 5% ao ano. Estamos, nesse momento, em plena implementação dessa estratégia.

Três vacinas modernas foram incluídas no calendário de vacinação. A vacina do rotavírus, importante para a redução da mortalidade infantil, foi incorporada em 2006. Estamos, no

momento, incorporando a vacina do pneumococo. Pneumococo causa otite, pneumonia, meningite, e é responsável por muitos óbitos em crianças pequenas. Esta última e a vacina do meningococos C são vacinas conjugadas, de DNA recombinantes, e de tecnologia de ponta.

A incorporação da vacina do meningococo C custa R\$ 300 milhões por ano para o Ministério da Saúde. Existe um acordo de transferência de tecnologia entre a empresa multinacional e um laboratório estatal brasileiro. Bio-Manguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz, e a GlaxoSmithKline assinaram um contrato de transferência. Ao fim de sete anos, aproximadamente, toda a tecnologia passará a ser dominada pelo Brasil. O mesmo procedimento foi adotado para a vacina do meningococo, pela Fundação Ezequiel Dias, de Minas Gerais. É uma maneira interessante de reduzir a defasagem tecnológica que o Brasil apresenta com relação a outros países em algumas áreas.

Em 2008, realizamos a maior campanha de vacinação do mundo, recorde que vai ser quebrado pelo Brasil na vacinação contra o H1N1 no corrente ano – 67 milhões de pessoas foram vacinadas e erradicamos duas doenças, a rubéola e a síndrome da rubéola congênita. Aguarda-se o certificado de erradicação emitido pela Organização Mundial da Saúde.

Em 2002, existiam 400 Centros de Atenção Psicossocial (CAPs), com uma cobertura de 21%, sendo que 75% do dinheiro para a saúde mental era aplicado em hospitais e não em hospitais. Em 2009, temos 1.467 CAPs, a cobertura de 66%, e 65% dos recursos são aplicados em políticas extra-hospitalares. Alcançamos o número de 533 residências terapêuticas onde pacientes podem ficar ou morar. Muitos passam

o dia nesses locais e à noite vão para suas casas. A enfermeira pode até realizar visita de emergência na casa do paciente se for necessário.

A questão de direitos sexuais e reprodutivos e planejamento familiar tem sido uma prioridade da atual gestão. A distribuição gratuita de preservativos, nos últimos dois anos, tornou o Ministério o maior comprador do mundo. Abrimos uma fábrica em Xapurí, no Acre, o que é muito interessante, porque o látex é colhido pelos trabalhadores daquela região e transformado em preservativos nessa fábrica. Os estudantes da rede pública poderão retirar gratuitamente preservativos em máquinas localizadas nas escolas. A oferta de pílula anti-concepcional também foi aumentada. Foram distribuídas, em 2008/2009, 50 milhões de cartelas. Além disso, no Aqui Tem Farmácia Popular, a pílula está disponível com 90% de desconto. A rede pública também oferece o DIU, o anti-concepcional injetável, a pílula de emergência (pílula do dia seguinte), a minipílula e o diafragma.

A Política Nacional de Saúde do Homem foi lançada no ano passado. Para os casais que não querem mais ter filhos e optam por um método de esterilização definitiva, uma ligadura de trompas é uma intervenção cirúrgica complexa. A vasectomia está sendo estimulada, portanto, uma vez que demora 15 minutos e o paciente vai para casa no mesmo dia. O problema é de ordem cultural. Os homens evitam o assunto, muitos têm medo ou receio. Ainda assim, observa-se o crescimento do número de homens que concordam em se submeter à vasectomia.

A nova abordagem pelo Ministério da Saúde consiste na dualidade da saúde: por um lado, é uma política social fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população, para a redução do sofrimento e da morte, mas também é uma das áreas mais dinâmicas da economia. No setor de saúde são criados empregos de qualidade, além de riqueza, desenvolvimento e inovação. Há uma dinâmica industrial de inovação importante. As duas fronteiras mais avançadas, em termos de conhecimento, são a indústria bélica e a indústria da saúde. A saúde no Brasil representa algo entre 8% e 10% do PIB. São 10 milhões de empregos diretos e indiretos. Mas, o déficit crescente da balança comercial setorial, no valor de U\$ 7 bilhões, representa uma fragilidade.

Esse déficit não é o mais preocupante. É expressão de uma vulnerabilidade de conhecimento e de capacidade tecnológica que é preciso superar. E é o objetivo da inclusão da Saúde na política do PAC de Ciência e Tecnologia, do Mais Saúde e da política de desenvolvimento, em que conta com a participação do BNDES. O poder de compra do Estado por intermédio do Ministério da Saúde, e a atuação do BNDES para fomentar a produção local e a redução desse déficit de produtos de alta relevância epidemiológica, estratégicos e de alto custo, são alguns dos critérios usados. Ou seja, a Saúde, nessa nova visão, é vista como uma oportunidade de emprego, inovação e desenvolvimento.

Durante o período de construção de uma rodovia, há muitos trabalhando, mas ao final da obra os empregos desaparecem. Quando se constrói um hospital, ao contrário, será necessária mão-de-obra para o seu funcionamento. Para construir as 500 UPAs no Brasil, serão criados 100 mil empregos diretos.

Depois, em funcionamento, cada UPA requer, pelo menos, 200 trabalhadores, entre vigilantes, médicos, enfermeiros, odontólogos e pessoal de limpeza.

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) entre laboratórios públicos e empresas privadas de capital nacional ou não também constituem uma iniciativa interessante do governo. Em 2009, nove parcerias foram formalizadas entre sete laboratórios públicos e sete empresas privadas para a produção de 14 fármacos, se traduzindo em compras na ordem de R\$ 650 milhões por ano. O Ministério economizará R\$ 130 milhões em cinco anos. Oito novos projetos serão lançados este ano, incluindo medicamentos para o tratamento de doenças crônicas, de alto impacto e sem proteção patentária. O laboratório privado desenvolve e produz o princípio ativo, o sal, e o laboratório público o transforma no produto final, na forma de comprimido, ampola ou solução.

Apesar de todos os avanços, temos ainda alguns desafios na Saúde. O primeiro deles é o financiamento. O sistema de saúde público brasileiro é subfinanciado. Há uma renúncia fiscal importante e subsídio do Estado brasileiro ao setor privado. É curioso constatar que, de um lado, o governo tira recursos para atender a todos e, por outro lado, subsidia os planos de seguro privados.

Outra contradição: Os funcionários públicos dos três Poderes têm um plano de saúde privado subsidiado pelos impostos arrecadados da população brasileira. O funcionário público deveria usar o SUS. Se optar por um plano de saúde privado, poderá custear com recursos próprios.

O segundo desafio é melhorar o padrão de gestão. Tornar os hospitais mais eficientes, melhorar a racionalidade no uso dos recursos e a eficiência no funcionamento do sistema.

O Ministério da Saúde, em 2010, tem um orçamento de R\$ 67 bilhões. Desse total, 8 bilhões são destinados à folha de pagamento. Portanto, aproximadamente 58 bilhões estão disponíveis para todas as despesas com assistência médica e medicamentos. Os estados e municípios, em princípio, participam com montante equivalente.

Enquanto o SUS gasta R\$ 675 *per capita*/ano no atendimento, vacinas, e transplantes, a média dos gastos das famílias com planos e seguros de saúde é de R\$ 1.428,00 *per capita*/ano, o que leva a conclusão que está faltando dinheiro no SUS. É evidente que há um subfinanciamento crônico que asfixia o sistema e compromete a sua qualidade.

Outro dado importante vem de uma pesquisa do IBGE. A saúde no Brasil não é financiada pelo Estado, mas pelas famílias. O governo gasta apenas 37,3% do custo total, enquanto na Inglaterra, por exemplo, que tem um sistema universal como o brasileiro, a participação do gasto público no custo total é de 85%. A diferença é financiada pelas famílias, por meio de desembolso direto, planos de seguros e outras despesas.

O governo subsidia indiretamente a classe média por meio dos planos de seguro, no valor de 12 bilhões por ano. Somado ao que o governo gasta com os funcionários públicos, cerca de 4 bilhões, chega-se a cifra de R\$ 16 bilhões por ano, que estão deixando de ser aplicados no sistema público para privilegiar uma certa parcela da população brasileira.

Cristiane Alarcão Fulgêncio (SAE) – Poderia falar sobre a influência dos discursos morais e religiosos no Legislativo brasileiro no campo da bioética em relação às células-tronco, à saúde reprodutiva da mulher e à ortotanásia?

Os temas relacionados com pesquisa de células-tronco embrionárias e aborto estão sendo discutidos nas sociedades do mundo inteiro. Um bom exemplo são os Estados Unidos, em que, até a posse do presidente Barack Obama, não era permitida a pesquisa com células-tronco embrionárias. O Brasil tinha uma série de parcerias com organismos americanos, relativas a políticas de Aids, e rompeu essas relações porque os americanos não concordavam com a inclusão de abordagem com prostitutas, travestis ou grupos mais vulneráveis.

Após a posse do Barack Obama tudo isso mudou. As pesquisas sobre células-tronco embrionárias foram permitidas e recebi a visita do novo embaixador dos Estados Unidos no Brasil. Começamos a resgatar velhas parcerias que no passado funcionaram muito bem. De certa forma o Congresso Nacional expressa uma visão mediana do que o Brasil pensa. Sou radicalmente a favor da pesquisa com células-tronco, como sou também a favor da decisão das mulheres sobre o aborto, e não é papel do Estado ou das religiões se envolverem. Mas essa é uma visão de uma parte pequena da população brasileira.

Há uma mudança de visão sobre esses temas, que passam por um processo de amadurecimento, de reflexão, de construção de uma consciência diferenciada. Então, em alguns momentos, determinados encaminhamentos geram frustração, mas devemos perseverar na ampliação do debate e na discussão. Portugal, por exemplo, um dos países mais religiosos da

Europa, fez uma discussão sobre a questão do aborto há dez anos, perdeu, e nove anos depois mudou e aprovou uma lei. São temas que mexem com questões muito arraigadas. Questões filosóficas e religiosas são sempre temas muito delicados. O Brasil avançou quando o Supremo aprovou a pesquisa com células-tronco, foi muito importante, por apenas um voto.

Mas esse discurso mais conservador, que se expressa não apenas no Congresso Nacional, mas em vários espaços, é, de certa forma, uma espécie de síntese da visão da própria sociedade brasileira. Mas é interessante perceber que há mudanças em determinadas situações ou temas tabus, quando se cria uma grande polêmica ou se faz uma grande discussão, em que muitas vezes se defendem posições extremadas. Percebe-se que as pessoas, que em determinados momentos se colocavam como totalmente contrárias, ao conhecer outros pontos de vista podem mudar de opinião.

Bruno Furtado (SAE) – O senhor falou em passant sobre a atuação do Judiciário. Gostaria de saber sua opinião sobre a atuação do Judiciário na concessão de medicamentos não listados na lista oficial do SUS. O que o senhor diria para um juiz de direito que se vê numa situação de conceder ou não um medicamento que pode salvar uma vida, ainda que dependa de um orçamento?

Alguns estados tomam medidas interessantes, como São Paulo e Rio de Janeiro, que estruturam espaços de assessoria ao Judiciário. De forma a permitir o julgamento com mais propriedade pelo juiz, um grupo de médicos e especialistas preparam o processo com argumentos mais consistentes relativos à solicitação de um medicamento ou de uma terapia.

O problema no Brasil é muito variado. Evidentemente existem problemas de financiamento que impedem uma incorporação de tecnologias e de drogas que seriam mais adequadas, apesar dos importantes avanços nos últimos anos. Mas há também uma distorção grave, por exemplo, com a aquisição de medicamentos sem eficácia comprovada, sem registro no Brasil, e as autorizações para terapias experimentais.

Infelizmente, se paga tratamento no exterior, tratamento experimental, e são milhares de dólares gastos pelos cidadãos brasileiros, sem que existam evidências científicas que justifiquem esse caminho. Faz-se necessária a aprovação pelo Congresso Nacional de lei que regulamente essa questão de uma vez por todas.

Não é razoável que essa decisão caiba ao Judiciário para julgar caso a caso. Precisamos de uma legislação que defina a obrigação do Estado e a estruturação do processo de decisão para incorporação tecnológica. É uma área, no entanto, em que entram em jogo grandes interesses econômicos. Necessitamos critérios transparentes para que a sociedade possa acompanhar e fiscalizar, e que sejam tecnicamente sólidos e validados cientificamente.

O sistema de saúde americano está em uma situação limite em grande parte por conta disso: todos recebem tudo sem nenhuma avaliação crítica. Ora, são necessários estudos de custo e efetividade, avaliações e consenso entre os pares. A opinião de um médico não é suficiente, busca-se consenso entre especialistas de que aquele tratamento é reconhecido pelos pares como um tratamento eficaz e a um custo compatível com a realidade brasileira.

Armando José Vieira Filho (SAE) – Com a ampliação de hospitais em todo o Brasil e a descentralização, foram realizados investimentos na área de gestão administrativa da Saúde?

Ainda se investe pouco. Estamos fazendo algumas parcerias interessantes, com a Confederação das Casas da Misericórdia no Brasil, por exemplo. As Santas Casas são responsáveis pela oferta de metade dos leitos do Sistema Único de Saúde, mas muitas santas casas se encontram em situação difícil e têm problemas graves de gestão.

O exemplo positivo é a Santa Casa de Porto Alegre, que é superavitária e atende ao SUS bem como aos planos de saúde também. A experiência do Gerdau, em Porto Alegre, em uma parceria com o Ministério, está sendo utilizada também em várias outras Santas Casas no âmbito dessa parceria com a Confederação das Casas da Misericórdia.

O hospital é uma instituição supercomplexa e deve-se que operar essa instituição dentro de padrões de eficiência e de custos compatíveis. O modelo da administração direta é absolutamente incompatível com um mínimo de eficiência. O Instituto Nacional do Câncer (Inca) é um bom exemplo. Ele estaria fechado se não fosse a Fundação Ary Frauzino. Essa fundação privada contrata especialistas rapidamente e complementa salários porque o salário de um oncologista clínico ou de um cirurgião de oncologia é totalmente diferenciado de outros profissionais. Os 1.600 funcionários que trabalham no Inca, um dos maiores centros de tratamento de câncer da América Latina, são contratados por essa Fundação.

O Tribunal de Contas da União e a CGU afirmam que essa situação é ilegal e que essa fundação deveria ser fechada. Se o Inca voltar ao padrão da administração direta, não funcionará adequadamente. Para contratar um neurocirurgião, é necessário fazer um concurso público e esse processo leva um ano e meio. Então se o neurocirurgião se aposentou, como podem os doentes com câncer esperar um ano e meio para serem operados?

Por isso, propomos a criação de uma fundação estatal de direito privado, que é uma instituição pública, mas simples e eficiente, com contrato CLT, salário de mercado, metas, indicadores, desempenho e compromisso. O movimento corporativo, centrado principalmente no Conselho Nacional de Saúde e nos sindicatos, impediu o andamento desse projeto. O projeto não caminhou no nível federal, em que o Ministério da Saúde é responsável por seis hospitais gerais e três institutos no Rio de Janeiro. Nos estados há uma série de tentativas desesperadas dos prefeitos e governadores de se livrarem das amarras e da legislação que impede o bom funcionamento dos hospitais públicos.

As tentativas incluem organizações sociais, terceirização e fundações estatais de direito privado. Vale ressaltar essa situação, porque muitos são contra a fundação estatal e na realidade estamos inclusive implantando modelos, com os quais não concordamos, e que privatizam. Há dificuldades relacionadas com a reforma do Estado, portanto, que merecem ser resgatadas.

Trabalhamos também com a questão da biodiversidade, sobre a qual o Ministério tem uma política de plantas medicinais. Recentemente, incorporamos mais seis plantas no Sistema

Único de Saúde, e existem parcerias e pesquisas na Amazônia. Mas a grande questão são os biofármacos. Um terço do mercado mundial de medicamentos é de biofármacos e há a certeza de que faremos uma mudança profunda. A hegemonia atualmente é dos medicamentos de síntese química, mas iremos na direção da biotecnologia. Esse é um caminho sem volta. O Brasil deve se preparar para isso também. O Ministério está discutindo com a indústria e com a Anvisa, uma regulamentação especial para os biofármacos que viabilize a preparação do Brasil para esse processo.

Gonzalo Enrique Vásquez Enríquez (SAE) — Como o Ministério da Saúde utiliza a enorme biodiversidade do Brasil, dado que grande parte da população mundial utiliza produtos naturais para se medicar? Existe uma política nesse sentido? E como tem evoluído, uma vez que a inovação tecnológica se trata de uma questão estratégica para o Brasil? Os avanços são muito significativos e importantes para o Brasil, mas se levarmos isso para a Amazônia, se levarmos isso para determinadas regiões, vemos, que na verdade, a Saúde está em crise. Não vemos os mesmos avanços em todas as regiões.

Evidentemente é um desafio organizar uma rede, em uma realidade geográfica, social e territorial tão diferenciada. Existem comunidades na Amazônia acessíveis somente por barco. Nesses casos há uma parceria com a Marinha, com o Exército e com a Aeronáutica na Amazônia Legal que tem sido bastante interessante, mas é evidente que nessa região o sistema de saúde regionalizado e hierarquizado não é adequado.

A campanha da vacinação é um bom exemplo. Em todo o Brasil a campanha será por etapas, dependendo da idade. Na

Amazônia não pode ser assim, há que vacinar por localidade. Mas existem regiões ainda muito desassistidas para algumas especialidades, como, por exemplo, para o tratamento do câncer não há oferta adequada no Amazonas, no Pará e em Rondônia. O Acre melhorou muito nos últimos anos, inclusive a estrutura assistencial. A saúde foi priorizada pelos últimos governos e é evidente que a situação está melhor. Tem bons hospitais, tem uma política interessante.

Bruno Milanez (Ipea) – O senhor poderia falar sobre o papel da Anvisa na regulamentação e avaliação dos agrotóxicos?

A Anvisa está fazendo uma avaliação de cerca de vinte agrotóxicos, que deverá ser concluída nos próximos meses e, com certeza, isso implicará a retirada de produtos do mercado. Há uma grande pressão econômica desse setor, mas não é razoável que o Brasil continue utilizando pesticidas nas suas lavouras e culturas que já foram banidos dos Estados Unidos, da América e da Europa. Esse estudo está sendo feito sob a coordenação do ex-ministro José Agenor, de maneira muito séria, muito competente e sempre enfrentaremos essa questão com a visão de defesa da saúde pública.

Luciana Mendes Santos Servo (Ipea) – O senhor disse que o Saúde da Família é o centro do modelo, só que há problemas de expansão do Saúde da Família em municípios como São Paulo e Rio de Janeiro. Esse modelo do Saúde da Família continuará a ser implantado nesses municípios ou há alternativas em termos de estruturação da atenção básica? Segundo, há espaço político para a discussão de um projeto de redução de renúncia fiscal para planos de saúde?

O Ministério da Saúde está financiando uma série de estratégias importantes de fortalecimento da atenção básica, da formação de especialistas em saúde da família, da concessão de bolsas para preceptores para fortalecer a estratégia do Saúde na Família como centro do modelo.

O desafio é implantar uma organização do processo de trabalho no Saúde da Família que permita ao médico ou enfermeiro ver neste espaço o trabalho para toda a sua vida profissional. Enquanto o médico disser “eu vou trabalhar no PSF enquanto eu não consigo nada melhor” ou “eu vou dar um plantão aqui, um plantão ali”, enquanto nós não transformarmos o PSF em algo que passe a ser objeto do desejo de jovens médicos e enfermeiros, continuaremos com fragilidade.

Existem algumas polêmicas em discussão sobre modelos de organização, mas não há nada suficientemente avançado no Ministério que questione ou que introduza mudanças profundas na visão que temos dessas políticas.

Evidentemente, não há espaço político para discutir a renúncia fiscal, mas por dever de ofício, tenho que chamar à atenção para esse problema. Essa questão precisa ser resolvida. Para manter os 15 bilhões de reais de renúncia fiscal, será necessário prover mais 15 bilhões reais para melhorar o sistema público.

Walter Simões Filho (Câmara dos Deputados) – O grande desafio do Sistema Único de Saúde foi e continua sendo a descentralização e, dentro desse processo de descentralização, o grande sucesso do SUS chama-se imunização. Está em curso a maior

campanha de vacinação feita no Brasil – 90 milhões de doses contra a gripe H1N1. Por que toda a população do Brasil não foi atingida por essa campanha?

O Brasil é um país muito interessante porque no mundo inteiro, ninguém quer tomar essa vacina, e aqui todo mundo quer tomar. A cobertura hoje na Espanha é de 7% e da França é de 10%.

Pode ser atribuído a alguns fatores, até mesmo uma superestimação. Desde o ano passado, venho reiterando que não há diferença da gripe comum. A taxa de letalidade é parecida. Mas criou-se uma grande expectativa. No hemisfério Norte começou o inverno e a vacina ainda não estava disponível. Muitos países encomendaram o dobro da quantidade necessária porque os estudos ainda estavam em andamento. Quando se comprovou que apenas uma dose protegia, muitos países já tinham comprado duas doses por pessoa. Além de grande sobra de vacinas, a adesão foi baixa por uma série de questões. São realidades e culturas bem diferentes. O Brasil construiu com o Programa Nacional de Imunizações (PNI), ao longo dos últimos 35 anos, uma cultura de vacinação de sucesso estrondoso.

No Dia Nacional da Gotinha, 12 milhões de crianças são vacinadas. A Semana de Vacinação do Idoso também tem adesão enorme. O Brasil tem esse know-how e tecnologia, que desenvolvemos e criou uma consciência na população.

Quais foram os critérios que usamos para definir quem tomará a vacina? A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que quatro grupos em todos os países devem ser

vacinados. São eles: profissionais de saúde, população indígena, mulheres grávidas e população com doenças crônicas. Esse vírus, ao contrário do vírus da gripe sazonal, é grave em mulheres grávidas e em adultos jovens saudáveis. Já a gripe sazonal causa mais complicações em idosos e pessoas com doenças crônicas.

No Brasil, além de vacinar esses quatro grupos recomendados pela OMS, acrescentamos três grupos nos quais, no ano passado, houve uma maior concentração de casos graves e óbitos: crianças de seis meses a dois anos e adultos saudáveis de 20 a 29 anos e de 30 a 39 anos. Totalizam cerca de 91 milhões de pessoas.

Por que não vacinar os escolares? A estratégia em relação a essa doença não é a erradicação. Nesse caso, teríamos que vacinar a população inteira. Mas não é erradicável, até porque o vírus está circulando no mundo inteiro. A última doença que a humanidade erradicou foi a varíola. A estratégia é a de contenção da doença e de proteção dos mais vulneráveis, daqueles que têm maior risco de adoecer.

Para vacinar a população inteira, teríamos dois obstáculos. O primeiro é o tempo: dois meses e meio para vacinar a população toda seria impossível. Já estamos no limite do sobre-esforço: são 91 milhões de pessoas sendo vacinadas em 75 dias. O segundo obstáculo é o acesso à vacina. Nesse momento não teríamos acesso à vacina porque, apesar de muitos países terem doses sobrando, eles não vendem para outros. Além disso, estão segurando o estoque porque ainda há dúvidas sobre o comportamento do vírus no verão, por exemplo. Pode ser que, ao contrário do que se espe-

rava, aconteça um novo surto na região Norte no verão ou durante a primavera.

Nos Estados Unidos, no México e no Canadá a adesão foi bem maior do que na Europa, mas também não foi significativa. Nos Estados Unidos, até o momento, foram vacinadas 70 milhões de pessoas, ou seja, menos de 25% da população. O Brasil vai vacinar 50%. Toda família brasileira terá uma pessoa vacinada, até porque tem um idoso, um adulto jovem, uma criança, ou uma mulher grávida.

Há outro fator importante. Quando 90 milhões de pessoas são vacinadas, é criada a chamada proteção de grupo, reduzindo a circulação viral. Além disso, como o vírus circulou com muita intensidade nos estados do Sul e do Sudeste, muitos já estão imunizados naturalmente. Então, somando todos esses fatores, avaliando a disponibilidade de vacinas no mercado internacional, avaliando também que todo medicamento traz efeitos colaterais, não teria muito sentido vacinar pessoas que não correm nenhum risco. Seria um custo desnecessário.

A vacina é segura, protege, em média, 95% das pessoas que a tomam. É importante saber que não existe o risco de adoecer por tomar a vacina, uma vez que é feita de vírus desativados. A função da vacina é apenas estimular a produção de anticorpos específicos em cima do material antigênico que está presente no organismo.

Nabil Moura Kadri (SAE) – O senhor discorreu sobre a gestão dos hospitais nos municípios, e eu gostaria de ouvir um pouco sobre as ações do Ministério em relação às Unidades da Federa-

ção. Por exemplo, o que tem sido feito para a melhoria da gestão da saúde nos municípios brasileiros? Há pouco, uma pesquisa apontou que 80% dos municípios visitados pela CGU não têm controle de estoque de medicamentos. Estamos falando de financiamento, de falta de recursos e 80% dos municípios não têm controle de estoque. Quer saber sobre a integração dos sistemas na área da Saúde. Sabemos que existe uma profusão de sistemas, o Sisvan, o Sisob e todos os "SIS". Como está caminhando essa integração e qual é a possibilidade da utilização efetiva do cartão SUS em um único sistema?

Esse talvez seja um dos nossos maiores desafios. Estamos trabalhando para implementar uma série de medidas. Destacaria o Pacto pela Saúde, implementada em 2006, que veio substituir as normas regulamentadoras do SUS, pactuadas na Comissão Tripartite, onde a União, os estados e os municípios sentam, discutem, compartilham e pactuam políticas.

O Pacto pela Saúde introduziu, pela primeira vez, prioridades nacionais como mortalidade infantil, saúde materna e infantil, doenças infectocontagiosas, e o câncer. Ao todo são onze prioridades. Foram definidos indicadores e metas e já foram assinados, por mais de 3.500 municípios, termos de compromisso de gestão, que contem uma síntese de estratégias, prioridades, metas e indicadores.

Estamos atualmente elaborando uma ferramenta para que esse sistema esteja disponível na internet, de forma a permitir a sua monitoração e avaliação. É similar ao sistema de avaliação nacional da qualidade da educação do Ministério da Educação. Evidentemente, isso passa por uma integração dos

sistemas internos do Ministério. Estamos avançando muito. Todos os municípios e os estados são obrigados a apresentar um relatório de gestão. Esse relatório de gestão é encaminhado aos tribunais de contas, e relata a prestação de contas, o uso de recursos, políticas e indicadores. A partir deste mês (março de 2010), os relatórios de gestão que antes eram todos feitos em papel, serão feitos através de um sistema on-line que permitirá monitorar e avaliar o cumprimento de metas.

Essas são medidas aliadas ao Cartão SUS, que foi lançado em 1998 com uma série de problemas. Naquela época não havia internet ou microinformática. A proposta sofreu uma série de problemas nesse tipo de implementação e nós estamos reconstruindo o projeto, reestruturando-o, para que possa ser efetivamente implementado.

Alexandre Manoel Angelo da Silva (Ipea) – O senhor falou dos problemas dos hospitais, das filas, da triagem e também do efeito “carona” dos municípios vizinhos, que se utilizam dos hospitais maiores para o atendimento. Além das UPAs, o Ministério tem trabalhado na questão do consórcio de saúde ou em algum incentivo para melhorar essa distribuição do financiamento, evitando, assim, a utilização pelos municípios vizinhos dos serviços públicos de saúde?

A questão da organização do sistema na ponta. Como se viabilizam os municípios pequenos, que são a grande parte dos municípios brasileiros e que não têm capacidade de gerenciar uma rede assistencial? Como é a organização em macroregiões, em redes integradas, onde a gestão, evidentemente, tem que ser compartilhada?

Um mecanismo muito utilizado nos estados da região Sul e em Minas Gerais são os consórcios. No Paraná, no Rio Grande do Sul e em algumas regiões de Minas, já há consórcios intermunicipais em que, por exemplo, um hospital com maior complexidade com um custo mais elevado atende uma região de 20, 30 ou 40 municípios, com administração compartilhada por esses gestores através do financiamento tripartite, da União, estados e municípios.

O Ministério dará início à implementação este ano de novo acordo com o Banco Mundial, cujo objetivo é a estruturação das redes integradas e das redes assistenciais. A integração e racionalização de serviços proporcionarão um salto de qualidade, com o objetivo de facilitar a vida do usuário.

Ricardo Garcia França (SAE) – Como o Ministério faz o acompanhamento e avaliação da qualidade do atendimento, principalmente sendo um sistema tão descentralizado? Há ainda uma grande desconfiância da classe média com relação à eficiência do sistema de saúde público.

Nesse caso temos uma discussão conceitual e até filosófica: o que é qualidade de serviço para cada um de nós? Para quem está com dor, a qualidade do atendimento é que a dor suma rapidamente. Então para qualquer serviço que essa pessoa for, se ela continuar sentindo dor, ao final, quando receber o formulário para avaliar o atendimento prestado no local, ela vai avaliar como péssimo.

Então, o acolhimento, o tempo de espera e o conforto são todos fatores. Há que se levar em conta também aspectos cul-

turais e experiências prévias com o sistema de saúde. A avaliação das pessoas que conseguem ser atendidas pelo SUS, é muito boa.

O paciente que é internado, fez uma cirurgia ou teve o filho na UTI pediátrica avalia o serviço e o atendimento como ótimos. As avaliações são sempre muito boas. O problema é o acesso em muitas situações e as condições nas quais se dá esse acesso. O primeiro contato será nas UPAs. Evidentemente, se a pessoa busca o atendimento em uma situação aguda e fica horas em uma fila, a avaliação do sistema será muito ruim.

Tempo de espera para determinadas patologias é um fenômeno que afeta todos os sistemas de saúde do mundo porque é complexo. Por outro lado, para determinadas especialidades não é razoável. Algumas condições clínicas exigem a atenção imediata de especialista, sob risco do agravamento do quadro. Talvez essa seja uma das maiores fragilidades do sistema. Por quê? Em algumas localidades, por problemas de gestão, em outras regiões, por falta de oferta ou de leitos. Há uma grande concentração de médicos nas regiões Sul e Sudeste. Evidentemente a questão do subfinanciamento é central à questão de eficiência do sistema.

Fabiano Pompermayer (Ipea) – Há algum levantamento de preços de medicamentos genéricos em comparação com os medicamentos de marca? O custo dos medicamentos para a população foi reduzido?

O preço do genérico, por lei, tem que ser de 35% a 40% mais baixo do que o preço do medicamento de marca. Temos três tipos de medicamentos no mercado brasileiro: o remédio

de marca protegido por patente ou não, o similar que é um genérico sem bioequivalência e o genérico com teste de bioequivalência e biodisponibilidade, o que encarece o registro.

Observa-se uma competição por preço, em que o similar consegue, às vezes, ser um pouco mais barato. Comparando a situação quando o genérico entrou no mercado em 2000 e a situação atual, percebe-se que houve realmente um aumento da competição por preço no mercado brasileiro. O genérico é um fator de ampliação do acesso e de redução de preço do medicamento.

Melissa Andrade (IPC-IG) – Já é de conhecimento geral a importância da prevenção, forma mais eficaz e, ao mesmo tempo, mais barata de assegurar a própria saúde. Como é a relação do Ministério da Saúde com o Ministério da Educação na questão de boa alimentação e bons hábitos de vida?

Saúde e Educação. A nossa relação Saúde/Educação nunca foi tão próxima como agora. Nós estamos avançando em todas as áreas, nas questões dos hospitais universitários, das escolas médicas, da formação e da validação dos diplomas dos médicos formados no exterior. Há uma série de iniciativas em que os dois ministérios trabalham de maneira muito harmônica. Uma delas é o Saúde nas Escolas, relacionando educação em saúde, doenças sexualmente transmissíveis, hábitos, promoção e também realizamos assistência nas escolas, principalmente nos municípios mais pobres. Também, estamos envolvidos com o Territórios da Cidadania.

Mas essa pergunta levantou uma outra questão, relativa a um fenômeno brasileiro preocupante que é a questão da violência

urbana, drogas, crack, tráfico de drogas, homicídios. Todos sabem que a escola é um poderoso antídoto para a violência, a desigualdade, para melhorar o acesso das pessoas a uma vida melhor, e o Brasil avançou muito na universalização do ensino básico. Mas curiosamente, o Brasil tem olhado sempre para uma ponta do sistema. Eu estou olhando hoje para crianças com seis anos ou mais, e o que está sendo feito com a origem dos problemas, que é a mulher grávida, o bebê e esse bebê até o quinto ano de vida?

Vários países do mundo têm políticas voltadas para essa faixa etária, o chamado Early Child Development (Desenvolvimento Infantil Precoce). As neurociências mais modernas comprovam que se o bebê não é adequadamente estimulado e cuidado durante esses três primeiros anos, o primeiro em particular, os danos no potencial desse ser humano são irreversíveis, mesmo pela escola.

Quando se juntam as neurociências no que há de mais moderno com a psicanálise, principalmente os estudos de Donald Winnicott, um pediatra inglês que trabalhou muito essa relação da mãe com o bebê desde o útero e principalmente no desenvolvimento emocional primitivo, chega-se a uma nova visão e uma nova abordagem.

Essa nova abordagem é fundamental principalmente para famílias pobres e mulheres em situação de vulnerabilidade. Há que concentrar os esforços na atenção ao parto, ao pré-natal, aos primeiros momentos de vida e no seguimento em creches como um espaço onde esse bebê seja estimulado a crescer emocionalmente, psiquicamente e neurologicamente.

No Brasil, hoje, temos dois estados com experiências nessa área: o Rio Grande do Sul, que há seis anos tem um trabalho com essa visão; e Pernambuco, agora com o governador Eduardo Campos, com o programa Mãe Coruja. O Ministério da Saúde está trabalhando em um projeto nessa linha que se chama “Brasileirinhos Saudáveis, primeiros passos para o desenvolvimento nacional”. Evidentemente que a ação não é apenas do Ministério da Saúde, porque envolve também os ministérios da Educação, Desenvolvimento Social, Cultura e Esporte.

É necessário ter uma visão ampla e a nossa expectativa este ano é começar com experiências em cinco cidades brasileiras e fortalecer e apoiar experiências de ONGs ou de entidades e instituições que trabalham com essa visão.

Apresentei essa proposta para a ministra (da Casa Civil) Dilma (Rousseff). Trata-se de uma grande mudança de qualidade na abordagem do assunto. Se não olharmos a origem da violência, da desagregação e da doença ficaremos apenas lamentando a situação. É necessário um ambiente familiar que estimule o bebê a desenvolver toda a sua potencialidade, o que começa na gravidez. De nada vai adiantar que esse bebê esteja bem alimentado fisicamente, se ele não estiver bem alimentado emocionalmente.

Maria Paula Santos (Ipea) — Como é que o senhor vê a perspectiva de carreira no SUS, uma vez que no início do governo Lula se organizou a Secretaria de Gestão da Educação do Trabalho no SUS, houve várias rodadas de negociação e essa agenda não avançou no Ministério. O senhor comentou sobre

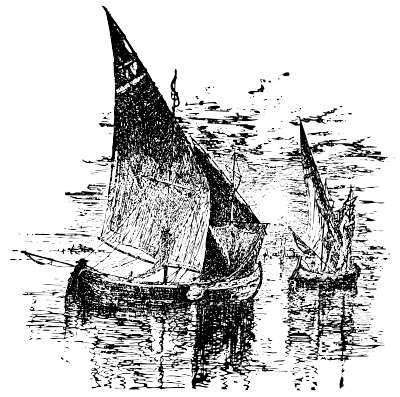
a rotatividade do trabalho nas equipes do Saúde da Família, e na área de saúde mental a rotatividade do trabalho também é muito grande por conta das terceirizações e do uso de entidades intervenientes. Qual é a importância da carreira do SUS para a melhoria da gestão do trabalho, da organização dos serviços e em que ponto se encontram as negociações entre os profissionais e o Ministério?

A carreira do SUS é um assunto muito complicado. É assustador pensar em uma carreira nacional do SUS em razão da questão do federalismo, e dificilmente funcionará. Prefiro modelos como o da Bahia, por exemplo. Na Bahia, o secretário Jorge Sola teve uma ideia genial.

A maioria dos municípios não tem condições de manter o Saúde da Família dentro de um padrão de qualidade razoável. O que se fez? Foi criada uma fundação estatal de direito privado e estabeleceu-se a carreira estadual para o Saúde da Família. Então, todos os funcionários que trabalham no Saúde da Família na Bahia, em todos os municípios, são contratados por essa fundação.

Existe plano de cargos e salários, expectativa de progressão profissional e com salários mais altos para os funcionários com especialização. O financiamento é tripartite, com participação dos recursos do Ministério da Saúde, do estado e dos municípios. A gestão é na ponta, a ação é na ponta, mas foi centralizado em um organismo que permite uma racionalidade. Considero esta uma experiência muito interessante.

O Brasil tem 500 municípios sem médico. Então, levar assistência médica, médicos e enfermeiros para áreas remotas e de difícil acesso, é um grande desafio. Seria preciso ter algo que infelizmente foi destruído no Brasil, que era a fundação Cesp. A criação de uma carreira federal para permitir que médicos e enfermeiros possam trabalhar em áreas desassistidas está na nossa agenda.



PALESTRA DO MINISTRO

ALTEMIR GREGOLIN

AQUICULTURA E PESCA

PALESTRA PROFERIDA EM 8/4/2010



ALTEMIR GREGOLIN

- 1963 *Nasce, em 20 de abril, em Coronel Freitas (SC)*
- 1988 *Graduação em Veterinária pela Universidade Federal de Pelotas (RS)*
- 1993 *Especialização em Administração Rural pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)*
- 1994 *Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*
- 1996-2002 *Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)*
- 1997 *Coordenador de Orçamento Participativo da Prefeitura de Chapecó (SC)*
- 1998 *Secretário Chefe de Gabinete da Prefeitura de Chapecó (SC)*
- 2001 *Secretário municipal de Planejamento e Urbanismo de Chapecó (SC)*
- 2002-2003 *Secretário municipal de Administração e Fazenda de Chapecó (SC)*
- 2002-2004 *Professor da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UnoChapecó), em Santa Catarina*
- 2003 *Secretário de Governo da Prefeitura de Chapecó (SC)*
- 2004 *Subsecretário de Desenvolvimento de Aquicultura e Pesca da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca*
- 2005 *Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca*
- 2006 *Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca*
- 2009 *Nomeado Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura em junho, com a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em Ministério*

PALESTRA DO MINISTRO
ALTEMIR GREGOLIN

A pesca e a aquicultura têm sido uma das prioridades do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A pesca foi, no passado, muito marginal em relação às políticas do Estado brasileiro, mas é entendida atualmente como uma área com potencial de desenvolvimento, tanto do ponto de vista da produção de alimentos quanto da geração de trabalho, emprego e renda. Essa atividade poderá se transformar em um segmento importante para o Brasil, em razão, principalmente, das potencialidades do País.

A importância do setor foi demonstrada com a criação, em 2003, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, dotada de bom orçamento e investimentos gradativos. Os investimentos foram-se ampliando, em especial na estruturação de uma política de Estado e, no ano passado, a Secretaria foi transformada em Ministério; desde então, outras medidas, do ponto de vista institucional, foram sendo implementadas. Portanto, hoje, seguramente, para o País e para a sociedade brasileira, para o meio político, o setor adquiriu importância muito maior do que tinha alguns anos atrás. Em 2007



foi lançado o Plano Mais Pesca e Aquicultura, que traça metas até 2011.

Há hoje mais de 800 mil pescadores, piscicultores e maricultores no Brasil. São mais de 700 mil pescadores cadastrados e em torno de 150 mil piscicultores e maricultores. Estamos finalizando um censo aquícola que vai nos dar um retrato do que existe do ponto de vista de aquicultura, o que efetivamente o Brasil produz, qual é a renda que temos nesse setor.

Ademais, a produção atual – o último dado que temos é de 2007 – é de 1.070.000 toneladas. Estamos fechando os dados de 2008 e 2009, e acredito que a produção deve fechar 2009 em 1.300.000 toneladas.

O setor gera 3,5 milhões de empregos, aproximadamente, e um PIB de R\$ 5 bilhões. Então, é uma área que já é importante, embora não seja comparável com outros segmentos produtivos, como o de carne bovina, suína e de frangos. Em termos gerais, a aquicultura corresponde a cerca de 5% da produção de carnes no Brasil. Então, é uma área importante socialmente, e passa a ter importância cada vez maior na economia do nosso País.

Nossa visão de longo prazo, em primeiro lugar, é ter uma estratégia de desenvolvimento econômico e social nessa área, ou seja, pensar esses dois aspectos. Primeiramente, porque a pesca artesanal tem cerca de três milhões de pessoas envolvidas diretamente, que dependem da atividade. Para essas famílias, é uma questão de segurança alimentar, especialmente no Nordeste e no Norte, onde há o maior contingente. Quer

dizer, a sobrevivência da família está diretamente ligada à atividade pesqueira. Essa é um fator de segurança alimentar para os nossos pescadores, e é importante destacar que 60% da captura na área da pesca é feita pelos pescadores artesanais, e não pelas grandes embarcações pesqueiras. Não é a pesca industrial a maior responsável pela captura, mas, sim, a pesca artesanal, da qual 60% da pesca é oriunda.

Nosso Ministério tem uma visão de desenvolvimento econômico e geração de renda em relação à pesca artesanal. Não podemos olhar para o pescador artesanal como um coitadinho que precisa de cesta básica para sobreviver; é um agente econômico, que tem condições de melhorar a sua renda com o seu trabalho por meio de políticas de crédito; de assistência técnica do associativismo; do cooperativismo; e da dotação desse setor com infraestrutura, fábricas de gelo e unidades de beneficiamento para agregar valor ao pescado.

Precisamos superar a ideia de que os pescadores são milhões de pobres desqualificados, sem futuro e que, portanto, não vale a pena investir neles. Temos trabalhado com uma visão diferente e há dados concretos que sustentam que isso é perfeitamente possível. Regiões que nos últimos anos se estruturaram e melhoraram sua renda estão dando o exemplo de que essa abordagem é correta.

Em relação à pesca oceânica, temos um potencial de crescimento, na nossa zona econômica exclusiva e também em águas internacionais. Nunca conseguimos explorar esse setor adequadamente, até porque o Brasil nunca teve uma frota pesqueira, uma frota de embarcações nacionais com

condições de explorar todo seu potencial. Nos últimos dez anos, adotamos uma política de arrendamento de embarcações estrangeiras para poder aumentar a captura nessa área.

Estamos apostando na ampliação da nossa frota e acreditamos ter as condições de ampliar a captura em águas da nossa zona econômica exclusiva e também em águas internacionais. E temos hoje em torno de sessenta embarcações que já pescam em águas internacionais. São empresas muito eficientes, aliás, que já estão pescando fora da nossa zona econômica exclusiva, e isso é positivo.

Nosso potencial está principalmente na pesca de atuns. Já ampliamos as nossas cotas e estamos ampliando a captura nessa área, com muito trabalho, porque se trata de um pescado nobre para o qual há cotas internacionais a cumprir. Outras espécies, como a anchoita, na região Sudeste e Sul, têm potencial. O setor privado nunca se interessou porque, em tese, não é um produto de muito valor, mas o Peru, por exemplo, captura sete milhões de toneladas de anchoita por ano. Faz muita farinha, mas já começa a processar e ter um produto de melhor qualidade. O Brasil está começando a explorar esse recurso e temos um potencial de captura de, pelo menos, 100 mil toneladas por ano. Há também outros recursos na região amazônica que ainda têm potencial de crescimento.

O grande potencial, porém, está na aquicultura. Costumo dizer que temos um novo território no Brasil, ainda a explorar, que não é solo, que não é terra, são as nossas águas. Temos muito espaço para produzir peixes de qualidade, produzir pescado. Embora o Brasil tenha uma grande extensão de terras, sempre se discutem a sua ocupação e os

seus limites, e há uma imensidão de águas que podemos explorar. Ou seja, a aquicultura é uma atividade que ocupa pouco espaço e há muito espaço disponível para produzir – as nossas águas.

Outro aspecto importante é o fato de que o peixe é a espécie animal que tem a melhor conversão alimentar. Se comparado com o frango, que é de 1,8 a 2 quilos de alimento para um quilo de carne; ou suíno, que é em torno de 2,5 quilos para um quilo de carne; ou o bovino, de sete a oito quilos para um quilo de carne; tem-se o peixe, que, dependendo da espécie, como a tilápia, utiliza entre 1,1 e 1,3 quilo para um quilo de carne; o pintado, 2 quilos. Portanto, a conversão alimentar é muito boa e tem forte potencial de geração de emprego e renda.

O Brasil pode-se transformar em um grande produtor mundial de pescados, especialmente por meio da aquicultura. Hoje, produzimos um milhão de toneladas e temos condições de produzir pelo menos 20 milhões de toneladas de pescado. Esse dado é da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), não é nosso. O nosso potencial é maior que isso. Nós temos 8.500 quilômetros de costa marítima, 13% da água doce do mundo, 10 milhões de hectares de lâminas d'água no interior do Brasil, incluindo reservatórios de hidroelétricas e águas em propriedades privadas. Ou seja, uma riqueza de recursos hídricos, como dizem na Marinha: “a nossa Amazônia azul”, fazendo uma referência à dimensão de águas que o Brasil tem.

Segundo estudo realizado pela FAO, há dois anos, com a produção de 20 milhões de toneladas, nós teríamos um impacto

de 40 bilhões de dólares no setor primário e 160 bilhões de dólares em toda a cadeia produtiva, ou seja, é um impacto econômico bastante significativo e um potencial de gerar 10 milhões de empregos a partir dessa atividade. E produzir 20 milhões, ao contrário do que possa parecer, já que produzimos um milhão, é totalmente possível. Se considerarmos os seis maiores reservatórios – Itaipu; Castanhão, no Ceará; Furnas e Três Marias, em Minas Gerais; Ilha Solteira, em São Paulo; e Tucuruí, no Pará – somente esses reservatórios, utilizando o limite de 1% da lâmina d'água, são suficientes para produzir 500 mil toneladas de pescado. E nós temos mais de 200 reservatórios de hidroelétricas no Brasil.

Outro ponto favorável é que resolvemos o marco legal de cessão dessas águas, que são águas da União. Tal fato traz segurança jurídica, porque ninguém vai investir em uma área que não tem segurança, e resolvemos isso há um ano e meio. O Chile resolveu esse problema em 1991, quando produzia 34 mil toneladas de salmão. Em 2008, passou a produzir 800 mil toneladas de salmão. Ou seja, ofereceu segurança jurídica, ordenou a atividade, atraiu capital – e lá há muito capital estrangeiro, especialmente da Noruega – e tudo isso funcionou. Atualmente, o Chile e a Noruega são os maiores produtores de salmão do mundo.

Então, o potencial que temos nessas águas é algo impressionante. Às vezes, não temos condições de dimensionar. O Ministério da Pesca já estudou vários reservatórios, demarcou as áreas apropriadas e colocou essas águas em formas de lotes, à disposição para a produção.

Um exemplo é o açude de Castanhão, no Ceará. Entregamos títulos de cessão para 640 famílias no semiárido nordestino, que praticamente não têm alternativa de renda. Somente aquele reservatório vai produzir 30 mil toneladas de tilápia por ano. A tilápia no Nordeste dá três safras por ano, graças à temperatura elevada – no Sul só dá uma. E o potencial é de uma renda de até três salários mínimos por família que produz esse peixe.

O Brasil tem grande potencial, recursos hídricos e espécies nativas de primeira qualidade. A tilápia é uma espécie exótica, mas temos o pintado, na região Centro-Oeste, cuja produção é surpreendentemente elevada. Há, na Amazônia, o pirarucu, que chega a dez quilos em um ano, é chamado o bezerro das águas – há vários países que estão desenvolvendo tecnologias, como a França e o Japão, para produzir o pirarucu.

Hoje, o nosso limite é a reprodução em cativeiro. O pirarucu é de uma espécie com características pré-históricas, a ciência ainda não domina a fisiologia dessa espécie, nem seu processo de reprodução. O que pretendemos com essa e outras espécies é a reprodução por indução hormonal, o que passa a ter escala na desova e produção de alevinos. Ainda não conseguimos com o pirarucu, que chega a 12 quilos com apenas 1 ano.

Estivemos na Noruega, no ano passado, quando apresentamos o vídeo de um caboclo da Amazônia com um animal daqueles, de quase dois metros, nas costas. O público ficou impressionado. E pergunta-se: existe mercado? Vale a pena apostar nessa cadeia produtiva? Primeiramente um dado importante: o consumo, em nível mundial, é crescente, vem de forma

ascendente há mais de 15 anos. A tendência é a redução do consumo de carnes vermelhas e o aumento do consumo de carnes brancas. Existe hoje a preocupação com a vida mais saudável, e o pescado é a carne de melhor qualidade do ponto de vista de digestão, é uma carne leve, rica em proteínas, contém ômega 3, tem uma série de qualidades nutritivas que outras carnes não têm.

No ano passado, o consumo médio, em nível mundial, foi de 16,7 quilos por habitante/ano. A projeção da FAO para 2030 é de 22,5 quilos por habitante/ano. Segundo a FAO, teremos necessidade de aumentar a oferta de pescado mundialmente em pelo menos 100 milhões de toneladas para daqui a vinte anos. Haverá maior demanda no mercado internacional.

No que se refere ao mercado interno, temos o privilégio de ter quase 200 milhões de habitantes. O consumo de pescado no Brasil ainda é baixo, em torno de sete quilos por habitante/ano, até porque nós temos outras opções, carne de frango, suíno, bovino etc. Mas o consumo de peixe vem aumentando nos últimos anos por algumas razões. Uma é o trabalho de promoção. Temos, todo ano, a Semana do Peixe, que já virou Quinzena do Peixe; essa iniciativa promove a discussão em torno de uma alimentação mais saudável. Há influência, ainda, do aumento da renda do brasileiro e do aumento do emprego no Brasil. São fatores que têm impulsionado o consumo.

Tivemos, nos últimos três anos, um aumento médio de 15% ao ano nas vendas dos supermercados brasileiros. Em 2003, a maioria não tinha nem loja de pescado. Hoje, grande parte tem lojas bem estruturadas, e muitas redes usam as lojas de

pescados como um critério de fidelização do cliente, porque têm a preocupação de oferecer pescado de qualidade. Se o mercado garante qualidade, o cliente vai lá comprar peixe. No ano passado, foi registrado aumento de 25% das vendas de peixes nos supermercados brasileiros.

O Brasil importa pescado, ou seja, hoje não atendemos à demanda interna. Em 2007, o consumo de pescado importado foi de 12%, registrando 15% em 2008 e, no ano passado, chegou a 20%. É claro que alguns desses produtos não podem ser substituídos, como o bacalhau e o salmão, que são os dois principais produtos. Mas temos hoje, por exemplo, o pirarucu. A manta do pirarucu substitui o bacalhau do ponto de vista do sabor.

Então, temos um grande potencial no mercado interno e externo. Quem está atendendo à demanda do pescado mundial hoje não é a pesca, é a aquicultura, porque a pesca tem limites de estoques, está estagnada em torno de 90 milhões de toneladas há quinze anos. Quem tem atendido à crescente demanda tem sido exatamente a aquicultura, que passou de 20 milhões de toneladas de produção na década de 70 para quase 60 milhões de toneladas no ano passado.

O setor não se desenvolve espontaneamente. São necessárias políticas públicas e uma visão de desenvolvimento sustentável no longo prazo. Então, primeiramente, precisamos consolidar a política de Estado para esse setor, e estamos trabalhando nisso.

Nos últimos 50 anos, as regras e as instituições para o setor se caracterizaram pela descontinuidade. Houve a Sudepe (Supe-

rintendência de Desenvolvimento da Pesca), vinculada ao Ministério da Agricultura, que foi extinta em 1989. Todas as suas atribuições foram para o Ibama, que, evidentemente, tem uma preocupação maior de preservação do que de fomento. Em 1997, parte das atribuições foram para o Ministério da Agricultura, quando se criou o Departamento de Produção Animal, o DPA.

Em 2003, criou-se a Secretaria da Pesca, que manteve mais ou menos essa distribuição de competências, e agora o Ministério possibilitou uma melhor organização das atribuições sob o comando do Ministério da Pesca e Aquicultura. Então, hoje há uma unidade, uma junção de competências, embora algumas áreas sejam compartilhadas com o Ministério do Meio Ambiente, especialmente a questão do ordenamento pesqueiro.

A intenção, portanto, é acabar com essa descontinuidade, porque ela não oferece segurança para o mercado e para que a iniciativa privada possa investir e apostar no setor. Se nem o governo apostar, o mercado não teria motivos para fazê-lo.

Quando elaboramos o Plano Mais Pesca e Aquicultura, mostramos ao presidente Lula que há potencial, há mercado, mas que é preciso estruturar o setor do ponto de vista institucional. Era necessário criar o Ministério da Pesca e da Aquicultura, resolver o problema das competências, ter quadro próprio de pessoal concursado e ter um orçamento mais robusto. Essa foi a primeira medida importante para não correr o risco de, a cada governo, mudar tudo.

Com relação aos recursos, em 2002, o orçamento para esse setor era de 11 milhões de reais. Subiu para 80, para 100,

para 270, no ano passado foi de 460 e, este ano, 803 milhões de reais de orçamento. Aqui não estão incluídas as políticas de crédito, que são em torno de um R\$ 1 bilhão em várias linhas à disposição, e também não estão os recursos do seguro-defeso do pescador, que é pago pelo Ministério do Trabalho, e são cerca de 700 milhões por ano só nessa área, enquanto em 2003 era 60 milhões. O número de beneficiários aumentou mais de dez vezes. Hoje são 400 mil pescadores beneficiários do seguro-defeso. Por tudo isso, há a necessidade de ter uma instituição forte.

Ter uma empresa que faça pesquisa nessa área também é uma medida importante. Daí a proposta de criação da Embrapa Aquicultura e Pesca. Hoje temos muitas instituições que fazem pesquisa, mas não têm foco, não têm uma política nacional clara, com prioridades. Tal instituição, que foi criada oficialmente em agosto do ano passado pelo Conselho Superior da Embrapa, já tem direção e sede em Tocantins, e realizou concurso público em janeiro para a contratação de pesquisadores.

Então, a Embrapa, com sua sede em Tocantins e suas unidades regionais, fará pesquisa, terá um plano e irá coordenar o sistema nacional que envolverá não só as unidades da Instituição, mas também as universidades e outras instituições que fazem pesquisas. Tal medida é estratégica, e o peixe tem uma vantagem: como o ciclo é curto, a cada geração, segundo a Embrapa, ganha-se de 10% a 15% de produtividade. Ao se investir em pesquisa e tecnologia, rapidamente se ganha produtividade nas espécies prioritárias.

Terceira medida importante foi a aprovação da Lei da Pesca em 2009. A lei anterior era de 1967 e estava totalmente desa-

tualizada. A nova lei criou instrumentos de apoio, equiparou pescador e piscicultor ao produtor rural do ponto de vista de acesso ao crédito e uma série de outros benefícios, além de introduzir a preocupação com a sustentabilidade.

A quarta questão foi a criação de um marco legal para a concessão de águas da União. Ele não existia, e todos que produzem, embora tenham a outorga da Agência Nacional de Águas (ANA), não estão regularizados. Santa Catarina, o maior produtor nacional na área da maricultura, produz 14 mil toneladas de ostras, mariscos e mexilhões graças a um Termo de Ajuste de Conduta com o Ministério Público, porque não tem licença ambiental, e, por isso, a atividade não tem financiamento.

Tal situação está em processo de regularização. Foram demarcados os 28 mil hectares de lâmina d'água e agora estamos encaminhando para o licenciamento ambiental e, este ano ainda, todos os lotes serão entregues. É um título de cessão que dá direito a usar aquele espaço d'água por até 20 anos, com licença ambiental, outorga da Agência Nacional de Águas, autorização da Marinha, tudo regularizado. Tal fato vai não apenas regularizar quem está na produção, mas abrir novos espaços para produzir.

Formação profissional é uma política desenvolvida com o Ministério da Educação. Um grande gargalo era a pouca disponibilidade de cursos técnicos de nível médio. Havia apenas sete cursos em 2003, hoje já são 55 e, até o fim do ano, o Ministério da Educação vai implementar mais 10 cursos de nível médio. Outros cursos de nível superior também proliferaram: eram oito, hoje são 25.

Uma política de Estado é estratégica para o desenvolvimento do setor – e essa atividade tem que ser desenvolvida com sustentabilidade ambiental e sanitária. Procuo destacar tal fato porque os ambientalistas acreditam que quem fomenta a atividade depreda e não conserva. Enfatizo ainda que não há futuro na pesca e na aquicultura se não houver sustentabilidade.

Nosso Ministério encara a questão de sustentabilidade com muita seriedade e, analisando o nosso passado, são feitos muitos questionamentos relativos a esse ponto. O Chile, por exemplo, descuidou-se na questão do ordenamento e teve um problema sanitário no ano passado que atingiu toda a cadeia produtiva do salmão, colocando em cheque a indústria. Aquele país prevê uma redução de 50% da produção neste ano em decorrência de tal fato, relacionado a uma doença virótica. Essa questão de ordenar adequadamente, ter esses cuidados ambientais, é estratégica para que se possa desenvolver a atividade de forma sustentável.

Também é fundamental a questão da inclusão social. Inserir de fato os nossos pescadores no processo de desenvolvimento proporcionará a melhoria da renda. No que se refere ao modelo de desenvolvimento nas águas da União, a questão do acesso, é fundamental estabelecer critérios e regras para não permitir que daqui a 30 anos tenhamos verdadeiros latifúndios sob o controle de meia dúzia de produtores. Precisamos democratizar o acesso a essas águas.

Adotamos o seguinte critério nos reservatórios: primeiramente, faz-se uma cessão não onerosa, para famílias com até cinco salários mínimos por mês, para que elas consigam ter

acesso. Posteriormente, faz-se uma cessão onerosa, por licitação, que são lotes maiores, empreendimentos com limites de até dez hectares, para permitir a democratização dessas áreas. Propusemos, na Consolidação das Leis Sociais, um projeto para o Congresso Nacional – um projeto de lei chamado de Aquicultura Social – que estabelece princípios e critérios que os futuros governantes têm que observar para impedir ou dificultar a alta concentração de lotes na mão de poucos.

No Chile, por exemplo, há 800 produtores de salmão que produzem 800 mil toneladas. Na Noruega, 200 produtores produzem 632 mil toneladas. Então, desenvolve-se uma cadeia produtiva, mas são poucos os que se beneficiam dela.

Estruturar a cadeia produtiva é importante para superar um dos problemas do setor, que é o fato de o preço médio do pescado ser superior ao das carnes. Isso acontece porque há um alto grau de intermediação na cadeia produtiva do pescado. Então, a cadeia produtiva tem que buscar a eficiência, desde a produção na propriedade ou na pesca até o consumidor final. Qualidade e eficiência produtiva.

Pode-se mencionar o exemplo do frango, embora possa haver modelos diferentes. Ele é produzido na propriedade, vai para a indústria e depois para o supermercado. Estruturar essa cadeia produtiva passa não só pelo investimento do setor privado, mas também pelo investimento do governo em pesquisa e beneficiamento.

O fortalecimento do mercado interno é um dos nossos grandes objetivos. Não me preocupa o fato de que a balança comercial seja negativa hoje. Até 2006 foi positiva, mas a

valorização do câmbio promoveu o aumento da importação e dificultou a exportação, principalmente de camarão. Portanto, é negativa porque importamos 600 milhões de dólares e exportamos 300 milhões de dólares. Contudo, esse câmbio ajudou a estabilizar o preço e até a reduzir o preço do pescado em alguns casos. Por exemplo, em 2008, quando o preço das carnes subiu muito, o do pescado diminuiu em 1%. Ou seja, de certa forma ajudou a regular um pouco o preço e aumentar o consumo interno.

Outro eixo é desenvolver as políticas a partir dos territórios. Como também há uma grande dispersão de pescadores, implantamos essas políticas em 50 territórios. Este ano serão implantados mais 20, em um total de 174 territórios em todo o País. Trata-se de pensar os investimentos e a estruturação da cadeia produtiva a partir de regiões nas quais há participação de todos os atores sociais: pescadores, piscicultores, maricultores, prefeituras, governos dos estados, universidades. Eles fazem diagnósticos e pensam políticas para estruturar a cadeia produtiva de cada região.

A organização do setor é outro elemento fundamental, ela deve ocorrer do ponto de vista econômico e político. O cooperativismo, o associativismo, as colônias, os sindicatos são formas de organização. No setor pesqueiro, existe ainda uma organização precária, que dificulta a ação. Quem vai garantir as políticas, em última instância, é um setor fortemente organizado. Essas são as principais diretrizes que orientam o nosso trabalho.

Na pesca artesanal, a meta é melhorar a renda e garantir cidadania; na pesca industrial, consolidar a frota nacional

e aumentar a captura nas pescarias que têm potencial; e na aquicultura, trata-se de aumentar a produção e garantir regularidade de oferta, o que vai permitir a redução do preço final do pescado e aumentar o consumo em nível nacional.

Em 2008, lançamos o Plano Mais Pesca e Aquicultura. Ele contém cinco programas: a gestão da política pesqueira e aquícola; o desenvolvimento sustentável da pesca; o desenvolvimento sustentável da aquicultura; a gestão estratégica da informação pesqueira e aquícola, que envolve toda a questão estatística; e a política de infraestrutura aquícola e pesqueira. Nessas cinco áreas, temos 27 ações.

Atualmente, trabalhamos com metas para o período de 2008 até 2011: aumentar de 3,5 milhões para 5 milhões os postos de trabalho no setor; aumentar o consumo de sete quilos de pescado por habitante/ano para nove quilos; aumentar a produção da pesca de 760 mil toneladas para 860 mil; aumentar a produção da aquicultura, de 270 mil para 570 mil toneladas; e aumentar a produção total de pescado, passando de 1 milhão e 50 mil para 1 milhão e 430 mil toneladas.

Agora estamos discutindo as metas para 2022. Há espaço para mais ousadia porque o aumento de consumo está sendo atingido. Atualmente, falta peixe em todo o Brasil, e isso está estimulando a produção. Nas conversas com os prefeitos do interior do País, temos percebido que todos estão entusiasmados com a piscicultura, e já é possível constatar um expressivo incremento dos investimentos, como na Cooperativa Copacol, no Paraná. A cooperativa, criada em 1963, produzia frango e há dois anos inaugurou um frigorífico com capacidade para abater 50 toneladas por dia.

A empresa Mar & Terra, no Mato Grosso do Sul, é outro bom exemplo. No ano passado, dobrou o abate de pintado. Acaba de ser inaugurado também um frigorífico da Sadia em Sorriso, Mato Grosso, resultado de um investimento de R\$ 54 milhões para abate de 8 mil toneladas por ano. O projeto inclui a produção de alevinos, engorda e processamento. Eles têm 90 hectares de produção em uma área degradada, só com peixes amazônicos.

O frigorífico Native Peixes Amazônicos produz tambaqui e pintado e vai produzir pirarucu. Possui produção própria e trabalha também em um sistema de integração, como a avicultura no Sul do Brasil, que se consolidou por meio dessa estratégia.

Houve forte incremento dos investimentos. Ao se analisarem os pedidos de SIF (Serviço de Inspeção Federal), no Ministério da Agricultura, verifica-se que aproximadamente 35% dos pedidos na área de carnes referem-se à indústria de pescado. O setor está entrando em uma nova dinâmica que, somada às políticas de fomento, ajudará a deslançar a produção.

Com relação ao orçamento para 2010, é de R\$ 800 milhões, que estão sendo gastos na construção de terminais; em crédito; e no Profrota, destinado à construção de embarcações, assistência técnica, formação profissional, incentivo ao extrativismo e ao cooperativismo e à política de equiparação do preço do óleo diesel.

Existe subsídio ao óleo diesel para a pesca. Os estados isentam do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o governo federal subsidia em até 25% o preço do

óleo diesel, o suficiente para equiparar o preço nacional ao preço internacional. É um programa criado ainda em 1998, mas que estava engatinhando. Investimos em torno de 25 milhões por ano em subsídios, mais o ICMS dos estados. Com isso, a redução do litro do óleo diesel para a pesca pode chegar a 43%.

Vale destacar ainda outras ações do Ministério, tais como: ações de incentivo ao consumo; programas de ordenamento e monitoramento da atividade; aquicultura em estabelecimentos rurais, que é a produção em tanques escavados; programas de sanidade aquícola; programa de adequação aos princípios internacionais e o código de conduta responsável para aquicultura sustentável.

Uma grande preocupação é investir na modernização da frota. Para tanto, existe o Profrota, que é um programa que tem recursos do fundo da Marinha Mercante. Financia com prazo de quinze anos, e mais três anos de carência – portanto, em 18 anos, com juros que variam de 7% a 12%, dependendo do tamanho da empresa – e ainda tem o objetivo de construir uma frota nacional e acabar com o problema de arrendamento das embarcações.

Foram aprovados 54 projetos, há oito embarcações inauguradas e os outros projetos estão tramitando no banco. Houve certa lentidão até esse programa deslançar, e o problema dele é o mesmo da frota da Marinha Mercante, que são as garantias. Com o fundo garantidor aprovado, conseguimos incluir também a frota pesqueira. Tendo essa questão regulamentada, teremos condições de dar um impulso maior ao programa.

Para a frota artesanal, foi criado, no ano passado, o programa Revitaliza, que está financiando a substituição dos barcos pequenos por meio do Pronaf Mais Alimentos. O Pronaf foi criado para comprar tratores agrícolas, de até R\$ 100 mil (valor que, este ano, será reajustado para R\$ 130 mil), com dez anos para pagar, três de carência e somente 2% de juros ao ano. É um programa especial para a frota pesqueira artesanal e também para financiar a aquicultura familiar. Então, incluímos a pesca e a aquicultura no Pronaf Mais Alimentos.

Do ponto de vista da infraestrutura, o que tínhamos era da época da Sudepe. Então, estamos investindo em vinte terminais pesqueiros públicos, alguns já inaugurados, como Laguna (Santa Catarina) e Santos (São Paulo). Estão em obra: Cabebelo, na Paraíba; Camocim, no Ceará (prestes a ser inaugurado); Manaus no Estado do Amazonas; Natal, no Rio Grande do Norte; Santana, no Amapá; e, na Bahia, Salvador e Ilhéus. Além desses, Belém já foi licitado; e Rio de Janeiro, que é uma das principais entradas, enfrenta dificuldades para obter a licença ambiental, mas devemos publicar logo o edital de licitação. São terminais localizados em pontos estratégicos para o desenvolvimento do setor.

Estamos trabalhando do mesmo modo com os Centros Integrado da Pesca Artesanal (Cipar), com unidades que permitem desembarque, lavagem e classificação, em alguns deles até processamento. Isso inclui fábrica de gelo, câmara fria e estrutura para a comercialização, ou seja, oferece condições de estruturar a cadeia produtiva para a pesca artesanal.

O grande desafio é a gestão dessas unidades. Existem mais de 200 fábricas de gelo já implantadas ou sendo instaladas, bem

como unidades de beneficiamento. Temos 25 entrepostos a serem inaugurados, que envolvem piscicultura e pesca. Estamos adequando algumas linhas de crédito do Plano Safra e estudando com o BNDES a adequação das linhas do banco para a pesca artesanal.

A assistência técnica ainda precisa melhorar, mas estamos avançando, com a preocupação da sustentabilidade. Foi criado o programa de rastreamento por satélite das embarcações pesqueiras, com 1.300 barcos nesse sistema, em parceria com a Marinha. A unidade central está no Rio de Janeiro, na Marinha, e, em tempo real, sabemos onde essas embarcações estão pescando, e se estão cumprindo o que a licença determina.

Atualmente, é possível avaliar onde estão os estoques de peixes por meio do sistema de monitoramento por satélite – isso vale para barcos com mais de 15 metros, mas já estão sendo incluídos barcos de 10 a 15 metros. Passaremos a cobrir o custo dos aparelhos, são mais R\$ 3 milhões a investir para comprar os equipamentos e realizar também o monitoramento dos barcos que pescam lagosta. Todos os que acompanham esse setor sabem do dilema que é a fiscalização.

Estamos trabalhando para superar os desafios na fiscalização da pesca da lagosta. Existiam 5 mil barcos pescando, mas só 1.200 tinham licença. Em 2007, em cooperação com o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente, instituímos um conjunto de regras de reordenamento, proibimos a rede, agora só é permitido o manzuá. Foram recolhidos 12 milhões de metros de redes. No ano passado, nós compramos 28 lanchas rápidas e estamos fazendo parcerias agora com a Marinha, com as polícias ambientais e com o Ibama para fiscalizar. Precisamos

de regras, participação do pescador, política de fomento e fiscalização.

O seguro-defeso, que é de um salário mínimo pago por mês durante o período em que a pesca é proibida, está implantado, mas, com isso, surgiu um novo problema: há pessoas querendo atuar como pescadores só para ter seguro-defeso.

Na aquicultura, é preciso estruturar a cadeia produtiva, e estamos trabalhando para organizar a cessão de águas da União, em reservatórios, hidroelétricas e na costa marítima. É necessário estudar os reservatórios, definir as melhores áreas, com a Agência Nacional de Águas, e dimensionar a capacidade de suporte para que não se obtenha uma produção acima da capacidade. Esses estudos foram feitos na costa marítima também, em 13 estados, são os Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM). Esse processo passa pela identificação das melhores áreas, das áreas que não conflitam com outras atividades, como o turismo, entre outros fatores, para a posterior fase de gestão. Há também políticas, nesse caso, em regiões onde não há oferta de alevinos pela iniciativa privada. Financiamos a implantação de unidades de produção de alevinos.

O governo financia até 50% do custo da hora/máquina, na escavação de tanques para a criação de peixes. A prefeitura financia uma parte, o produtor outra. Pode-se ainda conseguir equipamentos por meio de emendas de bancada ou de emendas individuais. Estamos trabalhando com crédito, assistência técnica e subsídio à energia. Foi aprovada, há três anos, a MP do Bem, que garante subsídio de 70% do custo da energia elétrica para bombeamento e aeração nos horários das dez da noite às seis da manhã.

Além disso, estamos resolvendo o problema do licenciamento ambiental para apicultura. Não existia uma legislação para essa área e, no ano passado, depois de cinco anos no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), foi aprovada uma resolução exclusiva para aquicultura, que simplifica o licenciamento ambiental. Sem licença não há crédito, e mais de 90% dos empreendimentos aquícolas no Brasil ainda não têm licença, razão pela qual procura-se acelerar também a regularização ambiental.

O governo está avançando da mesma forma na estruturação de sistemas estatísticos. Temos o desafio de estabelecer uma base de dados de produção, consumo, renda e emprego. As próprias instituições oficiais, como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), não dispõem desses dados.

Consolidar o sistema nacional de pesquisa a partir da Embrapa também é um dos desafios estratégicos. Consolidar um sistema eficiente de gestão pesqueira, ou seja, ordenamento, fomento e fiscalização. Consolidar o mercado interno de consumo é importantíssimo porque estimula a produção. Tal demanda inclui uma revisão do sistema tributário, para reduzir custos da importação de motores, já que o imposto atualmente é de 65%.

Pretende-se consolidar uma política de crédito e trabalhar também na linha de certificação dos produtos. Trata-se de tendência mundial e, para que o Brasil possa ter acesso ao mercado internacional, terá que avançar na certificação de sua produção. A União Europeia, por exemplo, está estabelecendo regras para importar lagosta, o que supõe a adoção de normas que vão desde o barco adequado para a captura

até a conservação do pescado, do processamento até a embalagem e a exportação. Tudo isso avança para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável do ponto de vista ambiental e social do setor pesqueiro.

Helder Ferreira (Ipea) — Como se dá a proteção social dos pescadores artesanais? Eles estão incluídos nessa lei do microempreendedor individual? Como fica a questão das famílias com a morte do pescador ou em caso de doença? Eles estão cadastrados na Previdência?

Primeiramente, colocamos à disposição da Previdência todo o cadastro dos nossos pescadores; então, eles já fazem parte da política da Previdência. É necessário incluí-los nesse sistema, pois se garante agilidade na concessão dos benefícios, podendo-se, por exemplo, concluir o processo de solicitação da aposentadoria em meia hora.

Outro aspecto importante é que conseguimos, na aprovação da nova Lei da Pesca, incluir um artigo que passa a considerar a mulher do pescador como trabalhadora da pesca. Ela não é pescadora, a não ser que realmente atue como tal, mas ela é trabalhadora em um regime de economia familiar. Então, da mesma forma que há o agricultor e a trabalhadora rural, temos o pescador e a trabalhadora na área da pesca. Tal fato, do ponto de vista de benefícios sociais, passou a dar todos os direitos que a trabalhadora rural também tem. Acredito que é uma vitória importante, mas claro que a luta das mulheres agora é para conseguir o seguro-defeso, porque elas viraram trabalhadoras da pesca e agora acham também tem direito ao seguro-defeso, então começa outra luta.

Esse também foi um avanço significativo porque incluiu os benefícios como auxílio-maternidade e aqueles relativos à aposentadoria. Há uma questão recorrente sobre aposentadoria especial, porque eles tinham esse direito até a reforma da Previdência de 1998. Uma das lutas dos pescadores é essa, porque realmente é uma atividade insalubre (ocorrência de câncer de pele e problemas de visão). Existe, ainda, um programa de fornecimento de óculos – caso contrário, não se consegue avançar na alfabetização desses pescadores.

Alberto Lourenço (SAE) – Alguns anos atrás, eu fui coordenador do PPG-7, o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, e tínhamos um subprograma do Ibama, o ProVárzea, então coordenado por Mauro Ruffino. Nós desenvolvemos uma experiência, que eu considero de importância mundial, que foram os acordos de pesca. Segundo tais acordos, os pescadores se comprometiam a limitar a captura, o que permitiu aumento de 30% na captura sustentável, além de melhoria na qualidade geral de todo o processo.

Na Amazônia, a questão da pesca e da pesca por captura ainda é cheia de conflitos, principalmente os conflitos entre comunidades pesadoras artesanais e barcos veleiros. A iniciativa dos acordos de pesca tem respaldo nas ações do governo? O governo pretende estendê-la a regiões com características similares? Pergunto ainda: está sendo tratado o conflito na região entre pescadores artesanais e veleiros?

Mauro Ruffino é atualmente diretor de estatística e ordenamento do Ministério da Pesca. Ele está nos ajudando com sua experiência, trabalhou dez anos no ProVárzea, que é uma experiência fantástica na Região Norte, e nós adotamos essa

visão de gestão compartilhada, que pressupõe a participação dos pescadores no ordenamento e na definição das regras. Isso é fundamental porque o pescador precisa assumir a responsabilidade de desenvolvê-la de forma sustentável. Não é suficiente apenas estabelecer regras e contar com a força do Estado na fiscalização, precisamos da participação do trabalhador.

O pescador artesanal é o principal interessado na perpetuação das espécies porque ele depende disso para viver. A ação do governo é fundamental para fazer cumprir as regras. Hoje há tensões até no Pantanal, entre pesca esportiva e pesca artesanal. O governo estadual acredita que o turismo baseado na pesca esportiva seja a redenção do estado e proíbe a pesca artesanal, deixando três ou quatro mil pescadores sem ter o que comer. Porém, eles continuarão pescando, independentemente da vontade do governo. Por isso, é melhor ter alguns critérios que garantam a renda mínima para os pescadores e que os torne corresponsáveis pela preservação. Esse debate tem sido estimulado no Pantanal, em Goiás, em Rondônia e no Tocantins. Estamos trabalhando com acordo de pesca, incluindo a área marítima da região de Angra dos Reis. Envolvermos toda aquela região e estamos promovendo essa discussão. E no Norte, o Amazonas é o estado que mais evoluiu nesse aspecto, nos lagos, como na comunidade Mamirauá, que produz pirarucu. Temos que definir claramente as regras e fiscalizar. E os sistemas de monitoramento por satélite ajudam nessa missão, pois a licença estabelece em quais regiões não se pode pescar, e quando o satélite identifica alguma ação ilegal, aciona a fiscalização.

Francisco José Silveira de Vasconcellos (SAE) – Como é possível incorporar pessoal qualificado para o aumento da frota pesqueira oceânica?

Enfrentamos problemas até com a construção de novas embarcações, falta mão-de-obra para isso. A principal fonte de mão-de-obra são os próprios pescadores, os quais vêm sendo capacitados. A Marinha tem um programa de capacitação que está carente de recursos, o Ministério da Pesca, em vários momentos, não conseguiu também repassar os recursos, mas o arrendamento de embarcações também formou mão-de-obra e muitos mestres que estavam nessas embarcações hoje estão em embarcações brasileiras. Há uma empresa no Rio Grande do Norte que tem cinco barcos e a principal mão-de-obra veio de embarcações arrendadas, e são excelentes mestres de pesca. Além disso, estamos trabalhando para criar algumas escolas de pesca, na verdade reativar algumas que foram desativadas no passado e, em parceria com o Ministério da Educação, atuar também em regiões como Santa Catarina e Pará, que têm as principais frotas. No caso de Itajaí, vai ser inaugurado este ano um Centro Tecnológico (Cetec), que é uma escola de ensino médio e profissionalizante, especificamente voltada para capacitação de mão-de-obra na área da pesca. Contudo, de fato, a formação de mão-de-obra ainda é um gargalo.

Ricardo Garcia França (SAE) – A pesca internacional é uma atividade extremamente impactante, várias populações de diversas espécies estão sob forte pressão, em especial o atum, que foi mencionado pelo senhor e que apresenta populações em declínio. Gostaria de saber um pouco mais sobre as ações específicas que o Ministério está conseguindo fazer para garantir que

essa expansão da pesca propriamente dita se dê em bases sustentáveis, mas, em especial, eu gostaria de saber se existe alguma reflexão do Ministério com relação à presença de embarcações estrangeiras, se isso tem representado alguma ameaça aos estoques pesqueiros do Brasil e que tipo de atitude o Brasil tem conseguido adotar para evitar o problema? Porque a frota nacional é monitorada com rastreabilidade, como foi mencionado. Porém, a frota estrangeira que vem para nossas águas é mais difícil de enfrentar, então eu gostaria de saber um pouco mais sobre as reflexões do Ministério a respeito disso.

Há algumas ações que mostram que é possível desenvolver a pesca de maneira sustentável e recuperar estoque. Vejamos o caso da sardinha na Região Sudeste. Na década de 1970, o Brasil capturou 220 mil toneladas de sardinha. Por falta de um ordenamento adequado e fiscalização, em 2000 essa captura caiu para 17 mil toneladas. Em 2003, eram 20 mil toneladas de captura. O que se fez junto com o Meio Ambiente e o Ibama foi estabelecer duas políticas: a primeira, aumentar o defeso de quatro meses para seis meses, que é o período de reprodução das espécies, então virou seis meses de proibição; e a segunda foi aumentar a fiscalização para fazer cumprir essas disposições. A partir disso, a produção aumentou, foi para 30 mil, 48 mil, 70 mil e, no ano passado, capturamos 100 mil toneladas de sardinha. Foi um caso interessante porque tivemos reuniões no Rio de Janeiro e em Itajaí para discutir como a indústria poderia ampliar a sua capacidade de processamento e estocagem.

Então, se há regras bem definidas, a partir de estudos – e aqui há informação científica sobre o comportamento dos estoques e sobre a sua reprodução –, é possível criar uma dinâ-

mica que favoreça a sua recuperação. Isso serve também para o caso da lagosta no Nordeste e do camarão sete barbas na Região Sudeste/Sul.

Com relação à frota estrangeira, é uma questão de fiscalização, na verdade. A Marinha tem feito esse esforço para fiscalizar e, de vez em quando, apreender embarcações estrangeiras, como fez no Norte, no ano passado, com embarcações do Panamá e da Venezuela. Mas a costa brasileira é muito extensa e por isso estamos ampliando também a frota da Marinha para intensificar a fiscalização. É necessário, do mesmo modo, estruturar a frota nacional e ocupar a zona econômica exclusiva.

As diferenças que tínhamos anteriormente com o Japão e recentemente com a Espanha foram causadas pelo desejo desses países de ter um porto pesqueiro internacional no Brasil. Um porto para as embarcações estrangeiras que pescam no Atlântico Sul poderem atracar e desembarcar o pescado no Brasil. O governo brasileiro tem e teve uma posição contrária, e recentemente houve novas pressões, até mesmo sobre o presidente Lula. Redigimos, então, um documento com a participação da Marinha, dos Ministérios da Pesca, do Meio Ambiente e das Relações Exteriores ratificando essa posição contrária.

Em primeiro lugar porque eles ganhariam em competitividade, ao pescarem no Atlântico Sul e desembarcarem em dois ou três dias no Brasil, sem terem que esperar de 12 a 15 dias para desembarcar na Europa. As vantagens comparativas que nós temos de pescar próximo à costa aqui no Atlântico Sul estaríamos perdendo, e eles teriam mais tempo para pescar e poderiam realizar um esforço de pesca maior. Em segundo

lugar, não teríamos mecanismos de controle dessas embarcações que atravessam a nossa zona econômica exclusiva e vêm desembarcar aqui. Para o governo brasileiro, seria muito difícil fiscalizar a pesca na zona econômica exclusiva.

Por isso, o Brasil tem sido contrário à instalação de portos internacionais. Visitei o do Uruguai, e as autoridades ligadas ao setor naquele país hoje têm posição também contrária, questionam muito, porque virou apenas um entreposto de desembarque sem trazer mais nada de benefício para o país, de renda ou emprego. Eles disseram que fizeram essa opção porque não apostavam no empresariado para desenvolver a pesca. Nós, ao contrário, estamos apostando. Então, se estamos apostando, temos que ter uma política que possa minimamente proteger a nossa indústria pesqueira para que ela se desenvolva e se consolide.

É importante destacar, aproveitando que o Brasil tem tido uma participação muito ativa na Organização Mundial do Comércio (OMC), que, pela primeira vez, na Rodada de Doha está se discutindo a regulamentação dos subsídios à pesca. Diferentemente dos demais produtos agrícolas e industriais, os subsídios não só distorcem o comércio, mas distorcem também os estoques pesqueiros. Porque, se outro país subsidia fortemente a construção de embarcações e também o óleo diesel, vai permitir um esforço de pesca maior que diminui os estoques.

Os subsídios fomentam também uma concorrência desleal pelos estoques, que são comuns nos nossos oceanos. A proposta brasileira a esse respeito é a seguinte: defender um tratamento especial e diferenciado nos subsídios da pesca em

relação aos países em desenvolvimento, o que coíbe a maioria dos subsídios dos países desenvolvidos, como os subsídios na construção de embarcações, o subsídio de óleo diesel, créditos e assim por diante; e permitir subsídios para os países em desenvolvimento desenvolverem a indústria pesqueira nos limites da sustentabilidade ambiental.

Essa combinação entre permitir a pesca e ao mesmo tempo estabelecer um limite, que é o da sustentabilidade, é a base da proposta brasileira, que só conta com a oposição do Japão e da Espanha. A China tinha questionamentos e agora passou a apoiar a posição brasileira. A ideia é garantir o direito de subsidiar nesses limites da sustentabilidade, para criar condições de concorrência e desenvolver a indústria pesqueira no Brasil e nos países em desenvolvimento.

Marcos Peixoto (Senado Federal) — Recentemente, o programa de TV Globo Rural abordou a pesca de peixes ornamentais na Amazônia e em outros polos, como Minas Gerais. São peixes tanto de água doce como de água salgada. Os ornamentais de água salgada têm mercado, embora no Brasil, talvez, a sua pesca seja marginal comparativamente à pesca artesanal e industrial para fins de alimentação. No mercado internacional, certamente existe um mercado que pode ser atraente para o Brasil. Parece que existe um grande potencial tanto de pesca quanto de piscicultura dessas espécies ornamentais. Eu gostaria de saber se o Ministério tem se debruçado também sobre esse assunto, se tem dados e números sobre o potencial desse mercado, tanto no Brasil como no exterior.

Foi lançado um plano de desenvolvimento da pesca e aquicultura para a Amazônia no passado – especificamente para a Amazônia, porque a consideramos uma região em que a piscicultura de peixes ornamentais tem papel estratégico – até porque temos a maior reserva de água doce do mundo e espécies de primeira qualidade e de rápido crescimento. É uma atividade com a qual a população da região tem familiaridade. É mais rentável do que produzir gado, muito mais rentável. Só para se ter uma ideia, em um hectare é possível ter uma renda de R\$ 400,00 a R\$ 1.000,00. O tambaqui, em tanques escavados, rende em torno de R\$ 8.000,00 por ano e, em tanques redes, varia entre R\$ 70.000,00 e R\$100.000,00 por ano de renda. Portanto, é consideravelmente mais rentável.

Além disso, a marca Amazônia tem um apelo de mercado muito forte. Quando se fala lá fora que é peixe da Amazônia, por isso que a Native Peixes Amazônicos tem apelo, é uma marca, o produto é valorizado. A nossa preocupação é produzir peixes sem destruir a floresta. Assim, ao invés de estimular a produção bovina na região, vamos estimular a produção de peixes. Por isso, lançamos um programa específico para estimular a piscicultura, que, no futuro, poderá ser uma das principais atividades econômicas na Amazônia.

A questão dos peixes ornamentais é um filão que temos que explorar. Hoje é basicamente captura. No Brasil, mais de 95% dos peixes ornamentais provêm de capturas. No mundo, mais de 90% é aquicultura, é cultivo. Nos principais polos, como Barcelos (AM), quem pesca é quem menos ganha. O pessoal está nas mãos das empresas exportadoras, que vendem no exterior por quarenta vezes o preço pago ao pescador. Estima-se que a atividade gere em torno de dez mil empregos,

dez milhões de dólares de movimento econômico, mas é uma área em que há grande potencial não só na captura, mas principalmente no cultivo.

Foi criado um programa de apoio a essa atividade em Minas Gerais, com um polo de cultivo; e no Ceará a universidade está fazendo pesquisas de algumas espécies marinhas ornamentais. É uma atividade muito promissora. Deve-se atentar para o fato de que não é só pesca e captura, existem a pesca ornamental e a pesca esportiva, devidamente regulamentadas. Por exemplo, na região amazônica a pesca esportiva é um fator importante de atração de turismo e de empregos.

Armando Vieira (SAE) – O senhor mencionou a dificuldade de gestão de unidades pesqueiras no Brasil. Quais são essas dificuldades e o que tem sido feito para superá-las? Acredito que isso esteja ligado, em parte, à questão do associativismo e do cooperativismo, e uma das ações é o fortalecimento dessas duas iniciativas. Então, quais são essas políticas para fortalecer e desenvolver o associativismo no Brasil? Pensando muito a longo prazo (não sei se existe uma preocupação com relação à preservação das espécies de peixes), existe uma preocupação com a elaboração de um banco genético dessas espécies?

Em primeiro lugar, é bom observar que esse é um setor em que o nível de analfabetismo é muito elevado. Em 2004, fizemos um levantamento a partir da concessão do seguro-defeso, que constatou que 79% dos pescadores eram analfabetos ou analfabetos funcionais, que só sabiam assinar o nome. Nós criamos o programa Pescando Letras, com o Ministério da Educação, alfabetizando em torno de 120 mil pescadores.

Hoje existe um projeto piloto com Cuba, numa metodologia que eles chamam de “Sim, eu posso”. Em alguns lugares, como na Bolívia, eles usaram esse método e erradicaram o analfabetismo.

É uma metodologia diferente, com um aprendizado mais rápido. Estão fazendo isso em cinco estados, nas cinco regiões do Brasil, e os resultados são muito positivos. Portanto, uma dificuldade é o analfabetismo, outra é baixo grau de organização. O pescador aprendeu a ir pescar, mas não a se organizar. Fica um dia, dois dias, ou até quinze dias no mar, e, quando volta para casa, não quer saber de nada.

Estamos criando cooperativas e associações, temos um programa de incubadoras de cooperativas e projetos específicos para dar assistência técnica e acompanhamento, em parcerias com o Sebrae e com os órgãos estaduais de assistência técnica. É fundamental haver acompanhamento por certo período, bem como um suporte de gestão. Estamos estruturando um programa específico para isso, porque construímos muitas estruturas, e o desafio agora é gestão.

Há uma universidade que está fazendo todo o trabalho de identificação genética das principais espécies a partir do DNA. Então, estamos avançando nisso. As empresas de pesquisa têm-se preocupado em ter banco genético das nossas espécies, até porque muitas das nossas espécies estão sendo levadas, principalmente as de potencial, como é o caso do pirarucu, para outros países, como a China. Na questão de peixes ornamentais, eles estão na frente, nós temos que avançar.

Marcello Barra (SAE) – Existe alguma avaliação dos impactos de mudança climática sobre a pesca?

Ainda não há muita informação acumulada nessa área, mas há estudos em andamento. Estive na Noruega, para assinar parcerias para estudos e pesquisas, e questionei a respeito. Naquele país, estão começando a estudar a questão, e a Noruega é um dos países mais fortes na área da pesca e da aquicultura. A opinião dos que estão trabalhando com isso é a de que haverá impacto, especialmente e o aumento da temperatura das águas, interferirá no processo de reprodução das espécies. Portanto, trata-se de uma área em que é preciso aprofundar os estudos.

José Araujo (Consultor - Política Agrícola) – Gostaria de abordar a questão da assistência técnica e extensão rural. Como, institucionalmente, o Ministério está pensando isso? Considere-se a hipótese de se criar um programa? A estratégia prevê o envolvimento do setor privado, cooperativas, sindicatos, ou há a ideia de alguma instituição de capacitação, especialização? Essa atividade exige uma capacitação específica para a atuação em extensão rural na área da pesca artesanal.

Você tem razão. Primeiramente, entre as empresas de assistência técnica dos estados, as Ematers, são raras as que têm interesse em dar assistência técnica para pescador. É aquela visão de que o pescador tem o barquinho, vai pescar e vai sobrevivendo. Não tem uma visão de organização do setor, de estruturar cadeia produtiva na região. A maioria delas é assim. Com a desestruturação dos serviços nas décadas de 1980 e 1990, após a extinção da Embrater, um dos setores que mais tiveram prejuízo foi esse. É difícil uma empresa que

tenha técnicos para dar assistência nessa área, engenheiros de pesca, técnicos agrícolas. São raras as empresas.

Então, nunca tivemos orçamento para essa área. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é que tem essa responsabilidade e, em parceria, fizemos alguns editais a partir de 2005 e começamos a estruturar essa área. Este ano, com o MDA, temos um orçamento de R\$ 20 milhões. Estamos fazendo um edital, no momento, com foco principalmente nos territórios já estruturados e nos polos de piscicultura principais, como o Oeste de Santa Catarina, o Noroeste do Rio Grande do Sul e o Sudoeste do Paraná, que têm polos de piscicultura, muitos agricultores familiares que são piscicultores; ou onde existem reservatórios que estamos entregando na forma de cessão, como Castanhão, no Ceará.

Esse edital tem essa finalidade, e o compromisso do ministro Guilherme Cassel é de que, assim que se regulamentar a nova lei de assistência técnica, que foi aprovada no ano passado no Congresso, faremos um edital específico para assistência técnica em aquicultura e pesca. De fato, porém, a questão é um gargalo. E a gestão também tem relação com esse assunto. Aliás, um dos focos desse edital nos territórios é o seguinte: se existe, em determinada região, uma fábrica de gelo, o objetivo é garantir, via edital, que uma instituição dê assistência técnica àquela fábrica de gelo, àquela unidade de beneficiamento e, a partir dela, fortaleça a estruturação da cadeia produtiva na região, mas garantindo que ela tenha resultado positivo e impulse aquela unidade. Estamos focando a assistência técnica para a extensão a partir das estruturas que temos montado nas diferentes regiões do Brasil.

João Carlos de Souza Carvalho (Ipea) – Ministro, o senhor concorda que, em razão da necessidade de pesquisa, os recursos alocados para a Embrapa Aquicultura são muito escassos? O Brasil é o País mais diverso em peixes no mundo, e nós temos um grande território para ser pesquisado.

Realmente, a Embrapa está começando a se estruturar. A Embrapa tem o PAC Embrapa, em que nós temos um recurso garantido. Ela está criando três unidades: em Tocantins, Mato Grosso e Maranhão. Na Amazônia, ela já tem unidades. Atualmente, discutimos com a Embrapa a necessidade de desenvolver pesquisas na área da pesca e da aquicultura, porque cada região tem uma particularidade.

No Norte, você tem que fazer pesquisa com o pirarucu, ou tambaqui, pirapitinga, matrinxã. No Centro-Oeste é o pintado, o tambaqui também. Existe a Embrapa Pantanal, que já faz pesquisa nessa área. No Nordeste é o camarão, a tilápia – e o maior produtor do País já é o Nordeste. Foi inaugurada recentemente uma unidade de pesquisa em Alagoas, com a Codevasf e a Embrapa; e outra na Parnaíba, também com a Codevasf, a Embrapa e a Universidade – são quatro, cinco milhões de investimento em cada uma das unidades.

Vamos inaugurar o Cebiáqua (Centro de Biotecnologias Aquáticas) no Ceará, que é mais voltado para espécies marinhas. Todos vão estar integrados na Embrapa e vamos inaugurar também um barco de pesquisa – uma embarcação japonesa que foi apreendida, nós o reestruturamos e adequamos, é um barco de 34 metros, vai ser o nosso maior barco de pesquisa. Agora estamos discutindo o financiamento para se colocarem

os pesquisadores, as universidades para fazer monitoramento de estoques ao longo da nossa costa.

Em parceria com a Embrapa Pesca e Aquicultura, a ser instalada em Tocantins, estamos lançando a pedra fundamental do centro, assinando a criação do Conselho Gestor, porque queremos que o Ministério da Pesca participe das decisões sobre pesquisa. Vamos ainda assinar um termo de criação do Sistema Nacional de Pesquisa de Pesca e Aquicultura. Ou seja, todas as instituições que fazem pesquisa vão estar articuladas com uma política nacional coordenada pela Embrapa.

O resto é desafio, é mais investimento, e queremos garantir, este ano, que haja mais recursos financeiros no futuro. Temos também uma participação relevante do Ministério de Ciência e Tecnologia, porque agora temos assento nos conselhos dos fundos que têm recursos para essa área.

Carolina Pereira Tokarski (SAE) – Eu gostaria de saber como as trabalhadoras da pesca se inserem na cadeia produtiva. Como são classificadas essas mulheres?

Conseguimos garantir que elas sejam incluídas como trabalhadoras na Lei da Pesca. Foi um grande passo. Então todos os direitos sociais estão garantidos a partir dessa definição, e agora elas têm benefícios como a Previdência e seguro-defeso. Mas, o seguro-defeso não é política social, é uma política de ordenamento. Então, o pescador recebe um salário mínimo por mês durante o período em que a pesca é proibida, para que se garanta a reprodução da espécie protegida.



PALESTRA DO MINISTRO

SERGIO REZENDE

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PALESTRA PROFERIDA EM 15/4/2010

CICLO DE
P. SAE
PALESTRAS

- 1940 *Nasce, em 3 de outubro, no Rio de Janeiro (RJ)*
- 1963 *Engenheiro Eletrônico (PUC-RJ)*
- 1965 *Mestrado em engenharia eletrônica pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts, nos Estados Unidos*
- 1967 *Doutorado em engenharia eletrônica pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts, nos Estados Unidos*
- 1968 *Professor de física da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ)*
- 1972 *Professor de física do Instituto de Física da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)*
- 1972 *Professor de física da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)*
- 1989 *Participa ativamente das articulações que levaram à criação da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Facepe), a primeira FAP do Nordeste, da qual foi o primeiro diretor científico*
- 1995 *Secretário Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do governo do estado de Pernambuco*
- 2001-2002 *Secretário do Patrimônio, Ciência e Cultura da Prefeitura de Olinda (PE)*
- 2003 *Em janeiro, assume a presidência da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep/MCT)*
- 2005 *Assume, em julho, o cargo de Ministro da Ciência e Tecnologia*

PALESTRA DO MINISTRO SERGIO REZENDE

Em 1950, o Brasil tinha pouquíssimos cientistas e pesquisadores. Na área de física, por exemplo, havia dez no máximo, entre eles César Lattes, José Leite Lopes, Mário Schenberg. Havia mais pesquisadores nas áreas da saúde e da agricultura, para as quais o governo federal e alguns governos estaduais construíram centros de pesquisas no fim do século XIX, início do século XX, para tratar de questões prementes dessas ciências aplicadas. O número era realmente pequeno, havia algo como cinquenta cientistas. Não havia ambiente de pesquisa nas universidades, nem engenheiros ou especialistas em setores básicos da indústria.

A indústria siderúrgica no Brasil, por exemplo, começou no fim dos anos 1940 como uma concessão dos americanos, que construíram uma siderúrgica para o Brasil como recompensa pelo fato de o País ter entrado na guerra ao lado dos aliados, mas não havia no Brasil engenheiros metalúrgicos, nem engenheiros do petróleo. Quando se falava em petróleo, era preciso trazer especialistas estrangeiros. O parque industrial era incipiente



e havia total ausência de cultura de inovação nas empresas. Da década de 1950 à de 1970, tivemos a criação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. No período 1970-1990, houve a expansão desse sistema; os anos 1990 foram de crise no sistema federal; e de 1999 a 2006, tivemos uma época de transição. Nesses últimos quatro anos, pela primeira vez, temos um plano de ação em ciência, tecnologia e inovação para procurar consolidar esse sistema.

A história recente da Ciência e Tecnologia no Brasil começa com a criação do Conselho Nacional de Pesquisa, hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em 1951. São duas agências importantíssimas e, durante alguns anos, foram as únicas que existiam no País. Elas apoiaram os estudantes a fazerem pós-graduação no exterior, a fazerem aperfeiçoamento no Brasil e, ainda, promoveram a criação dos primeiros grupos de pesquisa no País. Em 1956, foi criada a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), no governo do presidente Juscelino Kubitschek.

Em 1960, o número de cientistas ainda era pequeno, não havia formação sistemática de pesquisadores porque não existiam cursos de pós-graduação no Brasil, e continuava faltando ambiente de pesquisas nas universidades – entre outras razões, porque os professores não trabalhavam em regime de tempo integral. Os professores davam aulas nas faculdades e nas escolas, e aqueles poucos que estavam envolvidos em pesquisa iam para o Instituto Manguinhos, para o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), para o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), mas a maioria dos engenheiros, mé-

dicos e advogados ia mesmo para os seus escritórios exercer outra atividade. A política industrial que tinha sido implantada nos anos 1950 não tinha qualquer conexão com a Ciência e a Tecnologia.

Em 1962, aconteceu um fato importante para o Brasil, especialmente para São Paulo. Foi o início da operação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), primeira agência estadual e de extrema relevância para o estado, principalmente nos anos 1990, tempo de crise no governo federal. Em 1963, registra-se outro marco importante, a criação, por José Pelúcio Ferreira, do Funtec (Fundo Tecnológico do BNDES). Tratava-se de um fundo de financiamento dos primeiros cursos de pós-graduação institucionalizados no País. O primeiro curso foi da área de química, da Coppe (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia), da UFRJ, no Rio de Janeiro. No ano seguinte, 1964, já se mudou para a Ilha do Fundão e ganhou dimensão, tendo sido estendido para outras áreas da engenharia. Em 1967, foi criada a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e, em 1968, foi instituído o regime de tempo integral no sistema de universidades federais, possibilitando o trabalho de pesquisa do professor nas universidades.

Em 1971, já é outra etapa: havia os primeiros programas de pós-graduação e um número considerável de professores em tempo integral nas universidades federais. Algumas universidades estaduais, como a de São Paulo, acompanharam esse passo. Foi implantado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), o que realmente permitiu grande expansão das entidades de pesquisa e pós-graduação no Brasil. Ainda no período de 1971 a 1996, houve

contínua expansão no sistema de formação de recursos humanos para a Ciência e Tecnologia, com o CNPq e a Capes financiando a formação de recursos humanos para a área e a Finep financiando instituições, por meio do custeio à infraestrutura para pesquisa e pós-graduação.

Em 15 de março de 1985, foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por decisão do presidente eleito Tancredo Neves. Infelizmente, ele mesmo não assistiu à implantação do Ministério, que completou 25 anos recentemente. O MCT, então, assumiu a gestão da política de Ciência e Tecnologia que, na etapa anterior, encontrava-se formalmente sob a coordenação do CNPq, mas não havia um órgão realmente com autoridade institucional sobre as outras entidades para conduzir a política. A criação do MCT possibilitou tal coordenação, e a ele foram incorporados a Finep, o CNPq e os institutos de pesquisa que eram vinculados ao CNPq. De 1985 a 1995, houve escassez de recursos. Para fazer frente às dificuldades, o MCT criou o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), com metade dos recursos vindos do Banco Mundial. Foi um programa importante e o Banco Mundial emprestava US\$ 300 milhões para três anos, o que foi essencial para manter o programa brasileiro.

Os anos 1990 foram um período de crise no sistema federal de Ciência e Tecnologia em decorrência da inconstância e da queda no fluxo de recursos federais e da descontinuidade nos programas do CNPq e da Finep.

Anteriormente, houve um pico de investimentos na década de 1970, que chegou a R\$ 800 milhões e depois foi caindo com

a crise do fim do governo João Figueiredo. Com a eleição de Tancredo e a criação da Nova República, esse valor voltou a melhorar. Houve outra recaída e chegou-se a uma situação vegetativa, com valor inferior a R\$ 200 milhões. Era, portanto, claramente uma situação de crise.

Em 1997, a Finep interrompeu convênios com instituições, por falta de pagamento. A crise também aparece claramente no número de bolsas do CNPq. Desde a criação do Conselho, em 1951, o número de bolsas vinha crescendo, mesmo em tempos de crise, como na época do governo de Fernando Collor. Somente em 1996 é que o número de bolsas começou realmente a cair, e nos vimos na mais séria crise de todas.

Esse é, resumidamente, o panorama do sistema de Ciência e Tecnologia nessas cinco décadas, de 1950 a 2000. Inclui o papel da Capes e do CNPq nos primeiros 15 anos; o papel do BNDES, do Inep; o tempo integral para os professores nas universidades nos anos seguintes; e o que foi chamado, à época, de esgotamento da política, com o colapso do FNDCT e do fomento do CNPq. Na verdade, sem recursos federais, não há política alguma. É lógico que a política precisava ser refeita, mas sem recursos isso não é possível. Quero destacar o fato de que tivemos algumas políticas industriais importantes nos anos 1960 e 1970, caracterizadas pelo modelo chamado de “substituição de importações”. Havia muitas empresas estatais no setor de telecomunicações, de energia e assim por diante. Na área de comunicações, por exemplo, eram comprados equipamentos que deviam ser fabricados no Brasil, mas não se exigia o desenvolvimento desses produtos. Muitas multinacionais haviam-se instalado aqui e fabricavam os equipamentos. No entanto, quando houve abertura significativa do mercado, nos anos 1990, elas

foram embora, deixaram de fabricar, e não havia empresas nacionais com tecnologia em condições de substituí-las.

A política industrial correu paralelamente à política de Ciência e Tecnologia, e duas retas não se encontram. Então, essa é uma característica desse desenvolvimento das últimas cinco décadas da segunda metade do século XX. Tivemos uma política de Ciência e Tecnologia, tivemos políticas industriais, mas elas não se comunicavam. Costumo chamar a fase seguinte de transição do sistema de Ciência e Tecnologia, que tem algumas características importantes.

A criação dos fundos setoriais de Ciência e Tecnologia a partir de 1999, que foram incorporados ao Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia (FNDCT), possibilitou a sua recuperação. Foram criados novos formatos de financiamento com a estruturação de redes de pesquisa, a criação de programas no CNPq, editais. Quando os recursos são escassos, o sistema não pode funcionar com demanda espontânea, então se faz um edital. Em geral, a demanda para o edital é dez vezes maior que os recursos disponíveis, mas é uma forma de apoiar os mais competitivos.

Em 2001, aconteceu um fato importante, que foi a realização da 2ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação. A primeira foi em 1986, sob o título "Ciência para uma sociedade democrática". Passaram-se, portanto, 15 anos sem ocorrer uma conferência, o que foi até bom porque não havia muito o que discutir, dada a ausência de políticas no setor. A segunda conferência deixou contribuições importantes para os anos seguintes, para o estabelecimento de uma política de

Ciência e Tecnologia e, mais tarde, para a criação de um plano de ação em Ciência, Tecnologia e Inovação.

Já no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, o MCT passou a ter uma política nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Os recursos da Finep cresceram muito com os fundos setoriais, passou a haver uma gestão mais eficiente do FNDCT, e o CNPq voltou a ampliar o número de bolsas e programas. Vale ressaltar que, somente em 2006, os recursos do FNDCT, provenientes dos fundos setoriais, chegaram a R\$ 1,1 bilhão, ultrapassando o pico histórico de 1978 (de R\$ 800 milhões). Podemos dizer que, finalmente, estava em curso o processo de mudança cultural, com maior valorização do setor de Ciência, Tecnologia e Inovação e o reconhecimento do seu potencial para contribuir para o desenvolvimento econômico e social do País.

Compreendo os últimos quatro anos como período de execução e implantação do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação. Não é do MCT, é um plano do governo federal, que tem participação ativa de vários ministérios, além do MCT. Tal documento, de cerca de 400 páginas, está disponível no portal do MCT na Internet. Faz parte de um contexto de vários planos que o governo federal lançou durante o segundo mandato do presidente Lula, todos eles naturalmente com o importante lastro da política econômica exitosa que vem sendo executada.

Os principais atores do governo federal nesse plano são o Ministério da Ciência e Tecnologia; o Ministério da Educação, com a Capes e as universidades; o Ministério da Agricultura, com a Embrapa, principalmente; o Ministério do Desenvol-

vimento, Indústria e Comércio Exterior, com o BNDES, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi); o Ministério da Saúde, com a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos e a Fiocruz; o Ministério de Minas e Energia, com o Centro de Pesquisas Petrobras (Cenpes) e o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel); o Ministério da Defesa, com seus institutos tecnológicos; o Ministério das Comunicações, com o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD); e o Ministério das Relações Exteriores, que tem um papel muito importante, porque um componente fundamental do Plano é a questão da cooperação internacional.

O MCT tem duas agências de fomento: Finep e CNPq. Há, ainda, uma agência de estudos prospectivos e de planejamento, que é o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Trabalha com vários ministérios e está trabalhando com a SAE atualmente. Existem duas agências de programas estratégicos – a Comissão Nacional de Energia Nuclear e a Agência Espacial Brasileira (AEB) – e também 22 institutos de pesquisas. Os principais atores institucionais desse plano, além do governo federal, são os governos estaduais; as universidades, com seu papel de formação de recursos humanos, fazendo pesquisa básica e aplicada, formando pessoal e gerando conhecimento expresso em publicações; as empresas na área da inovação, levando à patente, à propriedade intelectual; e institutos tecnológicos, muitos dos quais têm papel importante de fazer a intermediação entre o conhecimento gerado e a produção nas empresas.

O plano tem quatro prioridades estratégicas: I - Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de C,T&I; II- Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas; III - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas; IV - Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social. As duas primeiras são transversais e podem apresentar resultados globais. Essas quatro prioridades são expressas por 21 linhas de ação, cada uma delas com alguns programas, e o conjunto tem 87 programas com iniciativas. O documento do plano que mencionei descreve cada um desses 87 programas, com três ou quatro páginas cada um, de maneira bem clara, explicando o objetivo do programa, as atividades, as entidades participantes e os recursos previstos. Portanto, não é um plano prolixo, o documento é bastante objetivo e foi fruto de grande esforço de articulação.

Na primeira prioridade – Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação –, há três linhas de ação, cada uma com suas características. A primeira é de consolidação institucional do sistema nacional, envolvendo articulação com estados, cooperação internacional e muitas outras ações para consolidar o sistema. A segunda é voltada para formação de recursos humanos; e a terceira, ao apoio à infraestrutura e ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, ou seja, apoio a projetos de pesquisas, instituições de pesquisas, no sentido bastante amplo. Muitas das ações verticais dos setores estratégicos que estão na terceira prioridade estão incluídas também nessa linha, porque ela é bastante transversal.

Com o plano, temos alguns resultados importantes em relação à segunda ação da primeira prioridade, que é a for-

mação de recursos humanos. O número de bolsas do CNPq vem crescendo desde 2003, mas em 2009 ele estava inferior ao número previsto: de pouco mais de 55 mil bolsas previstas, foram concedidas dez mil a menos. De qualquer forma, a previsão inicial era mais otimista, porque imaginávamos aumentar o orçamento do CNPq mais do que foi possível. Entretanto, o aumento do número de bolsas da Capes – de 70.023 previstas para quase 80 mil concedidas – compensa a diminuição que houve no CNPq, de modo que alcançaremos as metas do número total de bolsas previstas.

Com relação à estrutura do sistema de pesquisa no Brasil, há, na base, um grande número de grupos de pesquisa que trabalha isoladamente ou em rede. O CNPq tem uma plataforma chamada “diretório de grupos de pesquisa do CNPq”, com cerca de 25 mil grupos de pesquisa registrados. Significa dizer que um grupo de pesquisa tem, em média, de três a quatro doutores, cinco ou seis mestres e, em geral, certo número de estudantes de mestrado e de doutorado.

Em um agrupamento um pouco mais sofisticado, há, nos vários estados, os chamados “núcleos de excelência”, formados por vários grupos de pesquisa articulados. No nível de organização acima, há os institutos nacionais de ciência e tecnologia, institutos federais e institutos de pesquisa aplicada. O nosso desafio, há alguns anos, era exatamente fazer que as agências de financiamento – Finep, CNPq, BNDES, Capes, Ministério da Saúde, Petrobras e fundações de apoio à pesquisa nos estados – tivessem uma atuação com o mínimo de articulação, a fim de apoiar o sistema em todos os seus níveis. Outro desafio importante é que haja uma articulação de institutos de pesquisa com empresas, de maneira que tenhamos

empresas dispostas a inovar, com articulação adequada com o sistema de pesquisa.

O sistema de Ciência e Tecnologia no Brasil, atualmente, conta com 77 universidades federais, com cerca de 40 mil doutores; 39 universidades estaduais, com cerca de 24 mil doutores; 6 universidades municipais, com 542 doutores; e 131 universidades privadas, com quase 13 mil doutores. Vale ressaltar que, nesse universo, só foram consideradas entidades que têm mais de 15 doutores. Portanto, há nas universidades cerca de 77 mil doutores. Com relação aos institutos tecnológicos, institutos de pesquisa e centros de P&D, são 72 federais com 4 mil doutores; 31 estaduais com 3.700 doutores; e outros 10 com 300 doutores, de modo que há no sistema, no total, cerca de 85 mil doutores, o que é um número bastante considerável, principalmente levando-se em conta que o primeiro doutor no Brasil foi formado apenas 40 anos atrás.

Chegamos, então, aos dias de hoje com um conjunto de programas das várias agências para apoiar grupos de pesquisas, núcleos de excelência, institutos mais sofisticados, novos *campi* das universidades federais e redes temáticas de pesquisa. Temos uma abrangência boa, e é muito difícil encontrar alguém com capacidade de pesquisa, em qualquer área do conhecimento, que não tenha algum tipo de apoio. É raríssimo acontecer isso atualmente.

Quero chamar a atenção para o programa dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, implantado no Plano de Ação. Ele foi desenhado no começo de 2008, quando da elaboração de um edital pelo CNPq, e tem recursos, e essa é uma característica importante dele. Não apenas o CNPq,

mas ele tem apoio até maior do FNDCT, das Fundações de Apoio à Pesquisa (FAPs), da Capes, do Ministério da Saúde, da Petrobras e do BNDES. É um edital único, feito a partir de articulação – é um programa realmente multi-institucional. Sua demanda era de R\$ 1,5 bilhão, e havia R\$ 600 milhões disponíveis. Os projetos foram apresentados em português e em inglês e enviados para consultores estrangeiros. A comissão de seleção contava com estrangeiros, em geral pessoas que tinham alguma conexão com o Brasil, mas muitos não tinham conhecimento de língua portuguesa. Então os projetos foram apresentados nos dois idiomas, e foram selecionados 123 institutos nacionais.

O instituto nacional é, na verdade, formado por uma sede, uma entidade âncora, que é de excelência na sua área, mas necessariamente tem a participação de outras entidades em rede. Um exemplo bastante abrangente é o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Mudanças Climáticas. Sua sede fica no Inpe, em São José dos Campos, que criou um Centro de Ciências Terrestres para essa área. Está sendo comprado um supercomputador para fazer simulações para o Inpe, e o instituto envolve muitas de entidades.

Atualmente, há cinco institutos nacionais com sede no Amazonas; quatro com sede no Pará; 21 com sede nos estados do Nordeste; um em Mato Grosso; três em Brasília; 20 no Rio de Janeiro; 13 em Minas Gerais; e 44 em São Paulo. Este último estado apresenta maior número de institutos porque é o mais desenvolvido, e, para que isso acontecesse, tivemos a participação importante da Fapesp, no montante de R\$ 100 milhões em um programa orçado em R\$ 600 milhões. É a primeira vez que há um programa com distribuição em todo o Brasil.

Todos os estados do País participam de, pelo menos, algum instituto com um grupo articulado em torno dele. As áreas do conhecimento abrangidas pelos institutos são muitas, e as estratégias estão devidamente contempladas: nuclear, Antártica e mar, energia, biodiversidade, meio ambiente, agronegócio, Amazônia, TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), ciências sociais, biotecnologia, nanotecnologia, engenharias, física, matemática e saúde.

O Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) é executado em parceria com os estados, voltado para núcleos de excelência em articulação com as fundações de apoio à pesquisa. Paralelamente, há o Programa de Apoio à Infraestrutura de Pesquisas nas Entidades Públicas, financiado pelo chamado “programa de infraestrutura” da Finep. Desde 2007, ele tem um componente importante, que é um edital separado para os novos *campi* das universidades federais, porque uma dessas extensões universitárias novas tinha dificuldade em participar de um edital concorrendo com as sedes das universidades.

A ampliação do Sistema Federal de Universidades também merece ser destacada. Em 2002, eram 43 universidades e, em 2009, 59 sedes e 171 extensões universitárias, o que totaliza 230 unidades, distribuídas em todos os estados, e até no interior. Este, a propósito, é um processo que vai causar um efeito fenomenal daqui a alguns anos.

Em 20 anos o Brasil passou da formação de mil doutores por ano para 12 mil, em 2009. O número de mestres passou de quatro mil para quase 40 mil, ou seja, o número de pós-graduados passou de cinco mil para 50 mil em 20 anos.

Isso dá ao Brasil enorme capacidade em quase todas as áreas do conhecimento. Os artigos publicados em revistas indexadas aumentaram muito: entre a Índia, a Austrália, a Coreia, a Holanda, a Rússia, a Suíça, a Turquia, a Suécia, a Polônia, o México, a África do Sul, a Argentina, a Arábia Saudita e a Indonésia, o Brasil, que estava entre os quatro últimos, hoje está em terceiro lugar. Em 2008, passamos a Rússia e a Holanda em número de artigos publicados. Comparando a média de publicações do Brasil com o mundo, considerando 1981 como ano de referência, o número de artigos de todo o mundo aumentou por um fator 3,5, e o número de artigos no Brasil aumentou por um fator 16, o que significa que o número de artigos publicados por instituições brasileiras aumentou numa média cinco vezes maior que a média mundial.

As atividades de geração de conhecimento e pesquisa básica aplicada são feitas basicamente nas universidades; a parte de pesquisa aplicada e inovação é realizada nos institutos tecnológicos; e a inovação é feita basicamente nas empresas. O número de patentes registradas e o número de artigos publicados nos permitem fazer uma comparação. Para cada 60 mil artigos publicados numa revista indexada internacionalmente, há uma patente. Significa dizer que a atividade geração de conhecimento é muito intensa, muito ampla. Entretanto, a geração de uma patente, ou seja, de um conhecimento aplicado ou com potencial de aplicação e, eventualmente, de mercado, é uma atividade muito mais afunilada e de muito mais risco. Tais dados levam alguns formuladores de política a dizer que o Brasil não precisa de produto novo e que não devemos fazer tanto esforço aqui. Caso o esforço seja feito somente aqui, eventualmente ele pode dar resultado muito localizado, mas não é um resultado duradouro. Não pode-

mos ficar eternamente construindo um sistema de pesquisa, precisamos de geração de propriedade intelectual, desenvolvimento de produto, e o que viabiliza isso é exatamente a articulação entre uma política de Ciência e Tecnologia e uma política industrial.

Foi o que a Coreia do Sul conseguiu fazer. A China também segue essa tendência. No entanto, apenas dez anos atrás a China estava distante da tecnologia. Já comprávamos produtos chineses, mas eram produtos baratos, simples, como camisas. A China é o fenômeno tecnológico dos últimos dez anos, e na Coreia do Sul aconteceu o mesmo. Nos anos 1970, a Coreia estava em um patamar inferior, em termos de desenvolvimento, do que o Brasil. Ela começou com política industrial, mas tinha uma política de Ciência e Tecnologia articulada. Na área de eletrônica, por exemplo, criou, naquela década, um instituto estatal federal, voltado para eletrônica, que tinha atividade de pesquisa. Lançou até um programa para levar de volta para seu território os coreanos que estavam nos Estados Unidos e na Inglaterra, principalmente. Convocaram os industriais, os proprietários, os grandes grupos de mineração, de produtos primários, e assim por diante, e os obrigaram a colaborar com a nova iniciativa. O Brasil não fez isso – aliás, nunca fez isso.

Nos anos 1980, a Coreia começou com um programa de internalização do conhecimento nas indústrias – e foi quando começamos a ouvir falar em marcas coreanas. Não se conhecia nenhuma destas marcas: Samsung, LG, Hyundai, nenhuma marca de automóvel, nem de eletrônica, nem de navio. Hoje, elas entraram no nosso cotidiano. Isso mostra que é possível fazer uma mudança em 20 anos – para o que é necessário uma

política industrial articulada com uma política de Ciência e Tecnologia.

A segunda prioridade do plano de ação é voltada justamente para isso, para a promoção da inovação tecnológica nas empresas. Ela tem três linhas de ação. A primeira delas é o apoio financeiro a essa inovação tecnológica. A segunda é a tecnologia para inovação nas empresas, por meio de um sistema de apoio à transferência tecnológica, pelo desenvolvimento conjunto de programas. Finalmente, a terceira linha de ação são incentivos para a criação de novas empresas de tecnologia.

Segundo dados do Ipea, de 2007, o universo que abrange pessoal com dedicação exclusiva em P&D apresenta números pouco expressivos. Temos 884 doutores nas empresas, num universo de 80 mil, o que corresponde a 1%. O número de mestres é um pouco maior, 2.600, num universo de 33 mil. Esses últimos, a propósito, são muito importantes porque é preciso ter grande número de engenheiros, de técnicos. No entanto, não é com 884 doutores apenas que as empresas vão realmente passar a ter a geração de propriedade intelectual, de conhecimento e de produtos novos no ritmo que elas precisam.

Com relação aos programas que existem para apoiar empresas inovadoras, destaca-se o fato de que até 2002 só havia dois programas: o Crédito, pelo qual a Finep emprestava dinheiro para as empresas; e o Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas (RHAE), do CNPq, que dá bolsas para pesquisadores e empresas. A partir de então, passamos a ter o Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime), de subvenção para empresas novas, com até dois anos de existência. A subvenção econômica foi criada pela Lei

da Inovação de 2005. O Prime oferece apoio com recurso não reembolsável.

Vejamos um exemplo: um pesquisador, mestrando, tem uma ideia ou um produto. Se ele conseguir fazer que seu projeto seja aprovado no edital – e, vale destacar, houve 2 mil empresas aprovadas no edital do ano passado –, terá recursos suficientes para manter a empresa durante dois anos e desenvolver o seu produto. Trata-se de uma grande novidade, porque até então a maneira de estimular essas novas empresas era por meio de incubadoras – as quais são importantes, mas o interessado precisa de um sócio ou de dinheiro próprio para se manter. A subvenção econômica viabiliza tais iniciativas. É um programa que também terá reflexos no médio prazo, e contribuirá, eventualmente, para estimular a permanência no País de uma nova geração de empresários e empreendedores.

A subvenção econômica, criada pela Lei de Inovação, conta com um edital nacional e, ainda, editais feitos em articulação com estados. As empresas são selecionadas por editais, portanto, estes têm de ter tema, caso contrário não é possível comparar os projetos. Além disso, há outros programas, incentivos fiscais, empréstimos sem juros, etc.

Tais fatores mostram que estamos promovendo uma articulação entre a política de Ciência e Tecnologia e a política industrial, iniciando-se uma trajetória que lembra aquela da Coreia. Precisamos ainda de alguns anos para que as curvas se aproximem. Para tanto, é necessária uma mudança maior do que a que já está ocorrendo na mentalidade do setor empresarial, com aumento dos incentivos e programas para estimular jovens empreendedores.

A Lei do Bem, de 2006, criou incentivos fiscais para empresas. No primeiro ano, 130 empresas foram beneficiadas; no segundo ano, 319; e o número de beneficiadas vem crescendo, apesar de ser considerado ainda pequeno. Por sua vez, a subvenção econômica lança editais anuais para selecionar projetos. Os temas dos editais em 2006 foram: bens de capital, energia alternativa, nanotecnologia, biotecnologia, aplicações mobilizadoras estratégicas, fármacos e medicamentos, TV digital e aeroespacial, e a cada ano o número de temas aumenta. Em três anos, aproximadamente mil empresas foram apoiadas, com cerca de R\$ 1,5 bilhão. É interessante o fato de que, mesmo numa competição nacional, o número de micro e pequenas empresas apoiadas na subvenção é maior do que o número de médias e grandes empresas. Temos hoje uma articulação bastante satisfatória entre a política de Ciência e Tecnologia e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), com aprofundamento da articulação entre os Ministérios, entre a Finep e o CNPq. A PDP contribui diretamente com essa política.

O Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec) está em construção e tem o objetivo de fazer que todo esse sistema de Ciência e Tecnologia seja um conjunto que dê clareza ao sistema empresarial, permitindo que as empresas possam buscar apoio para seus projetos de inovação. O Sibratec tem três componentes: o primeiro, de pesquisa, desenvolvimento e inovação de processos e produtos; o segundo, de serviços tecnológicos especializados; e o terceiro, de extensão e assistência tecnológica. Há hoje oito redes estaduais de extensão tecnológica. Em todas elas há grande articulação com o Sebrae, e elas envolvem entidades federais e estaduais. São entidades de apoio tecnológico e quase não há universidades envolvidas. Algumas uni-

versidades têm grupos relacionados à extensão tecnológica, mas são poucas. Há também 18 redes temáticas selecionadas por meio de um edital de pré-qualificação, depois um edital mais detalhado. As redes estão recebendo equipamentos e recursos humanos para prestar serviços tecnológicos em várias áreas importantes, como produtos para a saúde, biocombustíveis, produtos e dispositivos eletrônicos e muitos outros. O serviço tecnológico especializado é importante para garantir que o produto que chega ao mercado doméstico ou internacional tenha qualidade e esteja dentro de padrões de conformidade. É um trabalho feito em grande articulação com o Inmetro. Há 11 redes em implantação.

Desenvolve-se, hoje, grande esforço para montar um sistema de inovação para apoiar e trabalhar em conjunto com empresas de equipamentos e componentes eletrônicos, microeletrônica, visualização, tecnologias digitais para informação e comunicação, manufatura mecânica e bens de capital, energia solar fotovoltaica, equipamentos médico-odontológicos, plástico e borracha.

O Sibratec não envolveu a criação de instituições novas, a não ser em alguns casos específicos. Há poucas novas instituições, uma delas, por exemplo, na área de microeletrônica, um centro de tecnologia avançada, chamado Ceitec, que criamos em Porto Alegre e vai realizar, pela primeira vez no Brasil, com tecnologia nacional, projeto, construção e produção de *chips* e circuitos integrados. A rede envolve casas de projetos em várias localidades do Brasil. Em Manaus, onde há um polo de eletrônica, existe uma casa de projeto de circuito integrado. Há outras em Recife, Campinas, Belo Horizonte e Santa Catarina; e o Ceitec vai fabricar *chips* de microeletrônica.

Outro programa, que mencionei de maneira breve, é o Prime, que concede subvenção econômica para novas empresas de tecnologia, com até dois anos de criação. O Prime é um programa ancorado em 17 incubadoras em todo o Brasil, selecionadas por meio de edital e responsáveis pela seleção dos empreendimentos e pelo repasse dos recursos. O Prime apoia atualmente cerca de 2 mil empresas. Haverá outro edital do Prime no fim deste ano. Vamos elaborar o edital e deixar alguns compromissos para os próximos 18 meses. A ideia é deixar até 4.500 mil novas empresas com o apoio de subvenção econômica.

A prioridade número três do plano é pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas. São 13 as áreas estratégicas: biotecnologia e nanotecnologia; tecnologia da informação e comunicação; insumos para saúde; biocombustíveis, energia elétrica, hidrogênio e energias renováveis; petróleo, gás e carvão mineral; agronegócio; biodiversidade em recursos naturais; Amazônia e Semiárido; meteorologia e mudanças climáticas; programa espacial; programa nuclear; defesa nacional e segurança pública. Grande parte das atividades do agronegócio em pesquisa e inovação de negócio, por exemplo, é feita pela Embrapa, mas há um fundo setorial do agronegócio e uma articulação grande com várias universidades que trabalham na área do agronegócio de maneira geral, de modo que muitas delas estão ancoradas em ministérios específicos. Um fator importante do plano é exatamente promover tal articulação.

Não se pode deixar de mencionar na quarta prioridade – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social – uma iniciativa extremamente exitosa: a Olimpíada Brasileira

de Matemática nas Escolas Públicas (OBMEP). Essa olimpíada foi criada em 2004 e começou a funcionar em 2005, quando a professora Suely Druck e o professor César Camacho levaram ao presidente Lula cinco ou seis estudantes que tinham sido premiados na Olimpíada de Matemática tradicional, e o presidente perguntou-lhes por que só havia 200 mil alunos participando da Olimpíada. A resposta revelou que a Olimpíada era muito seletiva, e os alunos de escola pública não participavam porque tinham medo de se inscrever. Então o presidente decidiu realizar uma olimpíada só para as escolas públicas. Já no primeiro ano, o evento teve 10 milhões de alunos inscritos. E trata-se de uma olimpíada sofisticada, feita em três níveis e em duas etapas. O primeiro nível é para alunos da 5^a e 6^a séries do ensino fundamental; o segundo nível, para alunos da 7^a e 8^a; e o terceiro, para alunos do nível médio.

A primeira etapa é de múltipla escolha, para ser corrigida facilmente; e, na segunda etapa, os 5% mais bem colocados fazem uma prova discursiva. O número, desde a criação da Olimpíada, só foi crescendo: 14 milhões de inscritos no segundo ano; 17 milhões no terceiro; 18 milhões no quarto; e finalmente, em 2009, houve 19 milhões de estudantes inscritos. Ou seja, 5% de 19 milhões são 950 mil alunos fazendo prova discursiva. Essa prova é aplicada na escola do aluno por um professor voluntário. Há 130 mil professores voluntários, que não recebem um centavo para fazer isso.

Fico impressionado com o fato de que as pessoas não conhecem as Olimpíadas. Na última premiação, realmente fiquei revoltado com a falta de sensibilidade dos meios de comunicação quanto à importância do evento. A premiação dos 300 medalhistas de ouro, há três anos, é feita todo ano com

a presença do presidente da República. No Rio de Janeiro, durante dois anos, ela aconteceu no Teatro Municipal; e, nos últimos dois anos, na Escola Naval. O presidente entrega medalhas a quase todos eles, tira fotografia com todo o mundo, é uma festa muito grande, e toda a imprensa é convidada.

Na premiação dos alunos deste ano, o único jornal que publicou algo sobre o evento foi *O Globo*, com uma matéria intitulada "TSE recusa o recurso de Lula". A matéria era sobre o fato de o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ter recusado recurso para a multa que o presidente recebeu. No meio da matéria, havia uma fotografia do presidente Lula ao lado de três estudantes. A legenda não dizia nem do que se tratava. Os jornalistas estavam lá, os fotógrafos estavam lá, e não saiu uma notícia sobre a Olimpíada Brasileira de Matemática. Realmente é impressionante. No ano passado foi até pior, porque nem foto saiu. Realizou-se um evento no Rio de Janeiro e nem havia eleição, ou desastre e, ainda assim, não saiu uma nota sequer.

Um evento que a cada ano mobiliza 10% da população brasileira, fazendo prova de matemática, não atrai o interesse da imprensa. Não o posso entender. No ano passado, 99,1% dos municípios participaram, apenas 54 dos 5.564 municípios ficaram fora. Chegamos a enviar uma carta para os prefeitos das 54 cidades que não se inscreveram informando do evento e tivemos o retorno de 15, que se inscreveram. Em 2010, haverá aproximadamente 19 milhões e 600 mil estudantes, de 99,4% dos municípios do Brasil, participando da Olimpíada.

Há um fato relativo às duas últimas edições que deve ser mencionado. Os primeiros colocados daquela Olimpíada geral,

seletiva, são alunos da OBMEP, porque continua havendo tanto a Olimpíada de Matemática seletiva quanto a pública. Acontece que, cada vez mais, os alunos da rede pública se inscrevem naquela, e alguns dos premiados são alunos da OBMEP. Essa é outra iniciativa que, daqui a alguns anos, vai produzir efeitos importantes.

Quero destacar também o crescimento dos recursos financeiros: o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia em 2010, aprovado no Congresso – portanto, em execução – é simplesmente seis vezes maior do que o orçamento de 2000.

As macrometas do plano preveem chegar ao fim de 2010 com o investimento em pesquisa e desenvolvimento de, pelo menos, 1,5% do PIB. Não vamos alcançá-la, mas, se tudo der certo, atingiremos, este ano, 1,3% do PIB, o que será um avanço. Não teremos as exatas 170 mil bolsas do CNPq e da Capes, mas estaremos próximos das 160 mil bolsas. Prevíamos chegar a 0,65% do PIB em investimentos pelo setor privado. Ainda não temos os números, mas parece que, apesar de não atingirmos a meta, ficaremos perto disso. Na Olimpíada de Matemática, imaginávamos chegar a 21 milhões de estudantes, mas conseguimos 19 milhões e 600 mil inscritos.

Por fim, são seis os principais desafios da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) do Brasil para os próximos anos. O primeiro é dar continuidade ao processo de ampliação e aperfeiçoamento nas ações em CT&I, tornando-as políticas de Estado e não apenas de governo. Precisamos ter mais instituições de pesquisas, melhorar o marco legal, melhorar e agilizar os processos burocráticos para desburocratizar a aplicação dos recursos na ciência. Em segundo lugar, precisamos

expandir com qualidade e melhorar a distribuição geográfica da ciência. O terceiro desafio é melhorar a qualidade da ciência brasileira e contribuir, de fato, para o avanço da fronteira do conhecimento.

Em quarto lugar, é preciso que Ciência, Tecnologia e Inovação se tornem efetivos componentes do desenvolvimento sustentável, com atividades de PD&I nas empresas e incorporação de avanços nas políticas públicas. Por exemplo: na área da saúde, a produção de vacinas e medicamentos como parte de políticas públicas tem grande poder de alavancar a inovação. O quinto desafio é intensificar as ações, divulgações e iniciativas de CT&I para o grande público, para que tenhamos mais jovens interessados e a sociedade valorize essa área, de maneira que ela não volte a sofrer retrocesso. E, finalmente, o sexto desafio é melhorar o ensino de ciência nas escolas e atrair mais jovens para as carreiras científicas.

A realização, em Brasília, da IV Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação, de 26 a 28 de maio, contou com grande apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Secretaria de Assuntos Estratégicos. A conferência foi organizada de acordo com a estrutura do plano, e esperamos novas propostas da sociedade para os próximos quatro anos, fundamentalmente para propor recomendações de ações de longo prazo.



PALESTRA DA MINISTRA

NILCÉA FREIRE

MULHERES

PALESTRA PROFERIDA EM 22/4/2010

CICLO DE
PALESTRAS
P. SAE

- 1952 *Nasce, em 14 de setembro, no Rio de Janeiro (RJ)*
- 1978 *Graduação em Medicina, pela Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)*
- 1979 *Residência Médica na FCM/UERJ*
- 1980 *Docente no Departamento de Patologia e Laboratórios da Faculdade de Ciências Médicas da UERJ*
- 1984 *Estágio de pesquisa no Museu Nacional de História Natural de Paris, Laboratório de Zoologia de Vermes*
- 1985-1987 *Mestrado em Zoologia, no Museu Nacional da UFRJ*
- 1988-1991 *Assessora da Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UERJ*
- 1992 *Especialização em Administração Universitária, com estágio prático no Canadá*
- 1992-1995 *Diretora de Planejamento e Orçamento da UERJ*
- 1996-1999 *Vice-Reitora da UERJ*
- 2000-2003 *Reitora da UERJ*
- 2002 *Presidenta do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro*
- 2004-2006 *Delegada Titular do Brasil na Comissão Interamericana de Mulheres (OEA)*
- 2004 *Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres e Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*

PALESTRA DA MINISTRA NILCÉA FREIRE

O trabalho da Secretaria de Políticas para as Mulheres é relacionado com a situação das mulheres no Brasil e com o que se espera que possa acontecer nos próximos anos, para melhorar a qualidade de vida das mulheres brasileiras e impactar positivamente toda a sociedade. A linha mestra do nosso trabalho é a promoção da igualdade no nosso País — e a promoção da igualdade evidentemente beneficia toda a sociedade. A desigualdade entre gêneros, raças, regiões faz muito mal à saúde, ao desenvolvimento, à economia e, sobretudo, à democracia.

Foi lançada, no último dia 8 de março, uma publicação cujo título resume a nossa forma de trabalhar: *Com todas as mulheres, por todos os seus direitos*. Essa publicação resume o trabalho não só da Secretaria, mas do governo federal, na promoção da igualdade entre homens e mulheres a partir de 2003. É, portanto, um trabalho de coordenação da Secretaria com os Ministérios parceiros, por intermédio do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, cuja primeira ver-



são foi lançada em 2004, decorrente da primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

O segundo Plano, lançado em 2008, é decorrente da segunda Conferência, que avaliou a implementação do primeiro Plano Nacional. Tanto o primeiro quanto o segundo são executados por 16 Ministérios e órgãos do governo federal em parceria com os governos estaduais e municipais. Essa publicação, portanto, tenta mostrar o mais importante do trabalho desse conjunto de parceiros na promoção da igualdade entre homens e mulheres. Trabalhamos em projetos de transferência de renda, infraestrutura e em iniciativas que são específicas, dirigidas às mulheres.

Quando começamos a levantar as ações do governo federal para a realização desse trabalho, constatamos que, nesses sete anos do governo do presidente Lula, a vida dos brasileiros, de maneira geral, e a das mulheres brasileiras melhorou. No entanto, o passivo de desigualdade ainda é muito grande. Durante séculos, as mulheres viveram uma relação de desvantagem social em relação aos homens e essa relação de desvantagem se combina muitas vezes com outras desvantagens ocasionadas por outras questões como, por exemplo, o aspecto racial, colocando ainda em mais desvantagem determinados segmentos de mulheres do nosso País.

Portanto, se podemos dizer que a vida das mulheres melhorou, que diminuiu a desigualdade, que começamos levemente a reduzir a diferença salarial entre homens e mulheres no nosso País, por outro lado é verdade que ainda temos muitos desafios pela frente, para que tenhamos efetivamente uma sociedade de iguais - por uma sociedade de iguais entende-

mos uma sociedade em que homens e mulheres disponham do mesmo instrumental para conduzir suas vidas e do mesmo poder nas relações interpessoais, sociais e com o poder formalmente estabelecido no País. Para isso, teremos de enfrentar muitos desafios e gostaria de centrar a discussão justamente em três deles, que julgo serem os mais importantes no momento e nos próximos anos – e que certamente não serão cumpridos em poucos anos, talvez seja necessário mais que um governo para cumpri-los.

O primeiro é um desafio que preocupa a todos e foi, até mesmo, objeto de um trabalho com o Ipea: a questão das desigualdades de gênero e raça no Brasil. O desafio é fazer que as desigualdades existentes entre as mulheres desapareçam ou sejam reduzidas. Nos últimos 35, 40 anos, as mulheres brasileiras galgaram posições na sociedade e conseguiram reverter algumas situações de desigualdade. Essa luta, empreendida pelo movimento feminista, traduz-se muito claramente em mudanças na estrutura formal do Estado e no conjunto de leis. Um resultado da intervenção do movimento de mulheres para mudar o arcabouço legal em direção à igualdade é a própria Constituição de 1988. Na época, houve o chamado “lobby do batom”, que começou como uma brincadeira pejorativa sobre a ação das mulheres e acabou virando um mote da ação das mulheres na Constituinte. Essa ação foi conduzida pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher, que conseguiu a aprovação de todas as propostas encaminhadas pelas mulheres, as quais foram incorporadas à Constituição brasileira. Produziu-se, assim, uma Constituição que talvez esteja entre as mais avançadas do mundo, do ponto de vista da garantia da igualdade em diferentes dimensões, incluindo a igualdade entre homens e mulheres. Só na Constituição de

1988, que historicamente foi “ontem”, é que se acabou com o pátrio poder no Brasil.

Contudo, os avanços atingiram somente aquelas mulheres que estavam em situação de serem beneficiadas. As mulheres brasileiras, dependendo de onde nasceram, da cor da sua pele, têm diferenças e desigualdades importantes. Portanto, é um dos desafios fazer que as mulheres negras, as mulheres brancas, as mulheres que nasceram no Norte, as mulheres que nasceram e que vivem no campo brasileiro, as mulheres urbanas, as mulheres que vivem nas periferias dos grandes centros desfrutem dos mesmos benefícios sociais e tenham garantidos os mesmos direitos. Esse é um desafio importante porque a universalidade, que é um princípio norteador das políticas públicas, nem sempre capta, no momento da formulação e da implementação de políticas, o fato de que há necessidade de se montarem estratégias diferenciadas para atingir, por meio das políticas públicas e sociais, todos os segmentos da população, tendo como princípio a equidade.

Assim, é preciso incorporar, no conjunto das políticas públicas e sociais, para além do princípio da universalidade, o princípio das ações afirmativas, de maneira que se possa, no processo de formulação dessas políticas, verificar de que maneira elas atingirão cada um dos segmentos para se definirem estratégias específicas. Um exemplo é o caso das mulheres negras. Se fizermos o levantamento das condições de vida das mulheres negras no País, nos últimos sete anos, verificaremos que, assim como para toda população brasileira, houve uma melhoria, mas a desigualdade entre mulheres brancas e negras e entre as mulheres negras e o conjunto da sociedade se mantém como uma desigualdade

importante. E para eliminar essa desigualdade são necessárias ações e estratégias específicas.

O segundo grande desafio – e obviamente cada um deles tem uma interface com o outro – refere-se ao mundo do trabalho. Trata-se de eliminar as desigualdades de remuneração existentes entre homens e mulheres no mercado de trabalho e também a desigualdade do ponto de vista da própria inserção das mulheres no mercado. Se verificarmos os resultados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), o abismo existente entre a remuneração média de homens e a de mulheres na sociedade brasileira vem diminuindo pouco a pouco, muito embora essa diminuição ocorra de forma gradual e lentíssima. A cada rodada da Pnad, vemos apenas a curva fazendo uma levíssima inflexão positiva.

Fizemos uma conta simples e, seguindo o ritmo natural das coisas, com essa velocidade de diminuição, levaríamos 87 anos para que homens e mulheres pudessem ter remuneração equiparada. Como certamente todos e todas nós queremos que nossas netas e netos possam desfrutar de uma sociedade mais igual, então é preciso incidir decididamente nessa questão, para acelerar essa diminuição do *gap* remuneratório entre homens e mulheres na sociedade brasileira. Evidentemente, esse *gap* remuneratório é produto da influência de muitas variáveis, algumas delas mais facilmente trabalhadas, outras com mais dificuldade. Uma das mais difíceis de se trabalhar é a variável cultural, ou seja, hábitos, atitudes enraizadas culturalmente na sociedade que levam a comportamentos e à atribuição de papéis para homens e mulheres que mudam muito lentamente na sociedade brasileira e na sociedade mundial.

Essa diminuição das diferenças de remuneração entre homens e mulheres, e a sua persistência, decorre de um conjunto de variáveis. A primeira é a questão educacional. Hoje as mulheres constituem cerca de 62% dos formandos do ensino superior, ou seja, têm uma presença maior do que os homens no ensino superior já há alguns anos e uma média de anos de estudo maior que a média masculina. Excetua-se, no entanto, algumas carreiras que ainda persistem como nichos profissionais masculinos, como no conjunto das engenharias, por exemplo, apesar de cada vez mais mulheres estarem cursando engenharia nas suas diferentes especialidades.

É claro que esse número maior de mulheres com maior tempo de estudo pressiona e tensiona positivamente o mercado de trabalho. Há uma absorção cada vez maior de mulheres mais qualificadas pelo mercado e isso pressiona não só a sua incorporação nos postos de trabalho, como também sua ascensão a postos de comando e a postos de direção dentro das carreiras, tanto no setor privado quanto no setor público. Isso, evidentemente, influencia na média de remuneração: mulheres ocupando cargos nos quais as remunerações são maiores. No entanto, ainda há um percentual muito pequeno de mulheres nessas posições. O setor privado avançou mais nos últimos anos do que o setor público. Um estudo do Instituto Ethos mostrou que hoje, nas 500 maiores empresas privadas do Brasil, entre 18% e 20% de mulheres ocupam posições executivas. E no setor público, apesar de termos tido um aumento em 2003 das posições de comando ocupadas por mulheres no governo federal, tivemos esse percentual estacionado até 2010.

A outra variável importante que requer atenção é a questão da chamada igualdade de oportunidades formal e de fato. Na legislação brasileira, a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, quando pensamos no setor público, em que o acesso é por concurso público, está estabelecida. Mas será que, de fato, essa igualdade de oportunidade existe? Será que, quando um executivo está diante de um homem e de uma mulher, competindo pela promoção a um novo cargo, para assumir uma nova diretoria, ele olha para este homem e para esta mulher da mesma forma? Será que ele percebe essas duas pessoas, e vamos supor que tenham a mesma qualificação profissional, com a mesma perspectiva do ponto de vista de contratação, ou será que ele avalia esses dois candidatos de maneira diferente? Pode haver um julgamento, por exemplo, sobre a disponibilidade diferenciada de homens e mulheres para fazerem viagens. O executivo pode pensar que, pelo fato de a mulher ter filhos, ela não terá a mesma disponibilidade para viajar quando for necessário. E, já que o cargo exige um número grande de viagens, ele vai preferir promover o homem. E aí a igualdade de oportunidade foi por terra, porque não foi dada à mulher sequer a chance de avaliar se deveria ou não assumir esse novo posto. O que está por trás disso, além do prejulgamento e do preconceito na hora das promoções e da ascensão na carreira, é que realmente as mulheres vivem em condições, de maneira geral, de desvantagem de competir no mercado de trabalho em igualdade de condições.

As mulheres, ainda hoje, no Brasil, acumulam as tarefas relativas à produção. E não se pode mais pensar em prescindir da força de trabalho feminina no Brasil, da sua contribuição econômica, porque a mulher é cerca de 50% da força do trabalho nacional. Ainda assim, as mulheres seguem acumulando as

tarefas de cuidar dos filhos, da casa, dos enfermos, dos idosos e, à medida que a sociedade brasileira se torna mais complexa e envelhece, mais encargos ficam nos ombros delas.

Na Pnad, quando se pergunta a homens e mulheres quantos se ocupam de afazeres domésticos, mais que o dobro das mulheres se ocupa. E quando se pergunta a homens e mulheres quantas horas do seu dia ou da sua semana gastam com afazeres domésticos, as mulheres gastam mais do que o dobro das horas dos homens. Essa é uma pergunta fechada que precisamos desagregar, porque é preciso entender o que é considerado como afazeres domésticos para homens e mulheres.

Em geral, os homens consideram afazeres domésticos as tarefas que realizam para eles ou as que realizam supostamente para o coletivo familiar, mas que estão vinculadas ao seu lazer ou ao seu prazer, como ir ao supermercado e chegar a casa com as sacolas de compras com mais produtos ligados aos supérfluos e menos leite em pó para as crianças, ou como lavar o carro no fim de semana, fazer jardinagem ou cuidar das suas próprias coisas. Para as mulheres, afazeres domésticos são tudo aquilo que fazem para a coletividade familiar, as tarefas de cuidado com a família e com a casa. Isso, evidentemente, coloca as mulheres em situação de desvantagem, por isso a chave para enfrentar esse desafio é encontrar medidas, instrumentos, políticas de conciliação, compartilhamento e corresponsabilidade entre o Estado, a sociedade e homens e mulheres nas tarefas da produção e da reprodução.

É preciso equilibrar esse jogo, porque essa equação, da maneira como está posta, terá um impacto negativo no processo de desenvolvimento do nosso País e pode ser um fator

de estagnação do próprio desenvolvimento. É evidente que não estamos falando sobre interferir nas relações interpessoais e decretar quem é que lava a louça depois do jantar. Trata-se, em primeiro lugar, de um processo de mudança cultural que desconstrua, definitivamente, o paradigma tradicional do homem provedor e da mulher cuidadora, que, na prática, não existe mais. Hoje, 34% das mulheres brasileiras são chefes de famílias, ou seja, são cuidadoras e provedoras únicas dos seus lares. Portanto, é preciso revisitar definitivamente esse paradigma e, à medida que fazemos o reconhecimento e trabalhamos para mudar culturalmente essa percepção na sociedade, temos de criar condições, por meio de políticas públicas, para que os papéis atribuídos a homens e mulheres desconstruídos dessa maneira possam ser exercidos com efetiva igualdade de oportunidades.

Ao se mencionarem compartilhamento e corresponsabilidade, apresenta-se a questão da ampliação da licença-maternidade para seis meses. Há um custo para propiciar essa licença-maternidade, importantíssima para assegurar saúde física e mental para as futuras gerações, como também para que a mulher possa executar a tarefa que lhe cabe como mãe nos primeiros meses, apoiada pela sociedade. É o reconhecimento da função social da maternidade e todos temos de pagar por isso. O custo deve ser efetivamente compartilhado por quem está fora da idade reprodutiva, por todos os homens, pelas empresas e pelo Estado brasileiro, para que as mulheres continuem exercendo essa função social da maior importância – caso contrário, não haverá futuras gerações. Não se pode permitir que nos igualemos a alguns países da Europa, que tiveram de reverter suas políticas para conseguir povoar os seus países.

O nível da nossa taxa de fecundidade já começa a ficar crítico do ponto de vista da reposição populacional e é preciso que se saiba que isso não acontece somente porque os casais decidiram não ter mais filhos ou porque as pessoas têm mais informação e mais acesso a métodos contraceptivos. O que também motiva as mulheres a não ter mais filhos é que elas não suportam mais a sobrecarga de trabalho exclusivamente nos seus ombros. Dessa forma, a mulher posterga a maternidade até concluir todas as etapas de preparação para o mercado de trabalho, para ser competitiva nesse mercado. Essa postergação da maternidade para a idade, geralmente, de 35 anos é que acaba sendo a responsável pela opção de filho único. Biologicamente sobra pouco tempo para ter uma extensa prole, fazendo que casais com apenas um filho passem a ser o cenário mais comum em nosso País. E isso não atinge somente as jovens mulheres de classe média. Cada vez mais as jovens mulheres das camadas mais pobres urbanas também passam a considerar isso, questionando-se sobre sua real condição de arcar com todas as responsabilidades sobre os filhos, como atenção, cuidados, alimentação. Esse desequilíbrio pode e vai, inclusive, estagnar o processo de desenvolvimento, como também provocar o desperdício de talentos, da inteligência, que acaba ficando em segundo plano pelo fato de as oportunidades realmente não serem iguais.

Do ponto de vista da divisão da responsabilidade com as mulheres, deve-se pensar também em creches e em políticas para apoio aos idosos, pois a população brasileira está envelhecendo e não estamos preparados para isso. Hoje, a geração de aproximadamente 55 anos está vivenciando a questão de ter de cuidar dos pais idosos que perderam sua autonomia. As mulheres cuidam dos seus pais e, muitas vezes, abrigam o

sogra, a sogra, para cuidarem deles na sua casa. Ocorre que essas mulheres estão em idade produtiva, estão no mercado de trabalho, diferentemente de anos atrás. As diferenças entre as gerações anteriores e esta são grandes: o número de idosos a serem cuidados quando perdiam a autonomia era muito menor do que é hoje e, além disso, as mulheres podiam ficar mais tempo em casa. Portanto, esse é um problema real na sociedade, que se vai agravar. Deve-se ainda considerar toda a perspectiva cultural, pois o brasileiro não tem a cultura do afastamento, de colocar o idoso numa instituição que cuide dele quando perde ou está na iminência de perder a autonomia parcial ou completa.

Portanto, essa é uma questão que não pode ser vinculada exclusivamente à saúde. Ela tem de ser pensada no contexto da economia, dessa economia dos cuidados, e tem de ser pensada no contexto social, em como lidar com um País que envelhece cada vez mais. É preciso haver políticas para cuidar dos idosos. São necessárias mudanças culturais na sociedade, que se devem iniciar com intervenções já na infância, trabalhando a sociedade para que meninos e meninas cresçam em nova perspectiva. E não é apenas presenteando as meninas com bolas de futebol e carrinhos e os meninos com bonecas que vamos mudar isso. É preciso refletir sobre a educação, para que ela não seja repetidora, reprodutora e reiteradora dos estereótipos de gênero na sociedade.

Existe na Secretaria de Políticas para as Mulheres, em parceria com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e com o Ministério da Educação, um programa estruturante: Gênero e Diversidade na Escola, que foi implantado em cinco cidades piloto do Brasil, demograficamente diferenciadas do

ponto de vista da representação dos diferentes segmentos da população. Trata-se de programa que se dirige a professores de 5^a a 8^a série, para que possam lidar positivamente com as temáticas de gênero e diversidade, incluindo a questão racial e a orientação sexual, no cotidiano escolar, sem reproduzirem preconceitos, discriminações e estereótipos de gênero. Hoje, esse programa está incorporado de maneira permanente na Universidade Aberta do Brasil e pretende-se atingir, até o fim de 2010, 30 mil professores da rede pública de 5^a a 8^a série. É um programa que usa tecnologia de educação a distância e as universidades são as multiplicadoras. São elas que se inscrevem no portal da Universidade Aberta do Brasil, recebem todo o material, recebem financiamento e aplicam o programa para os professores da rede pública nos estados e municípios. A ideia é trabalhar na educação infantil, na educação básica, com a perspectiva de mudança desses padrões de comportamento.

O terceiro desafio é a “mãe” de todos os outros. Refere-se à ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e de tomada de decisão em nosso País. Embora tenha havido no Brasil um movimento forte de mulheres – e o País vive esse paradoxo de um movimento feminista muito vigoroso desde a década de 1970, que produziu as mudanças mencionadas anteriormente –, não conseguimos chegar ao poder formal, ao poder político do País. O Brasil ocupa, de maneira vergonhosa, o 158^o lugar num *ranking* sobre participação política das mulheres entre 178 países. Temos apenas 8% de mulheres na Câmara dos Deputados e quase 10% no Senado, o que dá uma média de participação de 8,9%. Tal fato se repete nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras de Vereadores e no número de prefeitas, com um índice de 9%

de prefeituras em todo o País. No Governo Federal, tínhamos duas ministras, mas com a saída de vários ministros para o processo eleitoral, duas secretárias executivas ascenderam ao cargo de ministro e agora somos quatro. Ainda assim, os números são muito baixos e todos reconhecem o fato, até mesmo o nosso presidente. Como temos um governo de coalizão, os partidos apresentam nomes para ocupar cargos e não indicam mulheres para os mais altos na hierarquia.

Esse não é um problema das mulheres, não é uma questão de direitos, de garantir o direito a estar no poder. É uma questão da democracia brasileira: uma democracia não é representativa enquanto, proporcionalmente, homens, mulheres, negros e brancos não estiverem de fato representados no Senado, na Câmara, nas Assembleias Legislativas e nas Prefeituras na proporção em que estão presentes na população. Enfim, esse é um desafio que depende também de muitas variáveis. O Brasil foi um dos países que adotou uma legislação eleitoral de cotas anos atrás, que definiu o percentual de 30% e 70% para cada um dos sexos. No mínimo 30% de mulheres e no máximo 70% de homens. No entanto, quando o sistema de cotas foi adotado, não foi estabelecida nenhuma sanção aos partidos que não cumprissem esses percentuais. E houve uma pequena manobra na incorporação da questão das cotas, por meio de uma palavra. O texto da lei dizia: “Os partidos deverão reservar”. Portanto, estava reservado, mas se as mulheres não ocupavam, o que se havia de fazer? Como não havia sanção, ficava assim mesmo. Porém, na minirreforma eleitoral de 2009, o presidente Lula autorizou e foi criada uma comissão tripartite entre governo, Congresso Nacional e sociedade civil para rever a legislação eleitoral com relação à questão da participação das mulheres.

Foi elaborado um projeto completo, que será entregue ao Congresso Nacional, em que se conseguiu mudar essa palavra. Então, em vez de “reservar”, agora é “preencher”. Não se conseguiu impor sanção, mas o texto da lei é claro: cada partido deverá preencher, na sua nominata, os 30% e 70% de cada um dos sexos e, se não preencher, a sua nominata poderá ser questionada judicialmente, poderá ser impugnada. Isso significa que, se há uma chapa composta por dez pessoas, por exemplo, na qual deveria haver três mulheres e sete homens, e só há duas mulheres, será preciso retirar um homem para que as duas mulheres representem os 30% da chapa. A resistência foi grande, foi uma grande negociação, em que a bancada feminina atuou muito, mas a maioria dos deputados não prestou atenção, a verdade é essa. Foi acordo de líderes e eles não se deram conta do que efetivamente estava acontecendo. A ficha só está começando a cair agora. E as mulheres filiadas a algum partido político que se preparem, porque vai começar a corrida às mulheres, para preencherem os 30%. O PSDB já entrou com um questionamento no TSE para saber qual é a interpretação que o Tribunal faz da lei. Para mim não há interpretação qualquer a ser feita. A palavra é clara: deverá preencher. Não há interpretação e a legislação votada está valendo para o próximo processo eleitoral.

Porém, pasmem os senhores, ontem saiu uma notícia no jornal *Estado de Minas* em que uma juíza do TRE daquele estado interpreta a lei da seguinte forma: realmente há obrigatoriedade, mas o partido que não conseguir preencher os 30% perde o direito de apresentar qualquer candidatura daquele sexo. Ou seja, a penalidade que deverá ser aplicada ao partido não é a recusa da nominata. Ela penaliza as próprias mulheres, ao afirmar que, se não houver 30% dos cargos preenchidos

por mulheres, não pode haver nenhuma e a chapa será apenas de homens. Outra juíza do TRE de Minas concordou com a interpretação dela. O importante é que as duas disseram que o TSE é que deverá dizer o que vai acontecer. Então estamos aguardando e torcendo para que o TSE tenha uma interpretação mais correta daquilo que, no meu entendimento, não precisa ser interpretado. A legislação é absolutamente clara. O que talvez não esteja claro é o que vai acontecer com os partidos, com as nominatas a partir do momento em que não se apresentarem com os 30% de cargos para mulheres. Porém, como o TSE certamente fará a interpretação correta, os partidos vão começar a se movimentar para trazer as mulheres, e temos de fazer um trabalho para que estas não se submetam a ser exclusivamente decorações nas chapas dos partidos.

Assim, são esses os três grandes desafios. Certamente vão-me perguntar sobre a violência contra as mulheres, que é um grave problema no nosso País e no mundo. Também é um desafio importante, mas não vamos, de fato, reduzir a violência contra as mulheres apenas com medidas punitivas aos agressores. Não vamos reduzir a violência contra as mulheres apenas criando mais casas-abrigo para colocar as mulheres que ficam em situação de risco. Não vamos diminuir a violência contra as mulheres apenas construindo centros de referência e atuando junto às mulheres. Vamos diminuir a violência contra as mulheres se conseguirmos cumprir todos esses outros desafios. Porque tal violência é a expressão mais perversa dessa desigualdade. Ela não acontece porque o homem tomou, em certo dia, uma cachaça a mais no bar ou porque ficou nervoso por perder o emprego. Ela acontece sistematicamente por um comportamento, aprendido e autorizado socialmente, de exercício do poder e da submissão do outro.

Portanto, entendemos que é preciso olhar para a agenda específica das mulheres – como a questão da violência e do exercício dos seus direitos sexuais e reprodutivos – também sob a ótica de uma agenda mais geral da sociedade, da própria agenda do desenvolvimento do País, e interferir de maneira que a desigualdade entre homens e mulheres possa ser reduzida e desaparecer no nosso País. Agora e nos próximos anos. Muito obrigada.

Carolina Pereira Tokarski (SAE) – Gostaria que a senhora comentasse sobre a retirada do aborto, bandeira histórica e unânime do movimento feminista, do Programa Nacional dos Diretos Humanos (PNDH).

Todos nós acompanhamos a polêmica em torno do Plano Nacional dos Direitos Humanos, com relação não só à questão do aborto, mas ao conjunto de questões ligadas à Comissão da Verdade, à união civil entre pessoas do mesmo sexo, à questão dos símbolos religiosos. Ocorre que os temas aborto, união civil entre pessoas do mesmo sexo e descriminalização do uso de drogas são as três perguntas “derruba-candidato”. Toda vez que se quer afetar um candidato, pergunta-se para ele o que ele acha dessas três questões. Evidentemente, a polêmica na sociedade com relação ao aborto está longe de cessar e ficou muito explícita agora, justamente quando o que mais se questiona no texto é a parte que trata da autonomia das mulheres para decidirem, escolherem o aborto ou não. É um tema que tem de ser tratado cada vez com mais informação e com maior respeito por todas as opiniões. É uma bobagem essa pressão pela mudança do texto na medida em que esse tema só tem um lugar de resolução, que é o Congresso Nacional. Depende de uma mudança de legislação e vai ser no Con-

gresso Nacional que se vai dar o embate. E essa questão só vai ser resolvida quando, na sociedade, mudar a correlação de forças com relação ao tema.

Pesquisas de opinião feitas recentemente mostram a persistência de um alto percentual na sociedade que sequer admite mudanças de maior liberdade. Nem estamos falando sobre legalização do aborto, mas apenas de ampliar as possibilidades da interrupção da gravidez, haja vista a polêmica que está no Supremo em torno da questão dos fetos anencéfalos. A imposição a uma mulher de levar a termo uma gestação de um feto que não tem possibilidade de vida extra-uterina, na minha opinião, é um absurdo. Muitas vezes isso ocasiona riscos à saúde da própria mãe. Mesmo a ampliação dos permissivos legais é um tema forte. Quando fizemos a nossa primeira Conferência, foi deliberada a revisão da legislação punitiva com relação ao aborto. Criamos uma comissão tripartite, entregamos ao Congresso Nacional o relatório com uma proposta, e esse relatório foi incorporado pela deputada Jandira Feghali, na época, para ser colocado em votação.

A deputada Jandira Feghali logo depois concorreu ao Senado e fez-se o lobby mais bem estruturado que já se pôde ver contra a eleição de alguém. Em todas as paróquias e outras instituições religiosas do Rio de Janeiro, sistematicamente, se incluía no sermão dominical a orientação de não votar em pessoas que defendessem a descriminalização do aborto. E quando as pessoas saíam da igreja, recebiam panfletos em que claramente se dizia: “Não vote em assassinos”. Isso custou caro. Jandira Feghali estava na frente das pesquisas e foi derrotada. Às vésperas das eleições, o quadro eleitoral mudou inteiramente. A força dessa campanha foi enorme. Então, é um tema que

todos têm medo de discutir. E, no Congresso Nacional, a minha percepção é de que essa legislatura foi mais conservadora que a anterior. Contabilizados por eles mesmos, a chamada Frente pela Vida tinha 199 deputados. Não concordo com isso, porque acredito que pela vida somos todos nós. Considero-me uma pessoa que defende a vida, os direitos das mulheres e que tenhamos essa questão resolvida na sociedade. O que não se pode é continuar fechando os olhos, jogando para debaixo do tapete as mortes das mulheres causadas pelos abortamentos em estabelecimentos clandestinos, por métodos os mais diversos, que agridem a saúde da mulher. Hoje, felizmente, há uma queda do número de abortos no País, mas a decorrência de complicações pós-aborto ainda é a quarta causa de morte materna no Brasil. Portanto, não é irrelevante. É preciso que se enfrente essa discussão com clareza.

Nabil Moura Kadri (SAE) — A minha pergunta, ministra, vai no sentido do segundo desafio posto pela senhora com relação à redução das disparidades salariais e com relação a um dos valores que a senhora comentou primordialmente que seja alterado. Com relação à licença-maternidade, tivemos grandes avanços com a extensão de quatro para seis meses. Porém, quando pensamos no ponto da responsabilização, do compartilhamento de direitos, não seria o caso de começarmos a pensar também na licença-paternidade? Afinal, é vergonhoso ter uma licença-paternidade de cinco dias. É ridículo pensar num compartilhamento de responsabilidades, principalmente com relação à criação dos filhos, quando a mulher tem direito a ficar seis meses com a criança e o pai, sendo marido ou não, só tem direito a cinco dias. Isso me parece um pouco incongruente quando se fala de responsabilização.

A nossa proposta, Nabil, é a licença-parental. Se pudéssemos e tivéssemos neste momento condições de encaminhar um projeto para o Congresso Nacional, trataríamos da licença-parental, porque corresponde ao que achamos que é correto na sociedade. Como médica, tenho de dizer que, no período da amamentação, a presença da mãe é absolutamente essencial e, por isso, defendo a licença-maternidade ampliada. Mas defendo que essa possa ser uma discussão entre o casal, se casal constituído, ou o pai e a mãe da criança mesmo que não constituídos como casal. E fico muito feliz porque essa demanda está surgindo, a partir dos homens jovens – portanto, a nossa luta deu certo, os homens querem ficar com as crianças, com essa perspectiva de ter o direito. Durante muitos anos, os homens não encaravam ficar com os filhos como um direito, e, sim, como um encargo, o encargo das mulheres. E eles perdiam o melhor da festa. Perdiam a primeira vez que a criança comia papinha salgada, a primeira vez que conseguia andar de bicicleta sem rodinha, perdiam os dias de festas na escola, deixavam de acompanhar o desenvolvimento dos filhos por uma ausência quase imposta a eles mesmos porque isso não era lugar de homem. Então escutar essa demanda é música para os meus ouvidos.

Há um programa, chamado Pró-Equidade de Gênero, em que trabalhamos com organizações públicas e privadas, empresariais ou não. Quando começamos o programa, em 2005, eu sempre dizia que a vitória dele seria o dia em que realmente fosse pró-equidade de gênero e não um programa dirigido às mulheres. Que os homens nas organizações comessem a entrar nos Comitês Pró-Equidade e comessem a demandar também flexibilidade nos horários para poder buscar a criança na escola, para poder acompanhá-la no médico, e isso

está começando a acontecer. Tal mudança é muito satisfatória, o perfil está mudando, os homens foram-se aproximando dos Comitês Pró-Equidade e, quem sabe um dia, vamos ter a alegria de ver os homens pedindo para sair mais cedo do trabalho para preparar o jantar, porque a mulher está voltando de viagem a trabalho e ele quer preparar uma comida gostosa. Alguns já fazem isso, mas é a exceção que confirma a regra do não fazer.

Na próxima rodada governamental, temos de trabalhar pela licença-parental. A ampliação da licença-maternidade só aconteceu por adesão. O governo federal ampliou, alguns governos estaduais e municipais aderiram, mas a lei que foi aprovada é a da empresa cidadã, que oferece benefício fiscal à empresa que aderir ao programa. Por isso, por enquanto a adesão está na base do espontâneo, os sindicatos estão começando a fazer campanhas para as empresas aderirem, incluindo essa questão nas suas pautas de negociação coletiva. Está tramitando agora uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) no Congresso para ampliação da licença-maternidade a todas as mulheres seguradas, que já foi aprovada por comissão especial. A sua aprovação tem sofrido grande resistência, com muita pressão por parte dos empregadores, porque não mais prevê benefício fiscal. Mas essa seria uma discussão sobre o custo do trabalho feminino. É preciso desmitificar o suposto maior custo do trabalho feminino e o custo da licença-maternidade, que na verdade chega a 2,5% do custo geral da empresa. Enfim, é irrelevante.

Ana Paula Saad Calil (SAE) – Gostaria que a senhora comentasse a ideia de igualdade de direitos entre gêneros. A sociedade, incluindo as mulheres, está preparada para o que pode acontecer quando nos tornarmos iguais? Por exemplo, em países nórdicos,

as mulheres e os homens se aposentam com o mesmo tempo de serviço. Por que aqui no Brasil a mulher se aposenta antes? Ou em outras situações pequenas, como o fato de o homem dirigir em uma viagem longa e a mulher não. Estamos prontas para ser iguais?

Paula, precisamos construir isso. Trata-se do que falei a respeito das crianças, das mudanças culturais na sociedade, que são lentas. Hoje, as mulheres ainda precisam ser tratadas de maneira desigual para que a igualdade de fato aconteça. Ou seja, é preciso seguir esse princípio. Por exemplo, na questão da aposentadoria, criou-se, em 2008, uma comissão no Ministério da Previdência para discutir possibilidades de mudanças nas regras da previdência. Fizemos parte da comissão, da qual participavam empregadores, empregados e governo. A Secretaria de Mulheres defendeu, de maneira contundente, a manutenção das regras atuais, porque havia uma pressão enorme para mudança das regras com o objetivo de equiparar as situações. Temos de pensar sobre quem paga os anos anteriores, em que nos desgastamos mais, porque acumulamos a dupla ou até a tripla jornada de trabalho. As mulheres se aposentam mais cedo porque trabalharam, acumularam uma carga de trabalho mais pesada, portanto, o seu desgaste é maior. Quando estivermos com igualdade plena, sou absolutamente favorável a que tenhamos o mesmo tempo para a aposentadoria, mas, por enquanto, é preciso compensar as mulheres pelos desgastes que sofreram pelo acúmulo de desvantagens durante todos esses anos.

Cristiane Alarcão Fulgêncio (SAE) – Gostaria que a senhora falasse um pouco sobre a Lei Maria da Penha e se existe algum

perfil das mulheres que acionam esse dispositivo, já que se sabe que a violência física e psicológica perpassa todas as classes.

Temos um serviço nacional de atendimento de denúncias, que é o 180, pelo qual fazemos encaminhamentos a serviços, fornecemos informações. Só em 2009, houve 491 mil atendimentos na Central de Atendimento à Mulher. É um número assustador, mas ele é apenas a ponta do iceberg. O perfil verificado na Central é o de uma mulher jovem, com poucos anos de estudo e pobre, mas isso não significa que esse seja o perfil da mulher agredida no Brasil. Isso acontece porque a mulher que recorre ao serviço do governo o faz porque precisa do serviço público para enfrentar a violência, o que não significa que as mulheres de classe média não sejam agredidas. Elas resolvem as suas questões de outra maneira - contratam advogados, separam-se.

O fato é que tanto as mulheres mais ricas quanto as mais pobres enfrentam a violência, enfrentam um fenômeno complexo. Mesmo as mulheres que têm possibilidades, muitas vezes não se separam do seu agressor logo no início das agressões, porque há sempre a expectativa de restabelecer a relação em outras bases. Há esperança e expectativa de que a situação vai melhorar. Não se compreende logo de início que aquilo é um comportamento estabelecido. Começa-se a atribuir desculpas para a agressão: a bebida, o trabalho. Porque o homem se arrepende, pede desculpas, diz que nunca mais vai fazer aquilo e daí a pouco está agredindo a mulher de novo. Há evidências de que homens que têm esse padrão de relacionamento repetem-no quando se separam e casam com outra mulher, porque o problema não é da relação, o problema é dele. Ele é agressor, independentemente da relação

estabelecida. Não é um problema relacional, é um problema de assunção de uma postura que é de submissão.

O caso da menina Eloá, em Santo André, São Paulo, foi um caso típico em que a polícia agiu sem compreender o fenômeno. Se tivesse compreendido, teria mudado o tom da negociação. Teria imediatamente entendido que não haveria qualquer oportunidade de resgate, de compensação para aquele homem. Porque aquele homem só queria uma coisa: a vida daquela mulher. Ele não a trocava por nada. Não podia admitir que ela o tivesse rejeitado, sentia-se dono dela e, já que não podia tê-la em vida, então que ela morresse. Ali não havia troca possível. É preciso compreender a complexidade do fenômeno da violência contra a mulher para poder combatê-lo corretamente na sociedade. É muito triste, mas todos os dias, na Secretaria, tomamos conhecimento de casos de mulheres jovens, bem formadas, profissionais, que vivem relacionamentos desse padrão e que têm dificuldade para romper com o ciclo da violência.

É preciso ajudar as vítimas para que reúnam forças para romper com esse ciclo e compreendam exatamente o que elas estão passando. Há um jurista espanhol que diz que a violência contra a mulher se diferencia das demais violências na sociedade, porque é a única que é autorizada. A violência patriarcal, a violência machista, foi autorizada tacitamente pela sociedade. Os homens tinham direitos de impor castigos às mulheres. Isso estava previsto na legislação de vários países. Em alguns, as mulheres ainda são lapidadas, apedrejadas. Enfim, isso leva tempo para mudar.

Em uma pesquisa recente, diante de uma frase que é o máximo do mau gosto machista – “O homem pode não saber por que

está batendo, mas a mulher sabe por que está apanhando” –, houve a adesão de 25% a 30% dos entrevistados, dependendo da faixa etária. Essa adesão revela que temos ainda muito trabalho pela frente. É uma tarefa árdua.

Luciana Acioly da Silva (Ipea) – Muito me agradaria, ministra, ouvir as suas considerações sobre dois pontos. Um é sobre a escola integral, porque ela, a meu ver, constitui um dos elementos importantíssimos na equalização das condições de trabalho da mulher. Quando passamos nos ministérios, nas empresas ou mesmo em nossas casas, com a nossa empregada doméstica, vemos a preocupação das mães com a situação dos filhos em casa, fazendo quatro ou cinco ligações por dia, para saber o que estão fazendo e, muitas vezes, até para ajudá-los nas tarefas escolares. Enfim, penso que a escola integral poderia ser até a grande bandeira da mulher.

E a outra consideração é com relação à valorização do papel social da mulher do ponto de vista da reprodução e criação dos filhos, porque o fato de estar grávida, muitas vezes, é um fator de desprezo pela sociedade e, mercadologicamente, não é interessante. A visão que se tem da mulher grávida, mesmo as intelectuais, empresárias, empregadas domésticas, qualquer que seja o nível de escolaridade, é que estar grávida é uma coisa ruim. Mesmo na televisão, a visão da mulher bem-sucedida é a daquela mulher que dá conta de todas as coisas, que é perfeita, e esse estereótipo nos preocupa porque estamos divididas entre a carreira e nossas famílias. Não valeria a pena uma ação mais agressiva em termos de valorização do papel social da mulher?

Fundamentalmente defendemos a educação integral para ampliar a autonomia das mulheres e para fazer que a igualdade de oportunidades ocorra de fato, e não apenas a igualdade de oportunidades formal. Tivemos uma vitória importante que foi a inclusão das creches no financiamento do Fundeb, pois a educação para crianças de 1 a 4 anos de idade não era contemplada e agora foi incluída. O MEC criou um programa de apoio à construção de creches nos municípios, mas os prefeitos evitam investir porque a creche é um equipamento social caro. E é primordial oferecer um serviço de qualidade, que dê tranquilidade às mães. Requer pessoal qualificado, boas instalações, boas refeições, espaço, arejamento. E a oferta do MEC, durante esses anos, foi sempre maior do que a demanda das prefeituras para construção de creches, porque sua manutenção é compartilhada por meio do Fundeb e os prefeitos preferem investir em outros equipamentos, e não em creches.

No PAC 2, a creche está incluída como equipamento social e estima-se a construção de 6 mil creches em comunidades de baixa renda – o que, no meu entendimento, muda toda a lógica da política de creche, o que é realmente necessário, incluindo a legislação sobre creches no local de trabalho. Porque as cidades estão cada vez mais complexas, com trânsito enlouquecido, e as mulheres, muitas vezes, gastam duas horas em transporte coletivo para deixar seus filhos na creche. Chega a ser desumano. Portanto, acredito que a política tem de prever creches próximas aos locais de moradia das mulheres. Certamente é necessário discutir o custo, se ele tem de ficar a cargo somente dos governos, a cargo do erário público, porque não se pode desonerar um empregador dessa responsabilidade da construção de creches para atender suas funcionárias.

Em muitas empresas, opta-se por pagar o auxílio-creche, mediante a apresentação de recibo. A criança que vai para uma escola pública não tem direito a esse auxílio. Temos de repensar esse sistema para, efetivamente, poder ampliá-lo. A escola integral deve ser colocada à disposição para que seja uma opção das famílias, que a possibilidade de turno integral ou parcial seja colocada para que as famílias possam optar por esse modelo de educação. Considero que a ampliação da escola integral para as crianças deve ser uma política pública porque, efetivamente, não podemos mais acreditar que todos os problemas ligados à economia dos cuidados, à reprodução do viver, podem ser resolvidos com a contratação de outra mulher, em geral uma trabalhadora doméstica, mal remunerada, com seus direitos trabalhistas desrespeitados. Porque essa mulher contrata outra, que contrata outra, e assim por diante até a última, que não vai ter para quem terceirizar esses cuidados e tem de deixar seus filhos entregues à própria sorte.

Precisamos equacionar melhor essa questão e, sobretudo, valorizar esse trabalho, que é invisível. Hildete Pereira, uma economista feminista, fez um cálculo do custo desse trabalho invisível feito quase exclusivamente pelas mulheres e colocou a seguinte questão: se fossemos incorporar isso nas contas nacionais, quanto representaria esse trabalho para o PIB? Ela chegou ao índice de 12%. Com base nesse dado, em uma conversa com o ministro Antonio Palocci, mencionei a questão e ele me perguntou o que queríamos que ele fizesse. Eu disse que queria transformar esses 12% do PIB em creche, escola de horário integral, a fim de possibilitar, de fato, esse reequilíbrio entre produção e reprodução na sociedade. Valorizar e dar visibilidade a esse trabalho começa até por contabilizá-lo, mostrar quanto ele custaria se tivesse de ser pago.

Bruno Furtado Vieira (SAE) – Gostaria de fazer uma pergunta relacionada ao fato de que, apesar de as mulheres representarem mais da metade da população brasileira, elas se veem sub-representadas na política brasileira. Já se chegou, inclusive, a discutir algum tipo de mecanismo de preferência na eleição de mulheres para a mesa diretora da Câmara e do Senado. Gostaria de saber a sua opinião sobre medidas concretas para que essa situação mude. É totalmente inaceitável que mais da metade da população brasileira seja composta por mulheres e, no entanto, a representação política seja extremamente desigual.

Bruno, apresentamos um projeto de lei e acredito que, se não se fizer nenhuma ação afirmativa, nada vai acontecer. Nas próximas eleições, como mencionei, já se percebe que os partidos estão buscando alguma maneira de burlar o que está na legislação. No projeto que foi formulado pela comissão tripartite, para rever a legislação eleitoral no tocante à participação das mulheres, propusemos o sistema de votação em lista com alternância de sexo, a fim de atingir a paridade de 50% para cada um dos sexos. Essa é a proposta central, há outras tantas, mas vimos, nos ensaios de discussão sobre votação em lista fechada e alternância de sexo, que o impacto inicial dessa discussão foi muito negativo no Congresso. Acho muito difícil conseguir, de fato, uma equiparação de representação. Com votação nominal isso se torna muito complicado. A necessidade de mudança do financiamento público de campanha também concorre para a manutenção do problema, porque as mulheres têm muita dificuldade para obter financiamento para as suas campanhas e isso começa den-

tro do próprio partido. A competição dentro dos partidos é enorme, porque se trata de poder e ninguém quer abrir mão de poder. Já diz a clássica lei da física que dois corpos não ocupam o mesmo espaço ao mesmo tempo. Então, para mais uma mulher entrar, um homem vai ter de sair. E os homens não querem sair. Vamos ter de dar “uma certa empurrada” na porta porque ninguém a abrirá para nós. Os homens não abrirão mão do poder para que as mulheres possam assumi-lo, essa possibilidade não existe.

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo (Ipea) – A senhora tangenciou na sua palestra a questão da fertilidade da mulher brasileira. A sociedade brasileira ainda não se deu conta de que daqui a 20 anos começaremos a entrar num estágio de população declinante. Em 2030, o Brasil chegará a 225 milhões de pessoas e depois a população brasileira começará a cair. Tal previsão traz um problema muito sério e a nossa sociedade ainda não está preparada para enfrentá-lo, mas nossos filhos e, no caso dos mais velhos, nossos netos, viverão essa realidade. E se temos de começar a pensar nisso agora e nas implicações sobre isso, a mulher passa a ter um papel central, tanto na discussão dos assuntos, como sujeito e objeto das políticas que vão ter de ser implementadas para enfrentar esse problema. A sua Secretaria está pensando estrategicamente nesse problema?

Creio que a questão da taxa de fecundidade é extremamente importante e é preciso incluí-la nas discussões de políticas públicas. Precisamos saber, e isso é tarefa do meu colega, o ministro Samuel Pinheiro, o que o País quer ser quando crescer: precisamos decidir se queremos ser um país “menorzinho” ou um país “maiorzinho”. Temos de discutir e as mulheres querem participar dessa discussão. Não queremos

mais discutir apenas violência. Queremos discutir desenvolvimento.

Pedro Luiz Dalcerro (SAE) — A minha pergunta não é para a ministra, mas para a médica, a cientista. Os homens morrem mais cedo do que as mulheres, o índice de câncer de próstata é mais alto que o índice de câncer de mama. Apesar disso, em vários países do mundo, os recursos para pesquisa e atendimento do câncer de mama são maiores que para o câncer de próstata. É até difícil convencer o marido de que ele não dirige melhor do que a mulher, mas são os homens que morrem nos acidentes de automóvel, não as mulheres, o índice de mortes de acidente de trânsito é muito maior entre a população masculina. A senhora vê para onde caminha a evolução da política de um ministério de mulheres para um órgão de governo que vai tratar, sobretudo, das relações de gênero? Porque talvez seja disso o que a sociedade precisa e até desse processo que a senhora apontou no início, de conscientização dos homens para esses desafios.

O presidente fortaleceu a Secretaria de Políticas para as Mulheres, agora órgão essencial da Presidência, assim como a Casa Civil. Foi uma opção inicial, não participei desse período, mas imagino a discussão que houve na época entre ter um espaço de promoção da igualdade entre gêneros ou espaço de políticas para mulheres, e a opção foi a de fazer um espaço de políticas para as mulheres, que creio continuará valendo. Parece-me ainda necessário assegurar políticas diferenciadas, estrategicamente dirigidas às mulheres, para equilibrar o jogo. Quando estivermos correndo na mesma raia, podemos dar a largada juntos. É preciso ainda trazer as mulheres para um nível de posicionamento na sociedade, para podermos tratar não só das medidas compensatórias, não só das medidas afirmativas, não

só da desvantagem secular das mulheres em relação aos homens, mas tratar da igualdade.

Temos de atuar nas duas frentes, mas não podemos descuidar da questão das desvantagens históricas das mulheres. É certo que os homens morrem mais no trânsito, é certo que os nossos jovens, sobretudo os jovens negros, estão morrendo nas periferias das grandes cidades em maior número, é certo que os homens têm câncer de próstata, mas as mulheres também têm outros agravos à sua saúde, que precisam ser vistos. Não estou dizendo para abandonarmos os homens, longe de mim propor uma sociedade de amazonas, isso está na ficção e não é o objetivo da Secretaria. Queremos uma sociedade de homens e mulheres livres e iguais.

Pérsio Davison (Ipea) – Ministra, a senhora, por várias vezes, na sua palestra, fez referência à questão cultural. Sabemos que isso passa pelos valores da sociedade, tanto dos valores democráticos como da consciência cidadã. Ora, parte desse processo está na mais tenra infância, no convívio das crianças com suas mães, nas mudanças desses valores que, muitas vezes, são reproduzidos por essas mulheres vítimas dessa discriminação. Como a senhora vê o aspecto de trabalhar a consciência dessas mulheres na formação dos seus filhos, na diversidade de acesso à informação, na questão da gravidez de adolescentes, mas fundamentalmente numa outra dimensão, quando essas crianças já na adolescência passam a ter consciência e percepção do seu papel? A sua Pasta avalia os textos escolares que são postos para o conhecimento e ensino das nossas crianças e adolescentes?

Temos trabalhado com o MEC na questão dos livros didáticos e já conseguimos avançar. Estamos trabalhando agora, com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), a possibilidade de produzir uma coleção de livros para a educação infantil especificamente trabalhada. Encomendamos alguns projetos não só de livros para as crianças, mas também de cadernos de exercícios para orientação das professoras e dos professores para serem trabalhados em sala de aula. É o que estamos fazendo nesse programa de 5^a a 8^a série da Universidade Aberta do Brasil, mas é preciso massificá-lo. É preciso ainda um olhar de gênero nos livros, não só do ponto de vista dos papéis, mas até do ponto de vista do reconhecimento da contribuição das mulheres no processo de desenvolvimento. Quando olhamos os nossos livros de história, parece que esse Brasil foi feito somente por homens. Onde estão as nossas heroínas? Onde estão as mulheres que lutaram por este País?

Na Conferência Nacional dos Direitos Humanos, fizemos um documento sobre onde está o reconhecimento, onde estão nomeadas as mulheres que foram para a frente de batalha lutar pela liberdade democrática do nosso País. Isso é muito pouco reconhecido, parece que as mulheres foram sempre apenas coadjuvantes nessa história. E como diz Clara Charf, uma senhora de 86 anos e de uma sabedoria enorme, que até hoje é militante do movimento feminista e faz questão de afirmar que não abandona essa posição, que a cada minuto de sua vida ela continua militante: “não há um só fato histórico neste País que tenha mudado o curso da história que não tenha tido a participação das mulheres.” E é preciso reconhecer tal fato também nos livros, porque é algo que também muda a percepção. Quando Michelle Bachelet foi eleita no Chile, nar-

rou um episódio muito interessante. Ela foi visitar uma escola e perguntava para as meninas o que queriam ser quando crescessem. E várias delas responderam: “Quero ser presidenta da República”. Então, o fato de haver uma presidenta, uma deputada ou uma mulher nos livros de história mostra para as meninas que elas podem ser o que quiserem, segundo a capacidade que irão desenvolver. Que não está vedada a elas nenhuma posição na sociedade, porque outras mulheres puderam ser e o foram por sua capacidade. Ou, pelo menos, que não foram impedidas pelo fato de serem mulheres, porque esse foi o grande fato importante na eleição chilena. Michelle Bachelet foi eleita pelo reconhecimento da população chilena de que ela tinha melhores atributos para governar o país, independentemente de ser mulher. E o importante é que ela não deixou de ser eleita por ser mulher. Esse é o grande fato histórico importante na eleição de mulheres para ocupar a Presidência da República.



PALESTRA DO MINISTRO

PAULO SÉRGIO PASSOS

TRANSPORTES

PALESTRA PROFERIDA EM 29/4/2010

CICLO DE
SAE
PALESTRAS

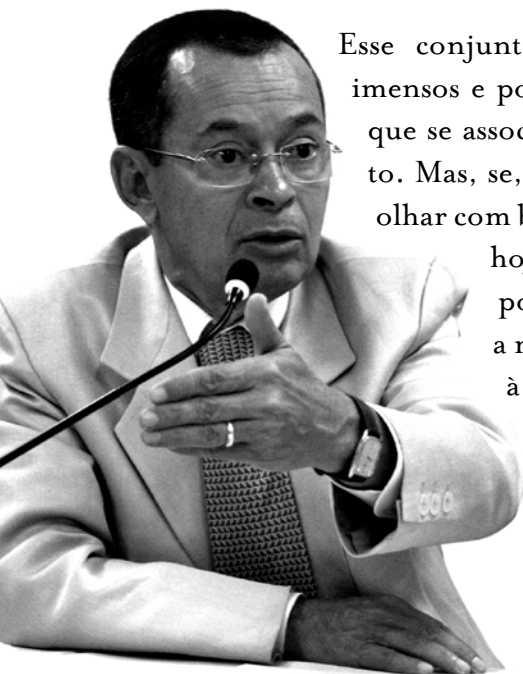
PAULO SÉRGIO PASSOS

- 1950 *Nasce em 13 de dezembro, em Muritiba, na Bahia*
- 1972 *Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia*
- 1973 *Assessor e coordenador da Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação do Ministério dos Transportes*
- 1980 *Assessor e coordenador da Coordenadoria de Programação Orçamentária do Ministério dos Transportes*
- 1986 *Secretário de Programação Financeira e Orçamento do Ministério dos Transportes*
- 1990 *Assessor do Gabinete do secretário Nacional de Transportes da Secretaria Nacional de Transportes do Ministério de Infraestrutura*
- 1991 *Coordenador-geral de Transportes Rodoviários da Secretaria Nacional de Transportes do Ministério de Infraestrutura*
- 1992 *Secretário de Administração Geral do Ministério do Bem-Estar Social*
- 1993 *Secretário de Orçamento Federal adjunto do MPOG*
- 1994 *Assessor Parlamentar da Câmara dos Deputados*
- 1995 *Secretário de Orçamento Federal adjunto do MPOG*
- 2001 *Secretário-executivo do Ministério dos Transportes*
- 2003 *Secretário de Desenvolvimento do Ministério dos Transportes*
- 2003 *Secretário de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes*
- 2004 *Secretário-executivo do Ministério dos Transportes*
- 2006 *Ministro dos Transportes*
- 2007 *Secretário-executivo do Ministério dos Transportes*
- 2010 *Ministro dos Transportes*

PALESTRA DO MINISTRO PAULO SÉRGIO PASSOS

O Brasil criou condições para se desenvolver e crescer nos últimos anos e também para atravessar a crise internacional, que teve seu efeito mais agudo no início de 2009. Nesse contexto, o crescimento da demanda foi um estímulo ao desenvolvimento e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) teve importância essencial nesse crescimento. Além disso, o País, atualmente, convive com uma condição inflacionária absolutamente sob controle. Caminha igualmente, em termos de controle fiscal, para uma redução do déficit público, assim como da dívida pública federal.

Esse conjunto de elementos coloca desafios imensos e positivos para o País na medida em que se associam às expectativas de crescimento. Mas, se, por um lado, temos motivos para olhar com bons olhos o quadro que o País vive hoje, por outro é preciso voltar um pouco ao passado para compreender a realidade vivida no que diz respeito à infraestrutura de transportes.



Vivemos um longo período de baixo nível de investimentos em infraestrutura, o que acabou produzindo efeitos nefastos que se abateram fortemente sobre o setor. Observamos primeiro a baixa capacidade de resposta em relação às demandas da sociedade e, segundo, o desestímulo às atividades de planejamento, o que ocasionou uma desarticulação do ponto de vista institucional.

Tivemos duas décadas perdidas em termos de infraestrutura e, recentemente, começamos a observar uma mudança no perfil da curva de investimento, fazendo que o País se reencontre com o que seria razoável e compatível com a sua dimensão, com as suas necessidades e com os investimentos necessários em relação à infraestrutura.

Os problemas que mencionei são investimentos incompatíveis com as necessidades; padrões deficientes de planejamento, coordenação e gestão; infraestrutura rodoviária degradada, capacidade instalada descompassada em relação às necessidades do País; e grande número de gargalos operacionais, que se foram agravando ao longo do tempo. Além disso, temos baixo nível de utilização da navegação de cabotagem, do transporte por hidrovias nos rios brasileiros e também deficiente definição e implementação de marcos regulatórios.

A matriz de cargas no Brasil ainda revela alto nível de distorção. Qual é esse nível de distorção? É o fato de concentrarmos cerca de 60% do nosso transporte em rodovias. Quando comparamos o transporte do Brasil com o de países como a Rússia, a China, os Estados Unidos, o Canadá, que têm grandes extensões territoriais, de porte considerável no plano agrícola e industrial, percebemos que esses países têm

percentual de utilização das outras modalidades de transporte nitidamente distinto do que hoje se verifica no Brasil.

A criação de quadro mais favorável de ampliação das possibilidades de investimentos públicos com base na estabilidade econômica e, evidentemente, o crescente interesse da iniciativa privada nos assuntos e temas relacionados a transportes levaram-nos à constatação da necessidade de organizar um instrumento abrangente, que pudesse funcionar como orientador das ações, das políticas e dos programas que poderiam ser desenvolvidos, para dar resposta a esse quadro adverso.

Afastei-me um tempo da área de transportes e, quando retornei, para minha surpresa, não havia, no Ministério dos Transportes, nenhum plano de caráter plurianual. Não um plano impositivo – não é essa a preocupação –, e, sim, um plano indicativo, organizado, estruturado, e isso é absolutamente estranho, quando se fala de um setor em que, de maneira geral, os investimentos são muito pesados e se desdobram por vários anos até que possam maturar. Esses investimentos quase sempre têm alguma conectividade e, portanto, seria necessário que houvesse um plano.

Essa foi uma área sempre marcada pela realização de estudos de natureza microrregional, mesorregional, setorial, estudos por produto. Tudo isso se foi colocando ao largo, o que nos obrigou naturalmente ao desenvolvimento de um plano, como o Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT), que é indicativo, com visão federativa, com a preocupação de não se apresentar como instrumento de governo, mas para servir ao Estado brasileiro. Um plano que tivesse a característica da perenidade, ou seja, que permitisse a atualização

da sua base macroeconômica, como também a atualização do portfólio de projetos por ele apontados, descartando os investimentos concluídos e resolvidos e incorporando novas demandas da sociedade.

Foi exatamente com esse espírito que foi desenvolvido esse plano, com visão muito clara e muito forte em relação ao futuro, para trabalhar de maneira muito bem sustentada em relação aos objetivos, para mudar esse perfil e a matriz de transportes no Brasil. Esse foi um instrumento de organização estratégica para o Ministério, que tem a visão dos transportes como elemento indutor do desenvolvimento. A pretensão e o objetivo de longo prazo permeiam toda a avaliação e todos os estudos do plano de mudança da matriz, que estabeleceram como prioridade a elevação gradual dos investimentos federais para poder chegar, pelo menos, até o horizonte de 2023, a 1% do PIB.

É preciso dizer que, em outros países do mundo, esse percentual é maior. Nos períodos mais graves, chegamos a 0,2% do PIB. Isso é inconcebível. Não há país que se desenvolva como nação que não tenha resolvido, de maneira criteriosa, as suas necessidades de infraestrutura, que não tenha organizado as atividades de logística e transportes.

Trabalhamos nos estudos do PNLT examinando a tipologia de produtos, de atividades que lideram o crescimento da produção microrregional do País. Fizemos um mapeamento para identificar as áreas de produção de recursos naturais, as áreas que combinam a produção de recursos naturais com baixa tecnologia, as áreas de alta intensidade tecnológica, as áreas

mais concentradas em serviços e as áreas onde há peso muito grande em serviços públicos.

Esse mapeamento, estudado e realizado de forma exaustiva, mostra, por exemplo, a Região Norte com PIB *per capita* menor ou igual a 30% do PIB nacional. Inversamente, há áreas onde o PIB *per capita* é maior que a média do PIB nacional, como a Zona Franca de Manaus, no Amazonas, a região em torno de Carajás e diversas regiões do País. E temos a região Nordeste com, em sua quase totalidade, PIB *per capita* menor ou igual a 30% da média do PIB nacional.

A Região Sudeste tem característica diferente. A Região Sul tem condição privilegiada. A Região Centro-Oeste também tem condição mais razoável. Além dos estudos de todas essas microrregiões, suas atividades produtivas instaladas, seu potencial, sua tendência e suas aptidões, também tivemos o cuidado de estudar o Brasil, decompondo-o em suas diversas regiões, examinando-o sob o prisma ambiental, os seus biomas, as unidades de conservação e as terras indígenas existentes. Tudo isso para que pudéssemos, ao raciocinarmos em termos de transportes, levar em conta os níveis de impedância, que são maiores ou menores conforme o nível de sensibilidade que possa apresentar cada uma dessas regiões.

Fizemos um mapeamento observando o País, a sua rede viária, o quadro atual da infraestrutura existente e os cenários de crescimento e, com base nele, desenvolvemos um portfólio que envolve 917 projetos nos diversos modais: rodoviário, ferroviário, hidroviário e portuário. Desses projetos, 332 são de rodovias, 96 de ferrovias e 51 de hidrovias. É importante assinalar que esse portfólio alcança R\$ 291 bilhões.

Por conta disso, é possível estimar, de hoje a 2023, o quanto precisaremos investir por ano para levar adiante um programa dessa envergadura. O que há de importante é o fato de a área ferroviária começar a ganhar, claramente, dimensão e expressão compatível com a obrigação – que considero um dever não cumprido – que devíamos ter começado lá atrás.

Em termos da estabilidade do Brasil e da possibilidade de pensar e atuar de forma mais robusta, vigorosa, o Programa de Aceleração do Crescimento foi um primeiro passo, que nos tirou de condição extremamente modesta, com resultados muito pequenos em investimento no período passado, e abriu o horizonte para que pudéssemos trabalhar um elenco de projetos distribuídos por todo o Brasil. Alguns projetos, segundo a própria orientação e os fundamentos do PNL, tinham por propósito aumentar a eficiência produtiva em áreas consolidadas. É o caso, por exemplo, da duplicação de rodovias em áreas próximas de saturação, como a duplicação da BR-101 no Sul do País, a duplicação da BR-262 em Minas Gerais (Betim e Nova Serrana), que são áreas pujantes e de grande crescimento, que precisam ter suporte em infraestrutura. Do contrário, vamos constranger essas áreas.

Outro propósito é induzir o desenvolvimento em áreas de expansão de fronteira agrícola e mineral. Vamos tomar como exemplo o Centro-Oeste brasileiro, não é preciso ir muito longe. Há poucos dias, estive em Mato Grosso do Sul para autorizar a continuidade do segmento da BR-359, na altura de Costa Rica, de Alcinoópolis. Nessa região, grande produtora de grãos – algodão para exportação, milho – e importante produtora no setor pecuário, estamos devendo uma estrada pavimentada. Não estou falando do Norte remoto. Exemplos desse

tipo se replicam e se reproduzem no Brasil inteiro quando se abre a perspectiva para fazer esses investimentos. Cito o caso da BR-163 (Cuiabá-Santarém), em Mato Grosso e no Pará, e da BR-242, uma grande transversal (entre a BR-158 e a BR-153) que cortará o estado de Mato Grosso. Todos esses investimentos estão sendo levados a cabo hoje, e estavam pendentes, porque o País não tinha recursos.

Uma outra preocupação é a redução das desigualdades regionais em áreas deprimidas: o caso mais exemplar é a BR-135, que sai do Piauí, corta o oeste baiano e vai ao norte de Minas. Essa estrada terá função e papel extraordinários, do ponto de vista dos deslocamentos no sentido norte-sul, mas também será fundamental como elemento indutor de resgate de população que está vivendo em situação absolutamente indesejável. São cidades que não têm ativismo do ponto de vista econômico, mas podem e passarão a tê-lo.

Promover a integração multimodal, isso é pressuposto no sentido de que não se pode pensar em transporte olhando exclusivamente rodovia, ferrovia ou hidrovia. É preciso estimular os pontos de conexão entre os modos de transporte, porque eles podem funcionar sinergicamente, estimulando a atividade produtiva, possibilitando o escoamento de fluxo e estimulando o desenvolvimento sustentável. Não queremos fazer nada que esteja em choque ou em desacordo com os melhores pressupostos ambientais.

Também é importante promover a integração do Brasil com os países vizinhos. Voltamo-nos muito para o Atlântico e nos esquecemos do tamanho do Brasil, do ponto de vista geopolítico. O que o Brasil representa em relação às outras nações

que estão à nossa volta? Precisamos ter e traduzir essa percepção de política externa e fazer que isso se faça também na infraestrutura de transporte. E não há elemento melhor para propiciar essa condição que a integração física. É ela que propicia a intensificação das correntes de comércio e a integração de atividades.

No âmbito do PAC, considerando a ampliação dos investimentos, trabalhamos com 95 ações em rodovias, envolvendo pavimentação, duplicação e adequação de capacidade. Fizemos concessões de rodovias à iniciativa privada, que tem a obrigação de fazer investimentos para melhoria e garantir bons padrões operacionais, e trabalhamos com a manutenção rodoviária intensificando os investimentos realizados. Todos os brasileiros, hoje, têm a percepção da melhoria na condição geral das estradas do País, e isso de forma sustentada e contínua. Estamos trabalhando para avançar em termos de contrato de manutenção de longo prazo. Saímos de contratos de dois anos e passamos para os de cinco anos.

Nas ferrovias são 28 ações e nas hidrovias 42. Na área de marinha mercante e na construção naval, houve o financiamento de aproximadamente 400 empreendimentos para construção de embarcações, envolvendo recursos que, hoje, alcançam a faixa de quase R\$ 13 bilhões.

O presidente Lula, quando candidato, fez uma promessa em relação a essa área. O Brasil já foi o segundo produtor de embarcações, uma posição de destaque mundial. Essa indústria passou por crise muito pesada por se amparar em modelo não sustentável. Coube a este governo trabalhar e fazer que o País voltasse a produzir embarcações para apoiar a indústria de

petróleo e gás, produzindo navios e embarcações não só no Rio de Janeiro, como também em outras unidades da Federação. Hoje temos uma situação que, em relação a números de empregados, é superior àquela dos melhores momentos que tivemos no passado.

Para dar ideia do que estamos fazendo em termos de PAC, neste ano vamos trabalhar pesado na BR-163 (Cuiabá-Santarém); na Transamazônica; e na BR-156, que começa no Laranjal do Jari, Pará, atravessa o Amapá e termina no Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa. No Nordeste, a duplicação de toda a BR-101 no território nordestino está sendo objeto da ação do Ministério dos Transportes. Devemos concluir esse trecho neste ano e avançar na duplicação até o entroncamento com a BR-324, próximo a Salvador. Temos investimentos importantes no contorno de Fortaleza e no Rio Grande do Norte, na BR-226. A Via Expressa vai criar condição muito favorável de acessibilidade para o porto de Salvador, localizado dentro da cidade. Essa via vai fazer conexão expressa para veículos ligando-se à BR-324 (Balsas, no Maranhão, até Salvador, na Bahia).

Na Região Sudeste, estamos fazendo a duplicação da BR-262 (Vitória/ES-Corumbá/MS) entre Betim e Nova Serrana, em Minas Gerais. Vamos começar as obras de duplicação, na direção de Vitor Hugo. No PAC 2, está prevista a sua duplicação em todo o território capixaba. Temos o Arco Rodoviário, obra fundamental que está sendo construída sob a responsabilidade do Estado, no Rio de Janeiro. A BR-265 (Muriaé/RJ-São José do Rio Preto/SP) foi iniciada em São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais. Temos ainda, na BR-040 (Brasília-Rio de Janeiro), a duplicação Curvelo-Sete Lagoas, em

Minas Gerais. No triângulo mineiro, concluímos a duplicação Uberaba-Uberlândia e seguiremos em obras para a duplicação até Araguari.

Na Região Sul, estamos trabalhando no trecho Ventania-Alto do Amparo da BR-153 (Marabá/PA-Aceguá/RS) e na duplicação da BR-101 (Touros/RN-São José do Norte/RS). Concluímos a BR-282, em Santa Catarina, até a fronteira com a Argentina. No trecho Santa Maria-Rosário do Sul da BR-158, há grande número de obras. É um portfólio realmente respeitável de obras.

O trecho entre Aparecida de Goiânia e Itumbiara da BR-153 está concluído e duplicado. Estamos dependendo apenas de algumas obras complementares em torno de cidades importantes. O contorno de Campo Grande, a travessia de Dourados e a travessia de Corumbá estão, em parte, concluídos.

Além disso, estamos trabalhando na concessão de 3.228 quilômetros e na ampliação da manutenção das rodovias. Essa é uma área um pouco mais complicada para se estruturar um bom sistema de controle de peso e de velocidade dos veículos. Fizemos um programa há algum tempo e estamos dando continuidade à melhoria da qualidade da sinalização das rodovias brasileiras, que era péssima. Isso mudou bastante, e é importante destacar que investimentos dessa natureza têm efeito muito significativo na segurança do usuário em circulação, quando trafega de dia, mas principalmente à noite.

Temos também a terceira etapa dos Programas de Concessões de Rodovias Federais. Estamos trabalhando para fazer as licitações. O presidente Lula decidiu fazer a duplicação da

BR-381, em Minas Gerais, como obra pública. Retiramos o trecho da BR-101, na Bahia, e vamos trabalhar em território baiano fazendo a duplicação de um pedaço do trecho sul. Além disso, vamos trabalhar na adequação de capacidade no restante da rodovia.

Em relação ao setor ferroviário, é preciso que se reconheça e se dê todo o mérito a este governo e à decisão do presidente, porque essa era uma área abandonada. Transferimos a exploração de ferrovias à iniciativa privada, que foi decisão acertada. Em mais de 20 anos, tínhamos feito 200 quilômetros de ferrovia na Norte-Sul. Na agenda de governo, em transportes ferroviários, temos hoje 5 mil quilômetros de ferrovias. São 1.726 quilômetros de ferrovia na Transnordestina. Hoje as atividades de construção dessa ferrovia já envolvem mais de seis mil homens trabalhando. No meio do ano, estamos calculando a presença de 12 mil homens trabalhando nessa construção.

Estamos em processo de licitação para o prolongamento da Ferrovia Norte-Sul, de Anápolis/GO até Estrela D'Oeste/SP. São mais de 1.500 quilômetros. Se descontarmos os 200 quilômetros construídos anteriormente ao governo do presidente Lula, são 1.300 quilômetros. Além disso, estamos com a licitação para a construção da ferrovia que, partindo das proximidades da cidade de Ilhéus, vai até Barreiras. São cerca de mil quilômetros. O concessionário, sob o nosso controle e monitoramento, está fazendo o trecho, de 260 quilômetros, que vai do Alto Araguaia até Rondonópolis, no Mato Grosso.

Há uma diferença muito grande no enfoque e na prioridade conferida a esse tipo de transporte. Aí é que está um dos pon-

tos da nossa visão estratégica. Não vamos mudar a matriz de transporte somente com boas palavras e com discurso. Vamos mudar a matriz de transporte investindo pesadamente em outros modos. Neste momento, destaco as ferrovias. A ferrovia baiana vai chegar até a região de Barreiras. Futuramente temos de pensar no seu prolongamento para se integrar à Norte-Sul e desse ponto até a região de Lucas do Rio Verde e, futuramente, na direção do Centro-Oeste, possivelmente até Porto Velho. Com isso, faremos uma ferrovia que dará opção para transportar cargas na direção do Atlântico mais a Sudeste, permitiremos que se faça embarque utilizando a calha do Madeira mais ao Norte, em Itacoatiara, e que os portos sejam eleitos definitivamente pelos usuários como os mais convenientes do ponto de vista logístico e operacional.

Há algum tempo, submetemos ao Congresso Nacional um projeto de lei que se converteu em lei, que estrutura o sistema ferroviário de bitola larga e tem como coluna vertebral a Ferrovia Norte-Sul e eixos transversais a Leste e Oeste. Isso permite que o País possa organicamente estar preparado para fazer a circulação de grandes massas, de grandes volumes, sem dificuldades, sem constrangimentos, por vias de bitola larga e, portanto, em condições economicamente mais baratas que o transporte que fazemos hoje, que é por rodovia.

Implantadas essas ferrovias, falaremos de outro Brasil em infraestrutura de transporte, de um país mais preparado, com uma rede para atender as regiões importantes. Mato Grosso produz cerca de 20 milhões de toneladas de grãos e, sem abater uma única árvore, poderá incorporar 3 milhões de hectares ainda não utilizados para essa finalidade. O que hoje corresponde a 20 milhões de toneladas de soja poderá chegar

a 40 milhões de toneladas, apenas nesse estado. Mato Grosso produzia pouco milho. Na entressafra da produção de soja, o estado está produzindo entre 8 e 10 milhões de toneladas de milho. Em poucos anos, chegará a 30 milhões.

Com base no reconhecimento de que somos uma economia agroindustrial e de que somos, e seremos, uma economia de alta competitividade na área agrícola, é que vamos avançar em ganhos tecnológicos. Não há como pensar em resolver o problema de escoamento por meio de sistemas de alta capacidade que não seja pelo ferroviário, que vem exatamente para atender a isso.

Com os trabalhos de desenvolvimento de projetos básicos que estamos fazendo neste ano, se começarmos a construção da ferrovia de integração Centro-Oeste no próximo ano, o cidadão vai poder sair de Lucas do Rio Verde/MT e ir até o Porto de Santos/SP em ferrovia de bitola larga, uma vez que o estado de São Paulo já é servido por ferrovia desse tipo de bitola.

Por trás disso, há uma visão estratégica, de competitividade. Basta pegar a balança comercial e ver o saldo positivo que representa o agronegócio. Temos de trabalhar muito empenhadamente para que essa condição competitiva se alargue mais. Isso significa para o País, do ponto de vista das contas externas, também um objetivo estratégico.

Em termos da bitola estreita, imaginamos a necessidade de um conjunto de intervenções seletivas na malha ferroviária nacional. Temos uma malha de 28 mil quilômetros, mas somente entre 10 mil e 15 mil quilômetros são de fato utilizados.

Isso porque temos uma malha antiga que não tem geometria. Boa parte dela tem problemas sérios de transposição de cidades, de vias urbanas e de passagem de nível, que precisam ser resolvidos.

Como essa malha de bitola estreita está toda concessionada, temos de encontrar um caminho de bom entendimento com os concessionários, para eleger quais são os investimentos fundamentais e importantes que precisam ser feitos e como eles podem ser compartilhados. Os concessionários serão os grandes beneficiários de quaisquer investimentos que venham a ser feitos, sejam investimentos custeados por eles, sejam investimentos feitos pelo governo federal.

Estamos trabalhando em uma série de contornos. É o caso dos contornos de Joinville e de São Francisco do Sul. Vamos começar, possivelmente neste ano, o contorno de São Félix e Cachoeira e concluir o rebaixamento da linha férrea de Maringá.

Essa é uma agenda que contempla uma miríade de intervenções. Não estamos falando de investimentos pesados. Podem ocorrer alguns investimentos de maior envergadura, mas são investimentos localizados que precisam ser feitos, assim como os investimentos em contornos rodoviários, que jamais poderiam ser feitos pelos poderes públicos locais. Eles não têm capacidade financeira para isso, e o governo federal tem de ter sensibilidade para entender que esse é um problema. Não precisamos resolver todas as coisas a um só tempo, mas podemos ordená-las, priorizá-las e, sequencialmente, executá-las, como já começamos a fazer.

Outro aspecto relacionado ao transporte ferroviário é o trem de alta velocidade. Estamos trabalhando, há praticamente dois anos, em um projeto que prevê a instalação de um trem de alta velocidade em um trecho de pouco mais de 500 quilômetros entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. Os estudos econômicos e técnicos foram realizados, cumprindo o que obriga a legislação brasileira. O Tribunal de Contas está examinando e deve pronunciar-se em relação a esses estudos. O nosso desejo é de que a área mais rica e mais desenvolvida do nosso país, o eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Campinas, possa ser servido pelo que há de melhor no mundo em transporte de passageiros, um sistema de alta velocidade, disseminado em inúmeros países do mundo, com tecnologias desenvolvidas e controladas pela Coreia, Japão, China, Alemanha e França.

Os estudos encaminhados ao Tribunal de Contas estão sendo avaliados. Estamos esperando uma manifestação em curto prazo, para que possamos iniciar a licitação. Estamos imaginando que até as Olimpíadas é possível, sim, ter um sistema de transporte de alto nível de confiabilidade, regularidade, conforto, segurança e velocidade à disposição da população.

Na parte relacionada a hidrovias, trabalhamos basicamente na construção de terminais na Amazônia, realizando serviços de dragagem nos rios Paraná e Paraguai, além, evidentemente, da obra de maior destaque, as eclusas de Tucuruí, que devem estar prontas neste ano. Pretendemos começar o enchimento do canal intermediário em 6 de setembro próximo. Estamos pressionando os nossos parceiros na construção desse projeto para que possamos inaugurá-la. Trata-se de um sistema de eclusagem de grandes dimensões, com duas câmaras e um canal intermediário. O custo do projeto é de aproximadamente

R\$ 1,5 bilhão. É realmente de grande proporção e relevância, porque está localizado em um dos principais rios com potencial navegável do País, o Tocantins.

Em duplicação e adequação de capacidade de rodovias, fizemos 1.270 quilômetros, que correspondem às rodovias Brasília-Anápolis; BR-153, trecho Aparecida de Goiânia-Itumbiara; João Pessoa-Campina Grande; o contorno leste de Curitiba; a adequação da travessia de Lucas do Rio Verde; e o próprio rodoanel de São Paulo.

Estão em execução serviços de manutenção em 53 mil quilômetros da malha. Estamos trabalhando em 35 mil quilômetros previstos em projetos. Estamos imaginando chegar perto de mil quilômetros de duplicação de rodovias. Relativamente às obras de recuperação e conservação, devemos substituir os contratos de curta duração por contratos de longa duração, e a nossa expectativa é de que tenhamos 32 mil quilômetros contratados nesse regime.

Na Ferrovia Norte-Sul, concluímos 356 quilômetros e queremos concluir mais 719 quilômetros. Na Transnordestina, dos 1.726 quilômetros, 270 já foram concluídos, e vamos avançar mais. O trecho Alto Araguaia-Rondonópolis está em obras. Estamos trabalhando em licitações. Tivemos avanços nas obras de contornos, em rebaixamentos, e estamos realizando estudos para produzir os projetos básicos necessários à implantação das ferrovias.

Em termos de hidrovias, em Tucuruí, 93% das obras e serviços previstos foram realizados. Uma grande quantidade de

terminais hidroviários na Amazônia foi concluída e estamos com mais 13 em execução no Amazonas e três no Pará.

Com base nos financiamentos do Fundo da Marinha Mercante para a construção de embarcações e considerando o que já realizamos em 2010, contrataremos novos empreendimentos envolvendo a construção de 167 embarcações e a construção ou modernização de seis estaleiros.

Esse é um primeiro passo. O País tem de ousar mais, ser mais ambicioso, mais decidido em relação às questões de infraestrutura, e isso ocorrerá natural e gradualmente.

É preciso conferir absoluta prioridade aos projetos de expansão do sistema de bitola larga das ferrovias brasileiras. Isso tem de estar no centro das atenções. Não se leia, equivocadamente, que devemos deixar de investir em rodovias. Temos de continuar a investir em rodovias para concluir a malha rodoviária básica do País, que não está devidamente estruturada. Além dos beneficiamentos em duplicação e adequação de capacidade, é preciso que o tema ferrovias, trazido para a agenda do governo, mantenha-se ainda por longo tempo em nossa agenda e como objeto de nossas preocupações.

Se, por um lado, estou falando em eixos rodoviários troncais, a expansão das ferrovias não corre risco de estagnar-se, porque vamos, naturalmente, ter de avançar na construção de ramais. A demanda e os projetos relevantes das grandes áreas de produção determinarão esse tipo de atividade e a inserção de investimentos complementares, além desses que estamos identificando nesse primeiro momento.

Então, primeiro, ênfase em ferrovias, o que, de fato, está acontecendo. Do que precisamos é dar continuidade e trabalhar com a convicção de que temos de organizar um sistema ferroviário compatível com as necessidades do País.

No que diz respeito à área hidroviária, por ignorância ou preconceito, retardaram-se muito os investimentos no País. Em primeiro lugar, há alguns tabus, que até, de certa forma, em alguns momentos, foram alimentados pelo Ministério Público e motivaram ações, levando o próprio Judiciário a decidir, na minha avaliação, equivocadamente. Então, temos de reverter esse quadro. Por outro lado, precisamos superar essa visão e o falso dilema que se coloca. Devemos dar prioridade à energia? Os rios devem ser aproveitados para a produção de energia elétrica e, depois, pensamos em sua utilização para fins de navegação? O País tem uma premência do ponto de vista da geração de energia, sobretudo, da hidráulica. Será que isso se sustenta? Não, não se sustenta.

Temos de olhar o aproveitamento dos rios de maneira sistêmica, integrada e articulada. Se não fizermos isso no tempo oportuno, pagaremos um preço alto por dispormos de modalidade que pode ser utilizada para longas distâncias a custos mais baixos de frete do que os das ferrovias.

Deixaremos de utilizar essa possibilidade, e as gerações futuras pagarão preço maior. Porque, em vez de fazer, por exemplo, a transposição de desnível no corpo de uma barragem, vou fazê-la separadamente. Provavelmente, se esse for o caminho, gastaremos, para cada transposição, até 50% mais do que gastaríamos se estivéssemos trabalhando de forma integrada.

Nesse setor, há 30 anos, quando falávamos em aproveitar as hidrovias, com exceção da Tietê-Paraná e as dos rios do Sul, alguém imaginaria essa proposição como exótica. Esse quadro mudou completamente. A fronteira agrícola do País é outra e isso precisa ser compreendido. Se quisermos nos afirmar como país de melhor trajetória do ponto de vista do desenvolvimento econômico, com a riqueza e a extensão de nossos rios navegáveis, não podemos desprezar a possibilidade de utilização desse modo de transporte.

No âmbito federal, o Brasil ainda se ressentir da falta de elementos e instrumentos mais aprofundados. Por isso, estamos cuidando do desenvolvimento de um plano hidroviário estratégico. Nele estaria abrigado o desenvolvimento de estudos mais aprofundados, envolvendo viabilidade econômica, anteprojeto de engenharia e, se for o caso, alguns investimentos comprovadamente viáveis.

Um segundo aspecto é a ênfase na integração multimodal. Estamos falando de pontos de intermodalidades e de plataformas multimodais. Temos de estimular, identificar e criar facilidades. Temos de fazer a rodovia chegar aonde ela precisa. Temos de agir com o protagonismo que cabe ao setor público, mas também estimulando a iniciativa privada, porque, ao identificar uma atividade de seu interesse, o empreendedor privado não hesitará. Ele faz, instala armazéns e se mobiliza. O melhor exemplo é um grande parque no cruzamento entre o Rodoanel e a Rodovia dos Imigrantes, em São Paulo. Como dizia um secretário: "Um cidadão montou uma área de armazenagem na esquina do Brasil, de forma privilegiada". Isso, em menor escala, em outras proporções, pode-se verificar em outras áreas do País.

Temos ainda novos projetos de ampliação de capacidade em áreas consolidadas para rodovias, para, evidentemente, avançar na pavimentação de rodovias em áreas de fronteira agrícola e mineral e na continuidade de esforço para a restauração e garantia de boa condição do patrimônio. Entre as principais diretrizes, a duplicação, construção e pavimentação de contornos em áreas urbanas. Isso deve ganhar papel mais importante na questão relacionada a contornos e travessias.

Em ferrovias, as diretrizes dizem respeito à estruturação de moderno sistema de alta capacidade. Estamos falando, sobretudo, da bitola larga, da eliminação dos pontos críticos da bitola estreita e do trem de alta velocidade.

Em relação à expansão e capacidade da malha, temos algumas ações que deverão ser enfrentadas para a melhoria da condição de desempenho operacional em alguns dos principais corredores ferroviários do País. Temos de nos dedicar à realização dos estudos de integração multimodal. Felizmente temos dado ênfase aos estudos e projetos de engenharia para que se tenha, realmente, estoque de projetos e não aconteça como no primeiro PAC: para sair do papel e fazer as coisas acontecerem, houve a necessidade de imenso esforço, porque não havia estoque de projetos capaz de alimentar a ação executiva do governo.

No âmbito das ferrovias, é preciso trabalhar a questão institucional. E o que ela significa? Primeiro, temos o sistema ferroviário transferido, em termos de operação, para a iniciativa privada. Cada concessionária de uma região do País detém o monopólio. Queremos avançar, respeitando os contratos existentes, em relação a novos segmentos que venham a ser

construídos. Queremos trabalhar adotando o que se faz no regime europeu, que é uma separação entre o provimento da infraestrutura e a operação comercial da infraestrutura.

Isso é o que fizeram a Espanha e os outros países da Europa que trabalham com esse regime de exploração. Com isso, o operador privado não é exclusivo. Uma linha ferroviária com capacidade definida poderá ter tantos operadores quantos sejam os interessados, respeitada a capacidade da via e, evidentemente, sem que se permita o abuso do poder econômico com a apropriação da capacidade por grande grupo empreendedor.

Por outro lado, temos de trabalhar em torno de ações regulatórias, e essas ações dizem respeito à questão de direito dos usuários, das ferrovias, à questão tarifária e à questão do direito de passagem, ou seja, todos os aspectos envolvidos na operação que exijam ação mais forte do governo.

Em relação à hidrovias, temos de trabalhar muito na estruturação de corredores de transportes e na construção de terminais. Essa estruturação de corredores envolverá, em segmentos selecionados, obras de dragagem, derrocagem, estudos e, quando for conveniente e necessária, a execução de obras de transposição.

Entre os corredores selecionados, há o do Madeira; do Tapajós, referente ao PAC 2; do Tocantins; do São Francisco; do Tietê-Paraná; do Paraguai e das hidrovias do sul do País, como Taquari.

Há um objetivo, se fizermos um paralelo com a legislação, que deve ser cláusula pétrea para nós, que é mudar a matriz de

transporte. Esse conceito traz todo esse conjunto de preocupações que mobilizará o País nessa direção. Vamos ver o que acontece com a matriz de transporte do Brasil, olhando-a do ponto de vista energético.

Verificamos, então, que o País tem uma matriz energética na qual 85% da geração de eletricidade é hidráulica. Quando saímos da eletricidade e olhamos a matriz energética como um todo, o Brasil usa 44,7% de energia renovável enquanto o mundo utiliza 13,3%. Portanto, estamos numa posição favorável, positiva e diferenciada, em relação ao mundo. Temos a visão do consumo final de energia. Quem é responsável por esse consumo? Em primeiro lugar, está o setor industrial, seguido da área de transportes. Depois vêm, em menor escala, o consumo residencial e o agropecuário.

Em conformidade com o que aponta o PNLT, visualizamos a consolidação de uma nova e moderna malha ferroviária. Trabalhamos com a estruturação de corredores bem definidos e estruturados para atender o País no plano interno e também no que se destina à importação. Temos de assistir, gradual e proporcionalmente, a transferência de cargas do modo de rodovias para ferrovias, hidrovias e cabotagem. Há de se imaginarem também a utilização crescente do transporte rodoviário por meio de esteiras, onde se revelar adequado, e um esforço de intensificação da utilização da energia na área de transportes.

Primeiro, porque isso é compatível com visão de economia ambientalmente sustentável e com gastos menores. Significa que vamos tracionar mais carga gastando menos energia e, portanto, com custos de frete menores. E, em segundo,

porque significa que isso abre perspectiva para que possamos alargar a base de competitividade da estrutura produtiva brasileira em um país que se insere no mundo vigorosamente, como esperamos. Espero que o nosso país siga nessa trajetória e nessa direção, em que a infraestrutura de transportes e as operações logísticas têm papel fundamental a desempenhar.

Ou fazemos isso, ou avançamos propiciando a constituição de gargalos, restrições e impedimentos. Estamos indo no caminho certo e na direção correta. O de que precisamos, acima de qualquer outra coisa, é manter a direção e acelerar o passo.

Alberto Lourenço (SAE) – A minha pergunta é sobre a necessidade de enxergar as obras estratégicas. Em geral, o governo federal está falando de obras estratégicas, com a devida integração multiescalada, ou seja, com as obras de conexão regional e local. Houve sempre preconceito quanto à participação do governo federal nisso e acreditamos que seja crítico. Falo com autoridade, porque fizemos juntos, tanto a SAE, como o Ministério dos Transportes, um projeto para as estradas vicinais da Amazônia, que, apesar de ser o projeto mais esperado na região, não conseguiu ainda emplacar no PAC, mas irá, pois há necessidade de se fazer isso para que se evite o que os planejadores regionais chamam de fracionamento do território. Um território que, beneficiado por possibilidade de escoamento maior, acaba quebrando a coesão interna. O segundo lado dessa questão de eficiência é o que podemos fazer em termos de redução de custos. Porque, se temos de fazer esforço para investimentos em logística, temos de ter também a nossa curva de aprendizado reduzindo os custos e aumentando a eficiência, especialmente no que tange à manutenção.

Objetivamente, quando se fala em integração e em transportes, o pressuposto inerente à ação que se faz em termos de transporte é o da integração, mais do que isso, dinamização de regiões beneficiadas e atendidas pelos investimentos em transportes.

Quando fizemos o PNLT, havia preocupação em desenvolver um plano que tivesse visão federativa. Não adianta fazer plano de gabinete. Temos de olhar o País com todas as suas instâncias e, por isso, discutimos e trabalhamos com os estados, com as federações de indústria e comércio, com as secretarias de Planejamento, com as secretarias de Transporte. De certa forma, quando olhamos o portfólio contido no PNLT, ele traduz isso. Ele reverbera as expectativas regionais.

É óbvio que, quando falamos em transportes, temos de estratificar área de competência e área de responsabilidade. O governo federal pode e deve ir até determinado ponto, mas alguns tipos de intervenção são de responsabilidade dos poderes públicos, estadual ou mesmo municipal. O pressuposto é de que essas coisas possam ser feitas de forma articulada para que se possa colher os melhores resultados com base nos investimentos que venham a ser feitos.

Cito o exemplo do contorno de cidades. Praticamente não trabalhávamos em contorno de cidades. Isso ganhou corpo a partir do reconhecimento de que os municípios de médio e pequeno porte não têm capacidade de fazer investimentos para resolver problemas, às vezes, muito graves, e o governo federal tem de assumir. Esse é o nosso papel. Essa é nossa responsabilidade.

De alguma forma, ao planejarmos, já levamos em conta esse aspecto. Capturamos um pouco das expectativas da visão regional. Não posso dizer que discutimos isso de município a município, por ser muito difícil, mas tivemos a oportunidade de trabalhar com esse enfoque e com esse direcionamento. Do ponto de vista prático, estamos fazendo algumas coisas que, a nosso ver, são importantes, e o governo federal, ao fazê-las, está contribuindo nessa direção.

Quando foi citado o caso das rodovias vicinais, deveríamos, sim, trabalhar em um programa de vicinais, com critérios bem definidos para fazer a articulação desse tipo de investimento com as rodovias troncais, sejam elas estradas estaduais, sejam federais. O governo federal pode, sim, participar desse processo, que tem efeito muito claro em relação às regiões, às comunidades atendidas, às pequenas áreas de produção e cria canais de alimentação. Poderia até funcionar, disciplinadamente, como elemento inibidor em relação às ações predatórias, que sabemos existirem em relação a estradas construídas para a extração ilegal de madeiras.

Em relação à redução de custos, eu a vejo em duas dimensões. Primeiro a redução de custos de obra. Onde é que a redução de custos pode-se materializar mais efetivamente? Ela se efetiva a partir da qualidade do projeto. Se tivermos um projeto de boa qualidade, saberemos quanto ele vai custar, então poderemos licitar e teremos condição de fazer que ele possa, na sua execução, corresponder àquilo que foi estimado, sem surpresas.

Se tivermos um projeto de má qualidade, ele permitirá a ocorrência das chamadas revisões em fase de obra. Esse nível de controle se relativiza, por um lado. Por outro, no que diz respeito à manutenção, quando saímos dos contratos de curto prazo, em que o cidadão faz simplesmente uma obra, passa mais seis meses tomando conta de um segmento de estrada e troca isso por uma garantia de performance de cinco anos, o que isso quer dizer?

Se tivermos bons projetos nesse sentido, eles certamente serão mais compatíveis com a expectativa que possamos ter de vida útil de uma estrada e, sobretudo, do seu pavimento. Falaremos de condição de manutenção mais regular e contínua, o que se traduz, no final, em condição mais eficiente.

No âmbito do governo, precisamos sair da condição do regime de contratação que se verifica nas obras públicas de infraestrutura e transporte. Hoje fazemos contrato de valor global e pagamos por custo unitário. Isso significa que o preço global é simbólico. Avançamos para uma condição na qual vamos utilizar o dispositivo da Lei nº 8.666 e absorver os 25%. Na minha avaliação, deveríamos inverter esse processo. Se quisermos contratar alguma coisa, façamos um projeto básico de boa qualidade. O governo licita por preço global e paga por preço global. As incertezas e o erro devem ser de responsabilidade do executor. Com isso, é possível contratar o que se quer, receber o que se deseja e pagar o preço justo. O caminho é esse.

Erivelton Pires Guedes (Ipea) – O senhor mencionou a desarticulação do setor de transporte. Um dos setores em que vemos cla-

ramente isso é o de transporte aéreo. Sei que a Anac e a Infraero são de responsabilidade do Ministério da Defesa, mas gostaria de saber o que está sendo feito pelo Ministério dos Transportes em relação à articulação do transporte aéreo com a sua integração necessária ao terrestre, que hoje é falha, e qual a possibilidade de a Anac e a Infraero se unirem ao Ministério do Transportes.

O transporte aéreo hoje não está sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes. Ele é da competência do Ministério da Defesa. Mas nem por isso deixa de merecer a nossa atenção. Um aeroporto, qualquer que seja a sua finalidade, articula-se como sistema viário e, por isso, temos uma relação de articulação. Temos mantido contato com o pessoal da área da aviação civil para todas as questões ligadas ao status atual do sistema aeroportuário, dos projetos futuros e como pode haver algum tipo de rebatimento. Mesmo os aeroportos que se destinam precipuamente ao transporte de pessoas são responsáveis também por circulação e manuseio de cargas de valor agregado.

Temos um fórum previsto na lei que reestruturou o Ministério dos Transportes, que é o Conselho Nacional para Integração das Políticas de Transportes. Contamos com a participação do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Defesa, da Casa Civil, do Ministério da Justiça, do Ministério das Cidades, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria Especial de Portos e do Ministério do Planejamento. Esse é o ambiente adequado e apropriado para tratarmos das questões que criam a interface entre as duas áreas, independentemente do Conselho Nacional de Aviação Civil, do qual também temos participado.

Márcio Wohlers (Ipea) — O Ipea contribuiu com a SAE apoiando-a na visão do Brasil 2022. Constatou-se que vários ministérios têm os seus próprios planos de longo prazo, como o ministério que planeja a energia para o País tem uma visão de 2035, que é um plano de longo prazo, e tem o plano decenal. Vimos sua visão de longo prazo, principalmente na questão de energia. Entende-se que as ferrovias são mais eficientes energeticamente. Há um diálogo da visão do Ministério dos Transportes, que é bastante acertada, com o que o Ministério de Minas e Energia está pensando em relação à mudança da matriz energética? O que predomina hoje no Brasil? O longo prazo orientando o transporte ou, na prática, os transportes têm de cumprir sua missão, estruturando um novo Brasil?

Há o afloramento de situações que precisam ser enfrentadas. Por conta disso, o setor antecipa a necessidade de se organizar para haver uma visão clara da perspectiva de país, ainda que setorialmente. Pode testemunhar verdadeiro abandono em relação ao delineamento de visão estratégica de futuro para o País, orientadora de todo o espectro de ação governamental.

Alguns setores, como o energético, continuaram trabalhando porque seria absurdo imaginar que, em área estratégica e tão sensível, não se pudesse ter essa visão, esse acúmulo e essa prospectiva estruturada. São precisos quantos anos entre pensar uma hidrelétrica e fazê-la produzir energia? Diria que, neste momento, temos visões setoriais que não colidem entre si. Mas seria muito importante que se pudesse construir uma visão de país bem delineada e nela estarem abrigados todos os instrumentos que integram essa visão.

Não vejo, no que fizemos e estamos fazendo até hoje, nenhum tipo de macroorientação nesse sentido. Estou falando de coisa de muito tempo, não de agora. Não vou aqui falar de coisas semelhantes aos PNDs, mas considero fundamental que se coloque o ponto de vista estratégico e macroestratégico de maneira clara para o País. Vamos todos trabalhar cada um em sua esfera de responsabilidade, atuando, organizando os meios, os elementos e os instrumentos convergentes com esses objetivos.

No que diz respeito à área de energia, periodicamente há uma interlocução com esse setor. Mas diria que o maior desafio não são tanto as questões dos objetivos relacionados à mudança de matriz, que significam poupar e racionalizar melhor o uso de combustíveis, mas a economia de custo. Não estamos falando somente de combustível.

O maior desafio com relação à área de energia é construirmos um convencimento que redunde na compatibilização do aproveitamento energético, com aproveitamento hidroviário para fins de navegação. Esse é o desafio. Por um lado, diz-se que a tarifa da energia não deveria ser onerada por conta da construção de obras de infraestrutura. Também acho que não. O governo federal, por meio de seu orçamento fiscal, pode bancar as obras de transposição. Não vejo nenhuma dificuldade em ajustar esse entendimento. Por outro lado, como estamos em uma corrida contra o tempo, existe a ansiedade do governo em relação a Jirau, a Santo Antônio ou mesmo em relação a Belo Monte. De certa forma, isso faz que as ações e os estudos fiquem descompassados. Muitas vezes, o estudo é feito, mas e o aproveitamento para fins de navegação

no desenvolvimento do projeto? Que é feito do projeto para fazer a transposição?

Esse não é um desafio trivial. Compreendemos a tensão e a expectativa da parte deles. Os estudos mais aprofundados na área hidroviária, os estudos de viabilidade, os estudos por bacias e as apresentações de conclusões contundentes farão que não só o setor de energia, mas todos os setores que tenham interesse nesse campo se mobilizem no sentido de colocar como intransferível a realização de algumas intervenções no campo do transporte hidroviário.

Luiz Alfredo Salomão (SAE) – Queria lembrar que o Brasil teve uma política de Estado para os transportes. Tinha até uma fonte de recursos vinculada. Uma das coisas erradas que fizemos na Constituição foi acabar com essa vinculação. Não deveria haver esforço para tentar institucionalizar essa política de Estado, para que essa linha tão promissora de estruturação do País, na sua infraestrutura de logística, possa ser perenizada, obviamente, com ajustes e, assim, não deixar que uma próxima administração modifique completamente essas prioridades e estratégias estabelecidas?

Minha resposta é sim. Foi citado aqui o PNLT, que resultou de esforço nosso. Trabalhamos com a ideia de seu aprimoramento em sucessivas revisões. Agora temos o ambiente do Conselho Nacional para Integração de Políticas de Transporte. Um dos pontos de nossa agenda é elaborar um documento formal reconhecido por esse conselho.

Temos a área de portos, transportes e aviação civil. À medida que dermos cunho mais formal e mais institucional a esse ins-

trumento, ele será, sem dúvida, um poderoso elemento de apoio às políticas relacionadas a transporte.

É preciso conferir alguns setores estratégicos do País e defini-los como política de Estado, para que a visão e a organização das atividades se deem de maneira continuada e perseverante, ultrapassando os limites de cada período governamental, para que, de fato, sejam atingidos os objetivos estratégicos.

À medida que se estabeleçam políticas públicas bem definidas e se possa trabalhar subordinado a esses mandamentos, estaremos com uma condição assentada para que, de fato, saíamos da intenção e possamos trabalhar firmemente para chegar a esses grandes objetivos nacionais.

Bolívar Pego (Ipea) — Além do setor aéreo brasileiro, o setor portuário não faz parte do Ministério dos Transportes, está vinculado à Presidência. Grande parte dos projetos que o senhor apresentou, particularmente sobre o setor ferroviário, é direcionada ao padrão brasileiro, do centro de produção até o porto. Os portos brasileiros, particularmente os que têm relação com o comércio internacional, se continuarem como estão, em 2 ou 3 anos terão estrangulamentos sérios. Os investimentos são muito aquém do desejado. Como o setor ferroviário aumenta muito a capacidade e a eliminação de gargalos, como o senhor citou, em São Paulo haverá pressão forte, além das que os portos têm. De que forma o Ministério dos Transportes está trabalhando para que essa pressão, que considero inicialmente positiva, não contribua muito para aumentar a possibilidade desse estrangulamento nos próximos anos?

Por uma questão de entendimento e de conveniência administrativa, o governo fez um arranjo institucional pelo qual

a área de portos marítimos foi destacada e se vinculou à Presidência da República. Quando falamos em infraestrutura, em rodovias e, sobretudo, em ferrovias, é óbvio que isso tem desdobramento e impacto em relação à estrutura portuária do País. Isso pelo fato elementar de que o porto é um grande elo de movimentação de cargas, seja para estímulo interno, seja para exportação.

Às vezes, as pessoas falam muito – vejo quase como uma figura de retórica – em um apagão logístico. Quando Santos trabalhava com 60 milhões de toneladas, diziam que Santos não ia passar de 60. Santos está chegando a 100 milhões de toneladas. Isso quer dizer que estamos bem estruturados do ponto de vista da infraestrutura? Não, nem na parte terrestre, nem na parte de portos.

Temos grandes desafios pela frente. No que diz respeito à parte marítima, são os acessos marítimos que impõem programa pesado de dragagem nos principais portos brasileiros. Programa que começou a ser delineado no Ministério dos Transportes quando ainda não havia a separação e que, hoje, está sendo conduzido pela Secretaria de Portos.

A dragagem de Santos começou. Os chineses estão associados aos brasileiros nessa dragagem. Em outros portos brasileiros, também estamos executando um programa de dragagem de grandes proporções, para melhorar o canal de acesso, as bacias de evolução, as bacias de fundeio e a área de atracagem. Tudo isso está sendo trabalhado.

Estamos trabalhando no caminho certo. Demorou um pouco, mas essas dragagens estão sendo realizadas – acredito que a de

Santos estará concluída em um prazo de oito meses – e significam entrada e saída para os navios com maior facilidade e maior velocidade nas operações. Mais do que isso, houve aumento do calado, principalmente por conta da dragagem de aprofundamento. Navios que antes não tinham condições de acostar agora vão poder. Isso representa ganho de produtividade, por um lado, mas, por outro, precisamos resolver a questão relacionada aos acessos terrestres. Por essa razão, estamos fazendo a via expressa de Salvador. Também temos de trabalhar na Baixada Santista. Estamos discutindo um projeto complexo, o ferroanel de São Paulo e alguns outros acessos portuários.

Quando citei o aumento de capacidade das ferrovias, disse que dialogamos com a Secretaria de Portos. Por conta dos acessos aos portos, autarquicamente temos de trocar ideias e ver quais são os seus respectivos projetos. Independentemente disso, o Brasil está crescendo e vai crescer em ritmo forte nos próximos anos.

Isso quer dizer construção de novos terminais, ampliação ou criação de novos berços tanto pela área pública como pela iniciativa privada. Por parte da iniciativa privada, temos conhecimento de investimentos sendo feitos no norte fluminense em estrutura portuária.

A Secretaria de Portos estudou e já fez um convênio com a Holanda para desenvolver um plano estratégico com esse país e com o Porto de Roterdã. Não há melhor referência no mundo do que esse porto para se desenvolverem esses projetos. Quando falamos em Santos, já devem ter ouvido falar de Barnabé-Bagres, uma área na enseada, dentro do Porto

de Santos, que tem a capacidade de operar duas vezes o que esse porto opera hoje. Não podemos perder o compasso na pertinência e na velocidade desses investimentos, para que, de forma muito tranquila, possamos oferecer disponibilização de capacidade e, mais que isso, opção aos usuários para escolherem a que porto querem destinar suas cargas. Do ponto de vista logístico, quem opera vai fazer conta de qual é a tarifa a pagar na ferrovia ou na rodovia e qual tarifa o porto está cobrando. Evidentemente que, quanto melhor e maior o esforço de modernização desses portos e quanto maior a competitividade entre eles, tanto melhor será para o País e para os usuários.

Ernesto Garrido (Ipea) – Em relação às críticas à falência ou à subutilização da malha ferroviária por conta de políticas anteriores focadas somente na questão de escoamento produtivo, a exemplo do caso da cultura cafeeira, não seria interessante ter uma estratégia também de melhoria da malha ferroviária do Brasil para a questão da distribuição da produção internamente? Tivemos um exemplo, durante a crise econômica, da importância do mercado interno para a economia. Da mesma forma que estão sendo feitos esforços para melhorar o escoamento e possibilitar que mais cidades consigam escoar a produção pelos portos, não seria interessante também uma estratégia de estruturação da rede ferroviária para a distribuição interna da produção?

A malha ferroviária tradicional, em grande parte de bitola métrica, foi constituída ao longo do tempo, acompanhando historicamente o desenvolvimento do País, e teve a sua estruturação até a primeira metade do século passado. Não tivemos nada de significativo além disso, com exceção da construção

da ferrovia do aço, saindo de Barra Mansa e indo até Jeceaba (MG). Mas há uma malha que foi avançando ao longo do tempo e acompanhou naturalmente a característica de ocupação do Brasil, que é litorânea.

Da segunda metade do século 20 para cá, o País mudou extraordinariamente. A ocupação foi interiorizada e hoje sentimos claramente a necessidade de darmos resposta a esse outro Brasil que se está manifestando. Se pegarmos como exemplo a Região Centro-Oeste, o Brasil não tem ideia do que se está passando lá. Converso com as pessoas e elas estão longe de ter ideia precisa do que está acontecendo naquela região do País.

No que diz respeito à malha de bitola estreita, ela foi transferida à iniciativa privada. Adotamos o modelo americano de monopólio. Esse modelo traz alguns inconvenientes. Primeiro, o monopólio da operação. Segundo, uma definição de metas por tabela, em que os investimentos são feitos pelo concessionário. Ele se obriga a fazer determinados investimentos, mas subordinados primeiro a uma meta que pode ou não ser alcançada.

Por outro lado, em relação à malha recebida para explorar, fica a juízo do concessionário definir o que ele vai utilizar efetivamente ou não. Qualquer empresário, racionalmente, faria isso. Se estivesse do lado de lá, faria o mesmo. Mas, isso interessa ao País? Não, isso não interessa ao País. Então, por que estou falando isso? Por que estamos discutindo um novo regime? Porque podemos, do ponto de vista regulatório, ajustar com os concessionários o recebimento da parte da malha que não lhe interessa explorar e tornar possível a sua utilização por outros grupos econômicos que se dispõem

a fazê-lo. Essa é uma forma de dar mais racionalidade a esse modelo.

Ainda em relação à malha de bitola métrica, onde se afigurarem claramente a identificação e o dimensionamento de fluxos que identifiquem a necessidade de estender a malha, seja construindo ramal, seja construindo nova linha, o governo não pode ignorá-la. Tem de estar atento para desenvolver os estudos e dar uma resposta. Se conjugarmos um novo modelo de exploração da malha, certamente teremos, dos 28 mil quilômetros existentes, melhor aproveitamento dos 15 mil quilômetros ainda não bem utilizados.

As ferrovias trabalham muito com cargas típicas ou cativas, como produtos siderúrgicos, calcário, minério, madeira e fertilizante, mas também podem transportar cargas em geral, principalmente a partir do momento em que se containeriza a carga. Em algumas áreas, o crescimento da carga containerizada por ferrovias é exponencial. Fazer com que a ferrovia vá além dessas cargas de grande concentração e de determinada carga em geral é uma possibilidade real, possível, concreta e desejável.

Clarissa Teixeira (IPC-IG) – Minha pergunta diz respeito ao alto custo de manutenção das rodovias do País. Tendo em vista que, em alguns estados, essas rodovias se encontram em estado de manutenção ruim não apenas em pavimentação, mas também em sinalização e segurança, o que se pode esperar para cenários futuros e até que ponto a privatização é uma estratégia a ser seguida?

Para compreendermos o que ocorre com a manutenção das rodovias, temos de olhar para ontem, hoje e amanhã. O que acontecia? Gastávamos e investíamos pouco em manutenção de rodovias. Isso determinava o grau de degradação generalizada em escala menor ou maior das estradas brasileiras. O quadro geral das estradas brasileiras era muito ruim.

Há, de nossa parte, uma preocupação com o restabelecimento de boas condições operacionais das estradas por uma razão simples. Primeiro, pela segurança. Segundo, pela redução de custos. Na segunda metade da década de 1990, gastávamos na faixa de R\$ 500 milhões. Atualmente estamos gastando R\$ 3 bilhões. É evidente que alguma coisa aconteceu de forma substancial.

O efeito foi a melhoria nas condições gerais das rodovias. O estado geral das rodovias brasileiras melhorou muito. Temos problemas localizados de negligência administrativa e isso resulta no atraso da execução do serviço de manutenção.

Acompanhando o processo de melhoria gradual das estradas, queremos substituir os contratos de curto prazo de manutenção por contratos de médio prazo. São contratos que asseguram e garantem uma condição melhor dos trabalhos de manutenção.

Por outro lado, é óbvio que o Ministério dos Transportes dá a devida atenção às rodovias que possam oferecer condição de aproveitamento para fins de contratos de concessão. Essa também é uma forma de desonerar o poder público nas rodovias que têm volume de tráfego razoável e cuja equação

da receita do pedágio e do programa de investimentos possa resultar em tarifa aceitável do ponto de vista do usuário.

Enquanto estivermos trabalhando no Ministério e seguindo a orientação do governo do presidente Lula, não permitiremos pedágios com tarifa a qualquer preço. Vejo quanto as pessoas reclamam das tarifas dos pedágios de São Paulo, que são muito elevadas. Não estou fazendo críticas ao regime tarifário das concessões de São Paulo, mas são distintas, na sua filosofia de administração, daquelas que pratica o governo federal. Sempre que encontrarmos uma boa possibilidade de estabelecer uma tarifa aceitável para o usuário, que possa significar boa condição de utilização da rodovia com um programa de investimento compatibilizado com o crescimento do fluxo de veículos ao longo do período de concessão, estaremos trabalhando nesse sentido, sim.

Pedro Dalcerro (SAE) – Minha pergunta diz respeito a um pequeno aspecto do regime de contratação. No auge da crise, em 2009, em algum momento, o presidente Lula cogitou construir obras públicas 24 horas. Isso foi divulgado pela imprensa e houve uma informação interessante, de que o acréscimo seria apenas de 7% porque haveria barateamento do aluguel das máquinas, cujos preços, na verdade, estariam sendo maximizados.

Para a Transnordestina, pretende-se empregar seis mil pessoas. Em turno completo de 24 horas, serão 18 mil pessoas. A execução será muito mais rápida e o País precisa de infraestrutura. O Ministério dos Transportes tem estudos sobre isso? Isso já está sendo aplicado?

A direção do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), sempre que possível, tratou com as empresas o aumento do número de turnos. Na construção da Transnordestina, vários segmentos estão trabalhando em dois turnos.

Na realidade são praticamente 20 horas de trabalho. A obra mais barata é aquela bem planejada e executada com mais rapidez. A obra mais cara é aquela parada ou atrasada na execução. Com a obra realizada em ritmo veloz, em relação a custo variável e custo fixo, é possível reduzir custos.

Quando se paralisa uma obra fazendo que se alongue além do que seria o seu cronograma de execução, aumenta-se o custo. Já dizia um ex-ministro dos Transportes: “A obra mais cara é a obra parada”. Com base na estruturação dos meios financeiros e na definição clara dos projetos que se devem tocar, a possibilidade de executá-los em ritmo que vá além do horário normal é um elemento muito importante. É uma forma de fazer que os dados possam ser colhidos em tempo menor do que se trabalhássemos em regime normal.



PALESTRA DO MINISTRO

JORGE ARMANDO FELIX

SEGURANÇA INSTITUCIONAL



JORGE ARMANDO FELIX

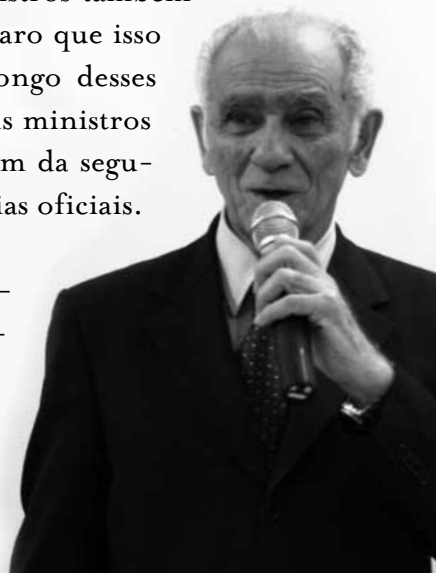
- 1939 *Nasce, em 15 de fevereiro, no Rio de Janeiro/RJ*
- 1969 *Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro*
- 1982-1984 *Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro/RJ*
- 1985-1986 *Curso na Escola de Comando das Forças Armadas da Alemanha*
- 1988-1989 *Comandante do 1º Grupo de Artilharia Antiaérea, no Rio de Janeiro/RJ*
- 1992 *Comandante da Artilharia Divisionária/3 - Cruz Alta/RS*
- 1993 *Curso na Escola Superior de Guerra*
- 1994 *Diretor de Transportes - Brasília/DF*
- 1995 *Chefe do Estado-Maior do Comando de Operações Terrestres (Coter)*
- 1996-1997 *Comandante da 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel) - Caçapava/SP*
- 1997-1999 *Diretor de Movimentações - Brasília/DF*
- 1999-2000 *Comandante da 2ª Divisão de Exército - São Paulo/SP*
- 2001-2002 *Secretário de Ciência e Tecnologia do Exército, no Rio de Janeiro/RJ*
- 2003 *Nomeado ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República*

PALESTRA DO MINISTRO
JORGE ARMANDO FELIX

Em relação às competências do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), fazemos a assistência direta e imediata ao presidente da República e seu assessoramento pessoal em assuntos que dizem respeito à segurança e a assuntos militares. São atribuições que nada têm a ver com o que fazem os Ministérios da Justiça e da Defesa. São interesses pessoais do presidente que procuramos atender, sem perder de vista as atribuições de defesa e de segurança.

A nossa responsabilidade inclui todos os aspectos relacionados com a segurança pessoal do presidente, do vice-presidente, dos seus familiares e dos titulares dos chamados órgãos essenciais da Presidência da República. Os ministros também estão incluídos nesse atendimento, mas é raro que isso aconteça. Houve poucos momentos, ao longo desses sete anos e meio de governo, em que alguns ministros solicitaram segurança. O GSI cuida também da segurança do Palácio do Planalto e das residências oficiais.

Entre outras atividades, exercemos a coordenação da prevenção do uso indevido de dro-



gas e a Presidência do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad). O Conad é um órgão que envolve o governo, por meio de vários ministérios, e a sociedade civil. Há representantes de todas as áreas – jornalismo, psicologia, conselhos federais e terceiro setor – de modo que o Conad tem funcionado muito bem. Há também a coordenação das atividades de segurança da informação, além da prevenção da ocorrência e articulação de gerenciamento de crises. Há um Gabinete de Crises, que funciona na Presidência da República. Trata-se, fundamentalmente, de órgão de articulação e, eventualmente, de coordenação.

O GSI tem ainda a coordenação das atividades do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), assim como a Secretaria do Conselho de Defesa Nacional (CDN) e a Presidência da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden), do Conselho de Governo, que é um fórum bastante interessante do qual a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) já faz parte.

Recebemos, no final do ano passado, do Ministério de Ciência e Tecnologia, a atribuição de órgão central do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron). Haverá interface muito boa com a SAE, que está prestes a receber a coordenação de toda a evolução do Programa Nuclear Brasileiro, antes atribuição da Casa Civil.

A estrutura do GSI é bastante convencional. Conta com uma Secretaria Executiva, à qual estão vinculadas as diretorias e, subordinadas diretamente ao ministro, estão as secretarias. A Secretaria de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares (SCAAM) cuida da segurança, do cerimonial no Palácio e da programação, do planejamento e da coordenação das via-

gens presidenciais no Brasil, com a participação do cerimonial da Presidência da República e, no exterior, com a participação do cerimonial do Ministério das Relações Exteriores.

Compõem ainda o GSI a Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (Senad), a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), um conselho, uma câmara e a Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (Saei), que faz o acompanhamento de uma série de temas que, eventualmente, podem causar problemas ou abrir oportunidades para o governo.

À Secretaria Executiva estão vinculados o Departamento de Gestão e Articulação, responsável pela área administrativa, e o Departamento de Segurança da Informação das Comunicações (DSIC), que faz o trabalho de proteção das redes de governo, de preparação e de conscientização de recursos humanos nas áreas de segurança da informação e das comunicações. Ainda há um sistema, prestes a ser criado por decreto, de segurança e de credenciamento. Estávamos esperando a Lei de Acesso à Informação, para que saíssem juntos, mas, como a lei está demorando muito, é possível que saia por decreto e, depois, seja absorvido pela lei.

O GSI conta ainda com um Departamento de Segurança, com atribuições e responsabilidades sobre a segurança do presidente e dos palácios, e um núcleo do Sistema de Proteção Nuclear, cujas atribuições foram recebidas do Ministério de Ciência e Tecnologia. Ainda não recebemos nenhum cargo para esse sistema. Estamos aguardando a sua criação, em que acreditamos o Governo estar empenhado. A Constituição diz que, independentemente de culpa, toda responsabilidade que ocorrer na área nuclear é do governo federal.

Também há o Núcleo para Segurança das Infraestruturas Críticas, cujos trabalhos se iniciaram em 2006, mas foram institucionalizados em 2007; o Núcleo de Combate ao Terrorismo, também fruto dos trabalhos da Câmara de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; e a Rede Nacional de Excelência e Segurança das Informações e Criptografia.

A Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden), presidida pelo ministro chefe do GSI, é um fórum que reúne oito ministérios para a discussão de diversos temas. Seus objetivos são formular políticas e diretrizes, aprovar e promover articulações e acompanhar ações e programas, em relação à cooperação internacional em assuntos de segurança e defesa, integração fronteiriça, populações indígenas, direitos humanos, operações de paz, narcotráfico, imigração, atividades de inteligência, segurança da informação, segurança para as infraestruturas críticas e segurança cibernética. Integram-na a Casa Civil, os Ministérios da Justiça, da Defesa, das Relações Exteriores, do Planejamento, do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, da Fazenda e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, além dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Destaquem-se, aqui, alguns temas discutidos na Câmara. Ainda em 2003, propusemos um trabalho que, em nossa visão, poderia ser um marco, um tipo de efeito demonstração do governo. Escolhemos o estado de Rondônia, onde seria mais fácil realizá-lo. Fizemos um trabalho articulado com todos os ministérios que faziam parte da Creden na época, de inteligência e que durou alguns meses. Depois passamos toda a informação para a Polícia Federal, que também participou desse trabalho e fez um levantamento completo do crime organiza-

do, do tráfico de drogas, do contrabando de armas, enfim, de todos os delitos que permeavam a região.

A ideia era fazer um trabalho que servisse para inibir a prática de ilícitos no restante do País, que foi muito bem feito. A Polícia Federal enviou tudo para a Justiça, mas, a partir daí, o processo estagnou. Pretendíamos que fosse um trabalho de destaque pela imprensa e de resultados muito rápidos, mas até hoje estamos esperando pela Justiça.

O resultado foi assustador. A estrutura criminosa envolvia todas as áreas de governo – Legislativo, Executivo, Judiciário, Ministério Público – e a iniciativa privada. Tudo foi muito bem documentado pela Polícia Federal. Então, o trabalho, que começou em 2003 e terminou no início de 2005, foi encaminhado à Justiça, porém os resultados até hoje, infelizmente, não apareceram. Houve resultados no âmbito do Poder Executivo, mas, a partir daí, perdemos o controle, o processo passou para outro poder e tem caminhado muito devagar. O que pretendíamos que servisse como inibição em outros estados não funcionou, mas foi uma experiência muito boa e bem-sucedida de trabalho de articulação e coordenação dos diversos ministérios participantes.

Realizamos, na época também, uma consulta à sociedade sobre a atividade de inteligência, com a ideia de se fazer grande alteração no Sistema Brasileiro de Inteligência. Trabalhamos nas implicações para o Brasil das medidas antiterrorismo determinadas e acertadas por vários países, sob a égide dos Estados Unidos, as quais até hoje estão funcionando. Houve melhoria substancial na segurança – o governo investiu bastante na segurança de portos e navios – e obtivemos bons resultados.

Já, em outubro de 2003, tentamos promover a primeira discussão sobre nova política indigenista. Para isso, foi criado um grupo de trabalho sob a coordenação da Funai, mas caminhou muito pouco. Novamente, em 2005, constituímos outro grupo de trabalho, que também funcionou precariamente. Agora, finalmente, parece que haverá uma política indigenista.

São iniciativas que merecem ser destacadas, ainda mais agora que a SAE faz parte desse fórum de discussões de temas. Também elaboramos um projeto de transformação da Escola de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência em uma Escola de Inteligência Federal, em que houvesse um corpo docente formado pela Polícia Federal, pelo Ministério das Relações Exteriores, pela própria Agência Brasileira de Inteligência, pelo Ministério da Fazenda, enfim, por todos os órgãos que lidam com o crime organizado, com atividades criminosas de maneira geral. O projeto foi aprovado, mas até hoje não foi possível implantá-lo por falta de cargos, por falta de DAS, por essas coisas que, às vezes, dificultam a administração pública. Não podemos trazer ninguém para a Presidência da República se não houver vagas, o que dificulta a nossa vida. Muitas pessoas gostariam de trabalhar aqui, mas não há espaço nem cargos para elas.

Fizemos um primeiro levantamento também sobre a situação da segurança da informação na Administração Pública Federal, e o resultado foi assustador. A partir daí, trabalhamos para criar um departamento, subordinado ao Gabinete, que se preocupasse com essa questão. O departamento foi criado e já existe há quatro anos, mas convém ressaltar que foi fruto das discussões da Creden.

Fizemos também uma proposta, discutida em 2004, para a criação de um grupo de trabalho de biodefesa, com o objetivo de dotar o Brasil de um laboratório de biossegurança nível 4. Existem poucos no mundo e há espaço para esse tipo de laboratório no Brasil, particularmente pelas características do País, com florestas tropicais e vários tipos de patologias ainda não bem identificadas. Seria importante que o Brasil tivesse esse laboratório. O trabalho começou, até conseguimos um terreno, cedido pelo Exército, para sua instalação, mas, a partir daí, a prioridade do projeto caiu um pouco. Agora fizemos a proposta para criá-lo efetivamente até 2022. É um projeto cujo objetivo vale a pena perseguir.

O Projeto Integrado de Levantamento Cartográfico Estratégico da Amazônia está em pleno funcionamento. Também surgiu na Creden. Nossa proposta consistia em fazer não apenas o levantamento cartográfico e hidrográfico, mas também o geológico em uma área de três milhões de quilômetros quadrados da Amazônia Legal. Depois de algum tempo, conseguimos fazê-lo em uma área de um milhão e oitocentos mil quilômetros quadrados, o que já é um resultado bastante expressivo.

Esse trabalho começou há dois anos e está muito avançado. Ao final, poderemos definir o que existe efetivamente no subsolo, conforme a ideia de que só se exerce soberania sobre aquilo que se conhece efetivamente, e não apenas ter levantamento que nos permita fazer qualquer tipo de obra pública numa região.

Outra proposta nossa, também para 2022, foi estender esse trabalho para todo o território nacional porque, com os recursos desse projeto, colocamos sensores modernos nas aereo-

naves do Censipam (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia), que estão dotadas com o que há de mais moderno.

Conseguimos trazer uma tecnologia, que poucos países têm, desenvolvida por um brasileiro na Alemanha, usando dois radares de comprimento com ondas diferentes. Até então só tínhamos a altimetria das copas das árvores na Amazônia. Com essa técnica, consegue-se penetrar o solo e até o subsolo. Esse brasileiro, sócio de um alemão, desfez a sociedade, montou uma firma no Brasil e estamos tentando fazer que essa tecnologia seja absorvida e passe a ser também propriedade do governo.

Estamos comprando, este ano, alguns navios para fazer o trabalho de levantamento hidrográfico com a Marinha, de modo que, a partir daí, o custo para estendê-lo a todo o território nacional será muito mais baixo do que foi a implantação do projeto. O projeto todo não é caro. Um milhão e oitocentos mil quilômetros quadrados custará R\$ 350 milhões em cinco anos, ou seja, R\$ 70 milhões por ano. Assim, se quisermos estender o projeto para o restante do Brasil, para áreas de floresta ou de não floresta, certamente será muito fácil. É o nosso sonho, também para 2022, que tenhamos efetivamente uma cartografia integrada da América do Sul. Mais do que possível, isso é desejável. Faz parte do processo de integração da América do Sul.

Outro grupo de trabalho, também da Creden, criou a Autoridade Nacional de Contraterrorismo, um núcleo integrado apenas pelo pessoal do GSI. Se algum dia conseguirmos cargos, vamos trazer pessoal do MRE, da Justiça, da Fazenda,

para pensar contraterrorismo de forma estratégica. Não é um órgão de repressão, que isso cabe às Forças Armadas, à Polícia. Na verdade, deve ser um órgão que pense estrategicamente e acompanhe o fenômeno do terrorismo da maneira como ele se apresenta no mundo.

Todo ano a Creden discute as prioridades para o Sistema Brasileiro de Inteligência e as encaminha para a aprovação do presidente da República, que as aprova, na maioria das vezes. O fórum discutiu também a questão das infraestruturas críticas e a necessidade de uma lei para a defesa do Estado. A substituição da atual Lei de Segurança Nacional também foi discutida, aprovada e, a partir disso, foi criado um grupo de trabalho não para elaborar a lei, mas para definir o que deve constar numa lei como essa para a defesa do Estado brasileiro na conjuntura de hoje. A primeira parte foi feita. A segunda está com o Ministério da Justiça: a redação técnica da lei, que será basicamente criminal.

Na última reunião da Creden, propôs-se a criação de um grupo de trabalho que nos permita trabalhar na prevenção da ocorrência de problemas climáticos, com a criação de observatório que integre todas as informações geradas no Brasil e no exterior. Houve, no País, eventos climáticos antes inexistentes, como ciclones, secas e inundações, cuja prevenção é fundamental.

Na área de Segurança da Informação e Comunicação, trabalhamos com ações para viabilizar e assegurar as características básicas da informação: disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade. Trabalhamos com 39 ministérios, com cerca de seis mil entidades governamentais, com um

pouco mais de um milhão de servidores públicos federais e com 320 redes relevantes. Quando se fala em redes relevantes, significa Serpro, Dataprev. Na verdade, são milhares as redes da Administração Pública Federal, mas, do total, 320 são consideradas as mais relevantes, as quais integram uma série de outras redes.

O decreto está pronto, como disse anteriormente. A Casa Civil estava esperando que o projeto de lei que trata do acesso às informações fosse transformado em lei. E a organização da estrutura de credenciamento de segurança de pessoas e organizações está no projeto. Há uma série de acordos internacionais, alguns já assinados, outros em fase final de negociação. Onde há necessidade de credenciamento de segurança de pessoas e organizações, fazemos como se fosse um cartório ou correio para a troca de informações sigilosas e, assim, garantir que a informação que saia de outro país chegue intacta ao Brasil e vice-versa. A ideia da Casa Civil é editar um decreto agora, criando essa estrutura, para que se possa começar a trabalhar. Depois, ela será naturalmente absorvida quando a lei estiver em vigor.

Houve alguns problemas em relação ao credenciamento de segurança. Há pouco mais de dois anos, a Embraer adquiriu uma empresa de aeronáutica em Portugal, que fazia a manutenção de aeronaves militares para a Otan. Como isso envolvia acesso a, por exemplo, documentos sigilosos, planos, projetos de aeronaves, havia a necessidade de credenciar pessoas, porque a União Europeia não estava aceitando mais o credenciamento por ministérios, queria um órgão central no Brasil que credenciasse. E a Embraer precisava ter alguém credenciado para participar da diretoria dessa empresa, inclusive.

A primeira solução foi luso-brasileira: um português de dupla nacionalidade ficou durante um tempo lá. Como a Embraer precisava mudar, acabamos fazendo um documento meio informal, que foi aceito. As pessoas estão credenciadas mesmo antes da existência do órgão credenciador. O GSI credenciou, e o credenciamento está valendo até agora.

Com relação à capacitação de recursos humanos, demos início a um curso na modalidade de ensino a distância, pelo qual estamos capacitando pessoas em nível mais elevado. São cursos longos, de muitos meses, e com 180 participantes de todo o Brasil. Os dois primeiros cursos foram presenciais. Agora passamos o curso para a modalidade de ensino a distância, porque assim serão atingidas outras pessoas de todo o território nacional.

Há uma infraestrutura que consideramos bastante competente, embora pequena, no tratamento de incidentes em redes do governo. Garantir a infraestrutura da informação e o uso dos sistemas informatizados estratégicos é um trabalho que temos desenvolvido há algum tempo. O grande objetivo é identificar quais são as ameaças e trocar informações com todos os órgãos que tratam do assunto em todo o mundo, porque é fundamental saber quais são os antídotos, os remédios para essas tentativas de invasão. Trabalhamos com equipe pequena, mas bastante competente, e temos hoje relações com praticamente todas as organizações que se preocupam com esse mesmo tipo de problema. Isso é importante porque nos permite formar uma base de dados e, a partir dela, trabalhar com mais facilidade e rapidez.

Com alguns órgãos do governo, temos uma ligação automática. Qualquer tentativa de invasão nos é automaticamente repassada. Em outros casos, a informação depende da vontade daquele que foi invadido ou teve uma ameaça de invasão. É interessante ressaltar que ninguém gosta de demonstrar suas fraquezas, suas vulnerabilidades no governo, de modo que é um trabalho que tem de ser feito com muita cautela.

Ministro Samuel Pinheiro Guimarães — Quantos incidentes são registrados por dia?

Raphael Mandarino Junior — Chefe do Departamento de Segurança da Informação e Comunicação do GSI:

São 2.100 tentativas de invasão por hora, com base nos dados do ano passado. Chamo tentativas de invasão aquelas hostis, não são vírus, não são do tipo “clique aqui, você está sendo traído”. É tentativa de invasão mesmo, que não é detectada de forma trivial. A gente se protege dessas tentativas, primeiro, capacitando as pessoas e, depois, colocando os equipamentos nas bordas. Desse total de tentativas, 80% são internacionais. Destas, 80% vêm do Sudeste Asiático e do Leste Europeu. A gente sabe os IPs e de onde elas vieram. Temos um laboratório que estuda esses ataques. Uma vez ocorrido, estuda-se, propõe-se o antídoto e faz-se a troca de informação. Comunicamo-nos com 160 países todos os dias para ver o que está acontecendo sobre esse assunto.

Convém ressaltar que o fato de identificarmos a origem como sendo do Sudeste Asiático ou do Leste Europeu significa que os computadores que dão origem a esses ataques estão nessas áreas, mas não que eles, intencionalmente, estejam fazendo isso. Podem estar sendo controlados e utilizados de outros

locais completamente diferentes. São os chamados zumbis. Essa é uma área complexa e muito difícil. Pode-se identificar de que computador saiu o ataque, mas se foi voluntário ou involuntário é difícil determinar. Só um trabalho policial nessas áreas é que poderia definir isso. Esse é um mundo sem fronteiras. O Decreto nº 3.505, de 2000, é que nos dá todo o amparo legal para fazer esse trabalho de segurança da informação.

Os grandes problemas que enfrentamos hoje são a ausência de cultura padronizada em segurança da informação e de legislação adequada. Para resolvê-los, trabalhamos na conscientização, promovendo cursos, palestras. Falta também coordenação nas ações conjuntas e no estabelecimento de padrões e normas nacionais. Para isso, estamos, de alguma forma, normatizando uma parte da área de segurança da informação, trabalhando com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU). O TCU faz as auditorias, mas demoramos um pouco a convencer a CGU a fazê-las. Agora ela tornou-se boa parceira. Quem tem de fazer as auditorias, em primeira instância, é a Controladoria-Geral da União e, depois, em segunda instância, o TCU. Como não as estávamos fazendo, o TCU realizava-as diretamente. Agora a CGU assumiu esse papel.

Há também dificuldades em estabelecer princípios de jurisdição territorial. Existem várias propostas no mundo e temos discutido muito com o Ministério das Relações Exteriores e com outros países. Em princípio, não concordamos com a maneira como vem sendo feito o encaminhamento. Estamos procurando, com outros países, levar essa questão à ONU, já sob a forma de uma proposta palatável pelo Brasil e pelos ou-

tros países, principalmente a Rússia e a China. Temos trabalhado bastante com esses países para termos uma proposta palpável, que seja levada à ONU para tomada de decisão multilateral, internacional. Esse trabalho tem sido coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Não é palatável aceitarmos imposições e regras, como a Convenção de Budapeste, que diz que a investigação policial, uma vez estabelecida a perseguição a um ataque cibernético, dê-se transfronteira, sem comunicação ao país em que está havendo a investigação, com somente a troca de informações entre polícias. Isso pode ser usado para a investigação, dentro do País, de equipamentos nacionais, sem a comunicação necessária à organização que cuida disso.

Já editamos uma série de normas, que estão valendo para o TCU, a CGU e toda a Administração Pública Federal. São elas: atividade de normatização, metodologia de gestão, diretrizes para elaboração de política de segurança da informação e comunicações, gestão de riscos, criação de equipes de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais, gestão de continuidade de negócios e o controle de acesso. Estão para sair outras três: o uso de criptografia, o manual do gestor de segurança da informação e como funciona uma equipe de tratamento de incidentes de redes. Com base nessa bateria de normas, é possível auditar os órgãos da Administração Pública Federal. Se não houver norma, não há como auditar organizações nem orientá-las ou aplicar-lhes sanções.

Pelo conceito sobre infraestruturas críticas proposto na Creden, a interrupção ou a destruição das instalações, dos serviços, dos bens e dos sistemas é que provocará sério impacto

social, econômico, político, internacional e à segurança do Estado e da sociedade. O nosso objetivo, nessa área, é garantir a continuidade da prestação dos serviços, mesmo em situações de crise. Elegemos seis áreas prioritárias em que estamos trabalhando com ministérios, agências e organizações. São elas: energia, transportes, água, telecomunicações, finanças e informação. A última a integrar foi a financeira, porque houve resistência do Banco Central e do Ministério da Fazenda. Agora, eles entenderam o propósito. É importante caracterizar que todos aqueles que estão trabalhando na articulação, sejam organizações do serviço público federal, sejam organizações civis, privadas, quando entendem o propósito desse trabalho, têm prestado cooperação irrestrita.

A nossa metodologia parte do levantamento das infraestruturas críticas, quer dizer, dentro dos campos gerais, o que poderíamos chamar de subestruturas. Vamos procurando dividir essas estruturas. Quando se fala em energia, é um mundo. Quando se fala em água, também, e por aí vai. Transporte idem. Uma vez levantadas as infraestruturas críticas, convidamos todas as pessoas a participarem dos grupos criados para cada uma delas, nos quais procuramos identificar as vulnerabilidades e avaliar os riscos. Oferecemos uma metodologia de avaliação de risco, mas, às vezes, a própria organização já tem a sua, pois, em muitos casos, já trabalhou nisso. Com relação a esse trabalho, definimos medidas de proteção, elaboramos planos de contingência e verificação dos reflexos.

Tudo isso é fundamental. Por essa razão, propusemo-nos a fazer esse trabalho em nível de Presidência da República. Tradicionalmente cada infraestrutura se preocupava com sua própria estrutura, cada um olhava para o seu universo, mas

era preciso que se fizesse o trabalho com visão mais geral, a partir de patamar mais elevado. Se há um problema na área de energia, é preciso verificar quais são os reflexos nas outras áreas; se há um problema nas comunicações, a mesma coisa. Como exemplo, há um subgrupo da chamada área de energia, o subgrupo de energia elétrica, do qual participam o Gabinete de Segurança Institucional, o Ministério das Minas e Energia, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e órgãos e especialistas convidados pelo GSI. Na área de energia, há petróleo, gás, energia elétrica, etc.

A inteligência foi reestruturada em 1999 e a legislação criou o primeiro Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), que integra as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência do País, com a finalidade de fornecer subsídios ao presidente da República nos assuntos de interesse nacional. O Sisbin está integrado pela Casa Civil, pelo Gabinete de Segurança Institucional, pela Agência Brasileira de Inteligência, pela Controladoria-Geral da União e pelos Ministérios da Justiça, da Defesa, das Relações Exteriores, da Fazenda, do Trabalho, da Saúde, da Previdência Social, da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, embora, às vezes, não haja estruturas formais de inteligência nos ministérios, como, por exemplo, no Ministério das Relações Exteriores. Este ministério não tem um órgão de inteligência, mas, em última análise, ele próprio é um órgão de inteligência.

O grande trabalho do Ministério das Relações Exteriores é coletar as informações do exterior e colocá-las à disposição do governo, para este tomar suas decisões e elaborar a sua política externa, de modo que o MRE não deixa de ser grande órgão

de inteligência. A Casa Civil está representada, no caso, pelo Censipam (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia), que é órgão puramente de Inteligência; o GSI, pela Agência Brasileira de inteligência; o Ministério da Justiça, pela Polícia Rodoviária, pela Polícia Federal, pelo Departamento Penitenciário; o Ministério da Defesa, pelas Forças Armadas; e o Ministério da Fazenda, principalmente pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que monitora todas as operações financeiras suspeitas.

A lei que criou o sistema criou depois a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), como a mostrar que o sistema é mais importante do que os seu integrantes. Nos últimos meses, inclusive com a participação da SAE, iniciamos um processo de reformulação de toda a estrutura do Sistema Brasileiro de Inteligência e dos órgãos que o integram, inclusive da Agência Brasileira de Inteligência.

As competências legais da Abin são planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o presidente da República; e planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade. A propósito, essa é uma área que hoje consideramos bastante importante. Temos hoje o Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento pelo qual nos aproximamos de empresas consideradas estratégicas e dos próprios órgãos da Administração Pública Federal, no sentido de mostrar, de conscientizar as pessoas e, eventualmente, fazer avaliações de risco. Em suma, ajudá-los a superar eventuais problemas nessa área, com a preocupação particular de preservar conhecimentos sensíveis de propriedade do nosso país.

Avaliar as ameaças, internas e externas, à ordem constitucional e promover o desenvolvimento de recursos humanos e da doutrina de inteligência também são atribuições da Agência Brasileira de Inteligência. É importante caracterizar que não nos preocupamos apenas com as ameaças, mas também em visualizar oportunidades para o Estado brasileiro.

Hoje temos intercâmbio certo com 82 serviços de inteligência estrangeiros. Cadastrados na Agência Brasileira de Inteligência são trinta e poucos, exceto aqueles que existem, mas não são cadastrados, o que é absolutamente normal. Temos três adidos de inteligência, representantes da Abin no exterior: Argentina, Colômbia e Venezuela. Ainda não conseguimos colocá-los na Bolívia e no Paraguai. Está previsto, mas a dificuldade de entendimento do papel do oficial de inteligência não nos permitiu ainda colocá-los nesses países. Na verdade, é muito mais racional ter alguém como interlocutor institucionalizado da área de inteligência nesses países do que ficarmos mandando gente para lá. De uma forma ou de outra, temos a obrigação de acompanhar o que acontece nesses países. Se tivermos alguém institucionalmente nesses países, seria muito mais fácil.

Há um oficial de ligação em Washington. O presidente autorizou a criação de outras aditâncias. Estamos prevendo colocar alguém em Washington, mas trabalhando sob o controle de nosso embaixador nos Estados Unidos. Além dos Estados Unidos, também na França e em Angola neste ano. Vamos a Angola justamente para ajustar essa questão no próximo mês de junho. Para o ano que vem, na China, no Chile e na Argélia. A Argélia tem serviço de inteligência bastante competente – cortejado pelos americanos e pelos europeus – que tem uma

relação muito boa conosco. Não apenas o Serviço de Inteligência, mas o próprio país mesmo tem consideração muito especial pelo Brasil. É muito mais fácil fazer uma cobertura do Oriente Médio estando na Argélia, embora situada no norte da África, do que no próprio Oriente Médio.

São 26 superintendências da Abin em todos os estados da Federação, com exceção do Distrito Federal. Em fevereiro de 2009, foi instituído, por deliberação do presidente, um comitê, integrado pelo GSI, pela Casa Civil, pela SAE e pelos Ministérios da Justiça, da Defesa, das Relações Exteriores e do Planejamento, para a elaboração de uma Política Nacional de Inteligência e a reavaliação do Sistema Brasileiro de Inteligência. O primeiro objetivo do comitê é fortalecer o sistema, dotando-o de legislação adequada, sistematizando a coordenação, ampliando a capacidade de cooperação institucional e instituindo um Plano Nacional de Inteligência. Os demais objetivos são melhorar a coordenação do Sistema e reavaliar o efetivo e o orçamento. O plano já foi elaborado e está no Congresso Nacional, desde o final de 2009. Há esperança de que, ainda nesta semana, eles façam propostas, se for o caso, de alterações e o devolvam para nós.

As principais ameaças hoje são a espionagem e a sabotagem, não como no conceito clássico da Primeira e Segunda Guerras Mundiais, mas espionagem no agronegócio, na pecuária, nos minerais estratégicos, em biotecnologias, nos patrimônios naturais, no programa espacial, nos insumos para a saúde, no gás natural, no petróleo e nas energias elétrica e nuclear. Com relação à sabotagem, um bom exemplo é o mercado de grãos, que movimenta alguns bilhões de dólares. Estamos sempre entre os primeiros nesse mercado, então é nossa preocupação

que alguém venha aqui e dissemine alguma praga, por exemplo. Provavelmente já houve tentativas tanto na área da agricultura quanto na da pecuária. Por isso, temos preocupação permanente com relação a estes dois aspectos: a espionagem e a sabotagem.

Outras ameaças são interferência externa que favoreça interesses estrangeiros em detrimento dos interesses nacionais e ações contrárias à soberania nacional. Ataques cibernéticos também preocupam. Todos os países hoje têm essa preocupação. A SAE está começando a fazer um trabalho de planejamento, de médio a longo prazo, da articulação de todos os meios integrados que se preocupam com a segurança da informação. Terrorismo, atividades ilegais envolvendo bens de uso dual e tecnologias sensíveis e armas de destruição em massa são preocupações também da nossa inteligência.

A criminalidade organizada foi a questão mais discutida pelos grupos de trabalho ao longo do tempo, se a corrupção era uma ameaça a ser considerada pela inteligência ou não. Ao final, o grupo chegou à conclusão de que era interessante incluir a corrupção como uma das ameaças com que o Estado brasileiro deve preocupar-se.

A política de inteligência foi encaminhada ao Congresso e é possível que os trabalhos de reavaliação do Sisbin e a redação dos atos normativos sejam concluídos na próxima semana. A partir daí, serão encaminhados para a aprovação do presidente e a elaboração de projetos de lei e decretos.

A legislação que instituiu o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron) é um decreto-lei de 1980. Em

1997, esse decreto-lei foi regulamentado por outro, que, em 2009, foi por outro, que transferiu essa atribuição para o Gabinete de Segurança Institucional. Temos trabalhado, embora sem efetivo ainda. Existe um projeto de lei de 2004 que está tramitando na Câmara dos Deputados, na Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania, e está para sair de lá. Não é possível mexer mais nele enquanto estiver na Câmara dos Deputados. Esperemos que ele vá para o Senado, onde, então, poderemos apresentar uma proposta do que discutimos e é consenso em todas as organizações que trabalham no Programa Nuclear Brasileiro.

Queremos ampliar essa proteção em situações de emergência nuclear. Proteger o pessoal envolvido na operação das instalações nucleares e na guarda, manuseio e transporte dos materiais nucleares; a população e o meio ambiente nas proximidades das instalações; as instalações e os materiais nucleares. Queremos acrescentar também a proteção do conhecimento e da cadeia produtiva, que nos parece bastante importante, e o atendimento às necessidades de segurança das instalações e do transporte de materiais nucleares.

Essa é a nossa proposta que está sendo discutida com os atores do Programa Nuclear Brasileiro. Faremos uma reunião agora para fechar essas sugestões e para, a partir daí, fazer a proposta aos ministérios. Caso os ministros envolvidos a aprovem, vamos encaminhá-la como substitutivo ao projeto de lei que está tramitando no Congresso.

Há ainda, no GSI, um fórum de gerenciamento de crises, que se preocupa basicamente com a articulação dos diversos atores envolvidos na ocorrência de uma crise. Ao longo desse gover-

no, o Gabinete de Crise foi acionado 62 vezes. Normalmente, ele é acionado por decisão do presidente da República.

Esse fórum foi acionado pela primeira vez em razão do impacto no Brasil da Guerra do Iraque, quando reunimos todos os atores envolvidos com exportação, energia, petróleo, importação. Foi uma primeira experiência bastante interessante. Outro exemplo foi em 2004, durante os incêndios em Roraima. Chegamos rapidamente, e primeiro. A coordenação ficou com o Ministério do Meio Ambiente e houve a participação das Forças Armadas. A intervenção foi bastante competente e teve até a ajuda do tempo. Choveu três semanas antes da data prevista, o que contribuiu para apagar o incêndio. No final da década de 1990, ao contrário, quando o governo brasileiro chegou a Roraima, já havia bombeiros argentinos, canadenses e várias organizações não governamentais por lá. Isso não acontece mais.

Com relação à ajuda humanitária, o Brasil foi, se não o primeiro, um dos dois primeiros a chegar à área atingida pelo tsunami (Indonésia, Sri Lanka e Taiwan), em dezembro de 2004. Promovemos também resgates de brasileiros no Líbano e no Congo, além de garimpeiros na fronteira Venezuela-Colômbia. Agora, estamos terminando o trabalho no Haiti. Nessa ajuda humanitária, estão envolvidos os seguintes órgãos: GSI, Justiça, Defesa, MRE, Agricultura, Saúde, Integração Nacional, AGU, Secretaria de Comunicação Social e Fazenda.

Foram 156 vôos, num total de 3.335 horas de vôo, e três navios para transportar o auxílio humanitário. Foram transportadas 4.644 pessoas, 849 toneladas de alimentos, 183 toneladas de

água, 361 toneladas de medicamentos, 887 toneladas de diversos, além de 1.711 toneladas de material de resgate, viaturas, hospital de campanha, equipamentos militares, etc. Foi um trabalho expressivo, que se está encerrando, provavelmente, com a chegada do terceiro navio ao Haiti no dia 17.

Fizemos também algumas propostas para o projeto Brasil 2022, segundo o entendimento de que não eram do GSI, mas representavam uma visão do Estado brasileiro. Nossas duas estruturas, GSI e SAE, são dois ministérios que pensam o Estado brasileiro. Temos em comum a preocupação em conhecer muito bem o presente e, de certa forma, projetá-lo. Em nosso caso, a visão fundamental do GSI é a de prevenção. Toda nossa estrutura é voltada para isso. Prevenção de quase médio prazo, mas fundamentalmente de curto prazo.

Outra vocação nossa é articulação, por estarmos na Presidência da República. É muito comum, por meio da Creden ou do Gabinete de Crise, fazermos articulações com outros ministérios. Evitamos sempre a palavra coordenação, porque dá ideia de alguém hierarquicamente superior aos outros. Mas essas são as duas grandes vocações do Gabinete de Segurança Institucional.

É bastante importante compartilharmos esse conhecimento do presente e trabalharmos juntos com a visão de curto, médio e longo prazos, que é a grande vocação da Secretaria de Assuntos Estratégicos: pensar o Brasil daqui a pouco e daqui a muito tempo.

Coronel Sá Ferreira (SAE) – Não sei se estou desatualizado, mas gostaria de saber do senhor se o crime de terrorismo já está tipificado. Porque acredito que, em existindo a estrutura para fazer o acompanhamento e até para adotar medidas de prevenção e combate, sem a tipificação legal do crime, a situação é bastante desconfortável para o GSI e para o Estado brasileiro.

Existe um grupo que fez um primeiro trabalho com a preocupação não com terrorismo especificamente, mas com as ameaças ao Estado brasileiro, que definiu o que deveria aparecer numa lei com a intenção de proteger o Estado brasileiro. Foi muito discutido se o terrorismo seria incluído ou não. No final, ficou decidido que sim.

Chegar a essa definição é complicado porque ninguém conseguiu criar uma definição, um conceito de terrorismo. A ONU não conseguiu, a maioria dos países, quando quer tipificar o crime de terrorismo, o faz pelos efeitos, porque é muito difícil definir ou conceituar o terrorismo sem envolver outras áreas que não são necessariamente terrorismo. Não há uma definição que consiga abranger A, sem também abranger B, C e D.

A tendência desse grupo de trabalho é usar a legislação já existente, que abrange a maioria dos efeitos do terrorismo. O grande trabalho será definir em que situações o terrorismo deve aparecer separado do que já prevê o Código Penal Brasileiro, o que está sendo feito pelo Ministério da Justiça. É um trabalho de técnica legislativa, que ainda não sabemos como sairá. Eles estão tendo muitas dificuldades. Já houve várias tentativas no Brasil e no exterior.

Felizmente, no Brasil, nas condições de hoje, a probabilidade de ação terrorista contra o País é baixíssima, mas contra alvos de outros países localizados na América do Sul é razoavelmente elevada. Haja vista que o nosso vizinho argentino teve dois atentados no espaço de dois, três anos, e as coisas não ficaram bem claras. Em princípio, o alvo direto não era a Argentina, talvez indiretamente. Então, é obrigação nossa, do dia a dia, particularmente da área de inteligência, estarmos preocupados com o terrorismo. Acompanhamos os serviços de inteligência de outros países, mantemos um diálogo permanente com eles e estamos sempre em alerta, da mesma forma que está a Polícia Federal. Mas colocar isso numa lei não é solução fácil.

Décio Gazzoni (SAE) — Em linha paralela com a pergunta anterior, não vi referido o bioterrorismo entre as ameaças que o senhor colocou. Gostaria de saber como está o preparo do Estado brasileiro para a prevenção e o tratamento de ataque bioterrorista, seja em nosso território, seja em outros países, mas com efeitos sobre o País.

Há algumas estruturas preparadas para dar resposta a uma ameaça desse tipo, como a da Polícia Federal, a de algumas polícias estaduais e a das Forças Armadas. Há também o Exército, com uma Brigada de Operações Especiais aqui em Goiânia, além da Marinha e da Força Aérea. Faremos, na próxima semana, um workshop fechado, para tratar do assunto com o Ministério da Justiça, por meio da Polícia Federal; com o Exército, por meio da Brigada de Operações Especiais e do Comando de Operações Terrestres; com a Marinha; e com a Força Aérea.

A pedido, o Comando de Defesa Aérea Espacial Brasileiro fará uma apresentação, de modo que teremos um trabalho não apenas de avaliação, mas de integração entre as pessoas que lidam com o terrorismo, para superar outro desafio no governo: o trabalho integrado. A proposta é de aproximação, de troca de ideias, para que a eficácia seja melhorada.

Bolívar Pego (Ipea) – É muito comum governadores do Rio de Janeiro reclamarem do governo federal no que se refere à atuação federal no combate ao tráfico de drogas e armas. Gostaria que o senhor comentasse sobre isso e dissesse de que forma o GSI atua nesses dois temas naquela cidade.

Temos fronteiras com os maiores produtores de cocaína e de maconha do mundo. Só para se ter uma ideia, a fronteira dos Estados Unidos com o México é de 3.141 quilômetros e a fronteira do Brasil com a Bolívia é de 3.400. Os americanos, com todo o apoio e o interesse do governo mexicano, não conseguiram, com muros, cercas, cães e toda a parafernália que eles têm, sequer reduzir o fluxo de drogas e armas. Droga vai e arma vem. Temos uma fronteira grande com a Bolívia, e outra com o Peru, e outra com a Colômbia, e outra com o Paraguai.

De modo que o nosso problema é muito maior, é muito difícil. As nossas fronteiras são permeáveis e, na maioria, secas, em que as pessoas passam de um lado para o outro. Os moradores dessas áreas, na maioria, não são bem identificados, ora são brasileiros, ora são bolivianos, ora são colombianos, dependendo do interesse delas. De outro ponto de vista, quando pensamos em integração, isso é muito bom.

De certa forma, à medida que ampliamos o processo de integração, facilitamos o trânsito de pessoas, de mercadorias e de cultura entre o Brasil e os países vizinhos e dificultamos o trabalho da área de segurança. Mas isso é uma opção, é uma política de governo, de modo que cabe aos órgãos de inteligência, aos órgãos de segurança, melhorar o seu desempenho para minorar o problema.

A inteligência trabalha com os outros órgãos na definição de rotas de quantidade, de qualidade, e coisas desse tipo, das drogas que vêm para o Brasil e das armas contrabandeadas para cá. Realmente, a realidade nos mostra que, embora estejamos melhorando progressivamente e até, em algumas áreas, bastante rapidamente, o caminho ainda é longo. As armas continuam entrando no País e a droga tem um mundo especial, muito peculiar.

Estamos agora enfrentando o problema do crescimento rápido, muito acelerado do fenômeno do crack, uma cocaína vagabunda, que não tem qualidade suficiente para ser mandada para o exterior, por isso é barata. A cocaína é muito mais cara, por isso, do ponto de vista do traficante, é muito mais interessante produzir cocaína que crack, merla, esses subprodutos.

Acontece que, de um tempo para cá, o Brasil conseguiu montar um sistema em que os chamados precursores, aquelas substâncias, como éter e acetona, utilizadas para refinar a cocaína, estão sendo controlados. Isso é resultado do trabalho da Polícia Federal, da Receita Federal e também das próprias empresas que foram conscientizadas a fiscalizar umas às outras. Então o sucesso nessa área faz que a cocaína, particularmente

a da Bolívia, não tenha a qualidade necessária para ser aceita nos mercados da América do Norte e da Europa. Entretanto, esse sucesso tem causado efeitos colaterais indesejáveis. Como ela não tem qualidade, rebaixam a qualidade do que já produzem e mandam para cá o crack e a cocaína por um preço barato. Ganham, assim, na quantidade.

Outro trabalho nosso, além da inteligência, feito por meio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), é o de prevenção. Esse trabalho é fundamental. Temos cursos para educadores, para conselheiros municipais e para o pessoal que trabalha nas Cipas (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho) das empresas, apoiados e financiados pela rede S. Organizamos um curso, que começou neste ano, com diversas igrejas, chamado Fé na Prevenção. Estamos preparando também pessoas de diversas religiões que estão trabalhando com jovens.

Temos de evitar que as pessoas comecem a usar drogas. A filosofia é fundamentalmente trabalhar com os educadores nas escolas, ensinar os educadores a identificar o problema, a saber como abordar o jovem e a família, como orientar o jovem e a família, mas principalmente criar redes de proteção não da escola, mas entre os próprios jovens. Fortalecer o jovem para que tenha coragem de, perante o grupo do bairro, dizer não, porque ele sabe o que vem depois do início do uso da droga. Mesmo que ele diga sim, que tenha a consciência do que pode acontecer. Esse é um trabalho que tem começo, mas não tem meio nem fim: vai prolongar-se enquanto houver drogas, e droga existe desde o início da humanidade.

Às vezes, há a tendência de subestimar os jovens. Eles são surpreendentes. Temos um exemplo, aqui em Brasília, com o Porão do Rock, que atrai muitos jovens. Nosso pessoal esteve lá para pedir que eles veiculassem algumas mensagens para os jovens, e o líder do grupo disse: “Olha, é a primeira vez que o governo vem a nós não para proibir alguma coisa, mas para pedir que trabalhemos juntos. Toda vez que vocês quiserem que trabalhemos juntos estamos aqui prontos. Não queremos bebidas, não queremos droga, queremos música”. Esse grupo, e vários outros, tem trabalhado conosco no fortalecimento dos jovens para recusar drogas, bebidas e outros ilícitos.

Marcelo Piancastelli (Ipea) – Minha pergunta refere-se à Amazônia. No Ipea, já temos quantidade substancial de conhecimento sobre os desafios da Amazônia nas questões ambiental, econômica e social. Gostaria de saber como o GSI vê o problema da ambição internacional sobre a Amazônia. É algo concreto, ou não é necessário ter mais preocupações?

Se fosse colocar em termos de probabilidade, diria que a probabilidade de alguém vir à Amazônia intencionalmente, para algum tipo de ação militar, é quase nenhuma. Seria uma probabilidade baixíssima. Preocupa-nos o caso de, num conflito, pouco provável, alguém impedir o exercício da soberania brasileira sobre a Amazônia, como uma interdição de determinadas áreas da região. Mas essa probabilidade é também bastante baixa. O que nos preocupa mais são as coisas que vêm lenta e sorrateiramente, como a presença de grupos que fazem mapeamento, levantamentos geológicos e cartográficos.

Hoje, com os satélites, isso é mais fácil de identificar, mas temos a obrigação de controlar o nosso espaço amazônico.

Estive recentemente na China e percebi interesse muito grande deles de aproximação com o Brasil. Um dos pontos que nos preocupam, já colocado no relatório para o presidente, é que os chineses têm a filosofia de verticalização, querem o controle de tudo. E, se há um celeiro que permitirá à China alimentar 1 bilhão e 300 milhões de pessoas, é o Brasil. Embora os chineses estejam muito presentes na África, o Brasil, pela sua organização, sua condição tecnológica, certamente é o grande celeiro que pode ajudá-los a alimentar a população. Percebemos que os chineses estão começando a tentar adquirir grandes quantidades de terra no Brasil, na Amazônia e fora dela. Essa deve ser uma preocupação nossa, para se estabelecerem limites e controles.

A relação com a China, a propósito, é indispensável, porque certamente será a primeira ou a segunda economia do mundo. De toda a sua população, já conseguiu incluir 600 milhões de chineses como consumidores e estão trabalhando para incluir os outros 700 milhões. Então, temos de criar uma relação de dependência com a China. Eles dependem de nós em algumas áreas e, proporcional ou reciprocamente, dependemos deles em outras. Isso é fundamental. Se não estivermos atrelados à China e se ela não estiver atrelada a nós, perderemos grande oportunidade.

Voltando à Amazônia, nossa preocupação é controlar, conhecer e saber acompanhar. Aí são fundamentais a presença e o papel da inteligência, acompanhando o que acontece na Amazônia e alertando, com antecedência, para qualquer coisa que possa nos preocupar, seja com relação a recursos naturais, seja com relação a conhecimentos tradicionais.

Esta obra foi impressa pela Imprensa Nacional
SIG, Quadra 6, Lote 800
70610-460, Brasília - DF, em janeiro de 2011
Tiragem: 1.000 exemplares